

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LÓGICA E METAFÍSICA

Vitor Mauro Ferreira de Romariz Bragança

Constituintes Inarticulados e Contexto

1 volume

Rio de Janeiro

2010

VITOR BRAGANÇA

Constituintes Inarticulados e Contexto

UFRJ
V. I

Vitor Mauro Ferreira de Romariz Bragança

Constituintes Inarticulados e Contexto

1 volume

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Lógica e Metafísica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Filosofia (Lógica e Metafísica)

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Caron Ruffino

Rio de Janeiro
2010

S237 Bragança, Vitor Mauro Ferreira de Romariz.
Constituintes Inarticulados e Contexto / Vitor Mauro
Ferreira de Romariz Bragança. Rio de Janeiro, 2010.
xi, 260 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
De Filosofia e Ciências Sociais, 2010.

Orientador: Marco Antonio Caron Ruffino

1. Contexto. 2. Proposição. 3. Comunicação –
Teses. Ruffino, Marco Antonio Caron (Orient.). II.
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de
Pós-graduação Lógica e Metafísica. III. Mestre.

CDD: 658.4

Vitor Mauro Ferreira de Romariz Bragança

Constituintes Inarticulados e Contexto

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Lógica e Metafísica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Filosofia (Lógica e Metafísica). Área de Concentração: Filosofia, Ontologia Lógica, Semântica Filosófica.

Rio de Janeiro, de de

Marco Antonio Caron Ruffino, Pós-Doutor, Universidade Federal do Rio de Janeiro

João Miguel Biscaia Valadas Branquinho, Pós-Doutor, Universidade de Lisboa

Guido Imaguire, Doutor, Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

BRAGANÇA, Vitor Mauro Ferreira de Romariz. **Constituintes Inarticulados e Contexto**. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em Lógica e Metafísica) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

O presente trabalho tem por objetivo expor e avaliar alguns quadros teóricos erguidos para explicar o funcionamento semântico de um certo conjunto específico de enunciados que parecem expressar proposições contendo os assim chamados constituintes inarticulados. Constituintes Inarticulados são, grosso modo, constituintes de um conteúdo proposicional que não foram referidos por nenhuma das expressões contidas no enunciado utilizado para expressar tal conteúdo proposicional. Nossa exposição e avaliação se centrará principalmente nos quadros defendidos por Jason Stanley e John Perry. Ao final, nossa posição consistirá em defender uma postura que combine os melhores aspectos de cada um desses dois quadros centrais.

Palavras-chave: Contexto; Proposição; Comunicação; Sensibilidade contextual.

ABSTRACT

BRAGANÇA, Vitor Mauro Ferreira de Romariz. **Constituintes Inarticulados e Contexto**. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em Lógica e Metafísica) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

This work has as its aim the presentation and evaluation of some theoretical frameworks construed in order to explain the semantic behavior of a specific class of sentences that seems to express propositions containing the so called unarticulated constituents. Roughly, an unarticulated constituent is a constituent of a propositional content that is not referred by any expression in the sentence used to express this propositional content. My presentation and evaluation will be mainly directed to the frameworks championed by Jason Stanley and John Perry. Eventually, I will try to defend a position that merges the best traits of both of these frameworks.

Keywords: Context. Proposition; Communication; Contextual sensibility.

Sumário

Introdução	9
Capítulo 1 – Perry	16
1.0 – Introdução	16
1.1 – A Teoria de Perry (1986)	17
1.2 – Implementações de Perry (1998)	27
1.3 – Críticas à Teoria de Perry	33
1.4 – Reações de Perry às Críticas	41
1.5 – Avaliação Geral	49
Capítulo 2 – Stanley	67
1.0 – Introdução	67
1.1 – Teoria de Stanley	68
1.2 – Críticas à Teoria de Stanley	90
2.3 – Avaliação Geral	103
Conclusão	121
Bibliografia	128

Introdução

São sete da manhã em Copacabana e Pedro se levanta para um futebol na praia. Mas, seu amigo Paulo lhe avisa: “Está chovendo”. Pedro desiste do futebol e volta a dormir. Simultaneamente, na Pampulha, João se levanta para uma corrida na lagoa. Seu amigo José, no entanto, lhe avisa: “Está chovendo”. João desiste de correr e volta a dormir.

Apesar de Paulo e José terem se utilizado de um único e mesmo enunciado na comunicação com seus interlocutores, eles não comunicaram a Pedro e João a mesma coisa: enquanto Paulo comunicou a Pedro como estava o clima em *Copacabana*, José comunicou João a respeito da chuva na *Pampulha*. Essa distinção fica clara ao se atentar para o comportamento subsequente de Pedro e João: uma chuva qualquer não os faria voltar a dormir, apenas uma chuva que afetasse os locais onde seriam realizadas suas respectivas atividades esportivas.

O fenômeno que ocorre nesses dois cenários é uma instância de um fenômeno muito geral e bastante estudado nos últimos quarenta anos de Filosofia da Linguagem. Chamaremos esse fenômeno geral de *variabilidade*. Ocorre variabilidade quando um mesmo enunciado – isso é, uma estrutura sintática complexa composta pelos mesmo termos e na mesma ordenação – pode ser utilizado para comunicar conteúdos diferentes em contextos diferentes. Como podemos observar, isso foi exatamente o que ocorreu nos cenários envolvendo João, José, Pedro e Paulo: José, com um certo enunciado, comunicou a João algo distinto daquilo que Paulo, com esse mesmo enunciado, comunicou a Pedro.

De modo geral, a variabilidade comporta uma série de tipos mais específicos de fenômeno, dos quais o mais patente e certamente o mais estudado é o da indexicalidade.¹ Um indexical é, grosso modo, uma *expressão* cuja referência pode mudar dependendo do contexto

1 A semântica de indexicais é largamente investigada no clássico Kaplan (1989).

em que seja utilizada. Assim, o pronome ‘eu’, por exemplo, pode ser usado tanto para se referir a Pelé, caso seja por ele proferida em uma entrevista em que ele diga, por exemplo, “Eu sou o rei do futebol”, quanto pode ser usada para se referir a Maradona, em uma conversa com seus amigos onde ele diga, por exemplo, “Eu não sou o melhor jogador de todos os tempos”. Uma série de outras expressões poderia figurar em uma lista pouco polêmica de indexicais: ‘aqui’, ‘hoje’, ‘amanhã’, ‘ele’ etc. Todas essas expressões podem se referir a diferentes itens quando colocadas em diferentes contextos: ‘aqui’ pode se referir a diferentes localidades, ‘hoje’ a diferentes dias e assim por diante.

A despeito de ser também um fenômeno bastante geral, a indexicalidade não parece, em princípio, ser o tipo de variabilidade que encontramos em casos como o de João e Pedro. Com efeito, apesar desses dois personagens terem compreendido algo a respeito do estado do clima em certas *localidades*, as pessoas que comunicaram esse algo a eles não se utilizaram de *expressões* ou *termos* cuja referência a uma localidade possa mudar de um contexto para outro – não há, por exemplo, um ‘aqui’ no enunciado ‘Está chovendo’. Mais que isso, não há, ao menos aparentemente, termo *algum* que se refira a lugares no interior desse enunciado, seja esse termo um indexical ou um termo cuja referência é fixa e não muda independentemente do contexto – algo como ‘Copacabana’ ou ‘Pampulha’.

Nosso objetivo nessa dissertação será investigar um caso específico desse tipo de variabilidade descrita acima e que se coloca no exterior do fenômeno da indexicalidade, ou seja, nosso objetivo consistirá em investigar alguns casos de variabilidade onde o enunciado envolvido não contém, ao menos em sua superfície, *expressões* cuja referência mude de um contexto para outro. Mesmo com essa restrição, no entanto, parece que muitos casos acabam por ser englobados no escopo de nossa investigação. Com efeito, é defensável que enunciados contendo expressões como ‘grande’ ou ‘todas’, por exemplo, podem ser utilizados para

comunicar diferentes conteúdos em diferentes contextos ainda que tais enunciados não contenham em sua composição nenhum tipo de expressão indexical. Autores como Kent Bach², Heim e Kratzer³ consideram que um enunciado como ‘Pedro é grande’, a despeito de aparentemente não conter nenhuma expressão indexical, pode ser utilizado para expressar diferentes conteúdos em diferentes contextos: algo verdadeiro quando Pedro é comparado com indivíduos de uma civilização de pigmeus e algo falso quando Pedro é comparado com indivíduos que pertencem a classe dos jogadores da NBA. Algo semelhante poderia ser sugerido no caso de enunciados contendo ‘todas’: um enunciado como ‘Todas as garrafas estão na geladeira’ poderia expressar algo verdadeiro quando utilizado em uma pequena festa de aniversário, mas algo patentemente falso quando utilizado no meio de um gigantesco depósito de bebidas.

Dado esse possível grande número mesmo de instâncias da variabilidade fora do âmbito da indexicalidade, restringiremos o escopo de nossa investigação um pouco mais e trataremos mais centralmente apenas do caso específico de variabilidade que ocorre em cenários análogos aos de Pedro e João, ou seja, casos de variabilidade que envolvam o enunciado ‘Está chovendo’; principalmente a interpretação desse enunciado relativamente a lugares onde se reporta estar acontecendo o fenômeno climático da chuva. Como é natural em filosofia, vez por outra nos desviaremos um pouco de casos que envolvam somente esse enunciado e avaliaremos a plausibilidade dos tratamentos expostos quando aplicados a um número bastante limitado de outros casos. Devemos ter em mente, no entanto, que o foco principal da dissertação são os casos de variabilidade que envolvem o enunciado ‘Está chovendo’.

Por falta de um nome melhor, chamaremos esses casos de instâncias de *variabilidade*

2 Bach (1994); pg. 128.

3 Heim e Kratzer (1998); pg. 71.

restrita. Os enunciados mais importantes e que servirão de exemplos no decorrer da dissertação serão numerados de acordo com a ordem em que aparecerem no texto. Dada sua centralidade, o enunciado abaixo será o primeiro na ordem de numeração:

(1) Está chovendo.

A relação desse enunciado com as localidades às quais aqueles que o utilizam se referem é, podemos dizer, a relação de *ser sobre* ou *dizer respeito a*. Em outras palavras, ao utilizar o enunciado (1), José comunicou a João algo *sobre* Copacabana, assim como ao se utilizar desse mesmo enunciado Paulo comunicou a Pedro algo que *diz respeito à* Pampulha. A esses itens aos quais aquilo que comunicamos diz respeito chamaremos de *constituintes* daquilo que é comunicado. Copacabana, portanto, é um constituinte daquilo que José comunicou a João, enquanto a Pampulha é um constituinte do que Paulo comunicou a Pedro. Esse algo que é comunicado chamaremos também de *conteúdo* ou *proposição* comunicada. Dado que estamos chamando esse algo de proposição, deve ficar claro que pressuporemos no decorrer da dissertação que aquilo que é comunicado pode ser tomado como verdadeiro ou falso e que, portanto, objetos “incompleto” como funções proposicionais ou propriedades estarão fora do que pode ser classificado sob tal rótulo.⁴

Ao que parece, o primeiro a atentar para os problemas que o enunciado (1) poderia trazer para um tratamento da sensibilidade contextual e funcionamento de operadores em linguagem natural foi David Kaplan. A passagem abaixo é de seu seminal “Demonstratives”:

If we wish to isolate location and regard it as a feature of possible circumstances we can introduce locational operators: ‘Two miles north it is the case that’. [...] However, to make such operators interesting we must have contents which are locationally neutral. That is, it must be appropriate to ask if *what is said* would be true in Pakistan. (For example, ‘It’s

4 Há atualmente uma tentativa de explicar o fenômeno geral da variabilidade, ou ao menos certas instâncias do mesmo, a partir de quadros teóricos classificados como *relativistas*. Nesses quadros o conteúdo comunicado não necessariamente é algo verdadeiro *simpliciter*, mas apenas verdadeiro relativamente a esse ou aquele parâmetro. Tais quadros, no entanto, não serão abordados na presente dissertação. Para um tratamento desse tipo, ver Predelli (2005).

raining' seems to be locationally as well as temporally and modally neutral.)⁵

Kaplan, no entanto, não dedica muito de sua atenção a esses casos. O primeiro a investigar profundamente o funcionamento interpretativo de enunciados como **(1)** foi John Perry em seu “Thought Without Representation”. Nesse artigo Perry lançou as bases das discussões que giram em torno desse enunciado. A noção central de Perry em sua abordagem do problema é a noção de *constituente inarticulado*. Como dissemos acima, constituintes são os objetos a respeito dos quais os falantes comunicam algo. Um constituinte é inarticulado se, além do falante se referir a ele, essa referência não é realizada a partir de um componente sintático como um termo ou expressão. Ou seja, algo é um constituinte inarticulado se figurar em um certo conteúdo sem que seja representado na estrutura sintática utilizada para expressar ou comunicar aquele conteúdo.

Ao que parece, a localidade é um constituinte inarticulado de alguns conteúdos comunicados *via* enunciado **(1)**: Copacabana, por exemplo, é um constituinte do que José comunicou a João que não é a referência de nenhum termos do enunciado **(1)** que José utilizou para se comunicar com João; da mesma maneira, a Pampulha é um constituinte inarticulado do que Paulo comunicou a Pedro, pois Pedro compreendeu que Paulo falava sobre a Pampulha ainda que esse não tenha se utilizado de uma palavra na referência a tal lugar.

A tese de Perry de que as aparências no caso do enunciado **(1)** não são enganadoras – ou seja, que não parece haver e nem há de fato termo que se refira a localidades no enunciado **(1)** – foi desafiada por Jason Stanley em seu artigo “Context and Logical Form”. Nesse artigo, Stanley pretende demonstrar que “*todos os efeitos vericondicionais do contexto extralinguístico podem ser traçado a partir da forma lógica*”⁶. A forma lógica de um

5 Kaplan (1989); pg. 504.

6 Stanley (2000); pg. 30.

enunciado é, grosso modo, uma estrutura sintática profunda que revela a real forma desse enunciado. Como Stanley pretende concluir que todos os efeitos do contexto – inclusive a introdução da localidade sobre a qual diz respeito algo comunicado a partir do enunciado **(1)** – podem ser rastreados a partir dessa forma profunda, podemos inferir que, de algum modo, Stanley irá tentar demonstrar que o enunciado **(1)** contém, na realidade, uma expressão oculta cuja função é se referir, dado um certo contexto, a lugares. Obviamente, no entanto, Stanley não pretende somente postular uma tal expressão baseado na ortodoxia de que para todo elemento no conteúdo há um correspondente na sintaxe.⁷ Com efeito, o autor defenderá a tese de que há fenômenos semânticos estritamente relacionados com o funcionamento do enunciado **(1)** que não podem ser explicados sem que se postule uma variável oculta no interior desse enunciado. Muito grosso modo, o argumento de Stanley consiste em observar que ao se antepor um operador que quantifique sobre localidades na frente de um enunciado como **(1)**, esse operador interfere na interpretação desse enunciado **(1)**. Ocorre, porém, que um operador que quantifique sobre lugares só pode interferir na interpretação de um enunciado se no interior desse enunciado houver uma variável cujos valores sejam lugares, do que se conclui que, ao contrário do que sustenta Perry, há no enunciado **(1)** uma expressão que se refere a lugares e, portanto, os conteúdos expressos por tal enunciado não contêm constituinte inarticulado algum.

O cerne da dissertação consistirá na análise detalhada e avaliação da posição desses dois autores.⁸ Após uma exposição minuciosa dos respectivos quadros teóricos a partir do qual Perry e Stanley erguem suas teorias, passaremos à exposição de algumas críticas importantes que cada um desses quadros recebeu. Ao fim de cada capítulo, uma avaliação de tudo o que foi exposto será adiantada e, assim, o capítulo será concluído.

⁷ Esse princípio básico da ortodoxia, que chamaremos de princípio da representação homomórfica, será investigado mais a fundo nos capítulos centrais da dissertação.

⁸ Outros autores nos servirão como interlocutores de maneira mais ocasional.

Após essa análise e avaliação detalhada, nossa posição final será a de que cada um dos dois quadros centrais tem suas vantagens e defeitos, e que uma solução ideal seria unir os melhores aspectos de cada um dos dois. Advogaremos, portanto, uma solução que tenta compatibilizar Perry e Stanley. Do lado de Perry, tentaremos manter a tese de que as nossas intuições sintáticas mais básicas estão corretas e que, portanto, não há, de fato, nenhuma variável oculta no enunciado **(1)**. Mais que isso, tentaremos preservar a intuição de que não há, em geral, muita surpresa quanto ao número de variáveis ocultas presentes em enunciados da linguagem natural. Do lado de Stanley, tentaremos manter o tratamento tradicional da interação entre operadores e enunciados a partir das noções de variável ligada, quantificação etc. Para realizar essa conexão e assim unir os melhores aspectos dos dois quadros, lançaremos mão da noção de *função variádica*, sugerida por François Recanati, que consiste basicamente em uma função que altera a aridade de predicados e gera lugares de argumento passíveis de serem ligados por operadores que ligam variáveis. Essa noção, bem como sua aplicação e os benefícios a ela inerentes serão expostos no tópico de avaliação do quadro de Stanley e no capítulo de conclusão da dissertação. Com essa postura pretendemos também evitar os embaraços que cada um desses dois quadros enfrenta: o problema de se adiantar um tratamento pouco ortodoxo e pouco claro da interação entre operadores e enunciados, no caso de Perry, e uma aplicação irrestrita das teses tradicionais a respeito da relação entre sintaxe e semântica que tem implicações contraintuitivas, no caso de Stanley.

Capítulo 1: Perry

1.0 – Introdução

As bases para as investigações a respeito do fenômeno da variabilidade restrita foram lançadas no seminal artigo de John Perry intitulado “Thought Without Representation”, um artigo direcionado principalmente a temas de filosofia da mente, como o papel do sujeito nos pensamentos em primeira pessoa, conhecimento de si etc. Apesar disso, porém, algumas das teses sobre a linguagem natural defendidas nesse texto deram origem a uma série de polêmicas, teses essas dentre as quais se encontram justamente aquelas que constituem o cerne da teoria que Perry formula para explicar nosso fenômeno central.

Essa teoria será o nosso primeiro objeto de exposição nesse capítulo. Como veremos mais adiante, ela sofreu uma série de implementações em textos posteriores a Perry (1986), como em Perry (1998), por exemplo, até ser drasticamente modificada em Perry (2007) por razão de algumas críticas que Kenneth Taylor dirigiu a uma tese central sobre a qual a teoria se baseava. Nossa exposição obedecerá, assim, à própria ordem cronológica dos textos de Perry sobre o assunto: primeiramente, apresentaremos a teoria tal qual foi exposta em Perry (1986), somente então passaremos às implementações inseridas por Perry (1998).

Já deve ter ficado claro, porém, que uma exposição das teses defendidas nesses dois textos seria insuficiente, pois não incluiria ainda as modificações radicais levadas a cabo em Perry (2007). Como, porém, essas modificações são uma reação às críticas contidas em Taylor (2007a), faremos a exposição das mesmas separadamente, em um tópico dedicado exclusivamente às reações de Perry a diferentes críticas dirigidas a ele desde a publicação de seu artigo seminal em 1986. Antes de tais reações, contudo, apresentaremos as próprias críticas que as motivaram, críticas de autores como Jason Stanley, François Recanati e o próprio Taylor.

Em resumo, portanto, esse capítulo terá sua estrutura definida pela exposição dos seguintes tópicos: **(1.1)** Teoria de Perry (1986); **(1.2)** Implementações de Perry (1998); **(1.3)** Críticas à teoria de Perry; **(1.4)** Reações de Perry às críticas; **(1.5)** Avaliação geral do que foi exposto.

1.1 – Teoria de Perry (1986)

O objetivo fundamental de “Thought Without Representation” é demonstrar que um sujeito pode ter um pensamento que de algum modo lhe diga respeito ainda que tal sujeito não esteja representado em tal pensamento. Para sustentar tal conclusão, uma das coisas que Perry tenta mostrar é que algo análogo a isso ocorre com alguma frequência no uso natural da linguagem, ou seja, que um sujeito pode dizer algo sobre um item que não esteja representado no enunciado que o sujeito utilizou para dizer esse algo. É no contexto de abordagem dessa última tese que Perry dirige sua atenção ao fenômeno da variabilidade restrita e apresenta uma teoria para explicá-lo, teoria essa que constitui o objeto de investigação do presente tópico.

Como base de sua exposição, Perry utiliza um cenário imaginário essencialmente semelhante ao da introdução: em Palo Alto, um sujeito acorda com planos para jogar tênis. Seu filho diz “Está chovendo” e o sujeito volta a dormir. Uma série de dados contidos nesse exemplo são relevantes para construir uma explicação do mesmo: o filho tinha a intenção de comunicar ao pai que estava chovendo *em Palo Alto*; essa localidade, contudo, não está representada no enunciado que o filho utilizou para se comunicar com seu pai, ou, em outras palavras, nenhum dos termos que compõem o enunciado utilizado pelo filho se refere a Palo Alto; não obstante, o pai do rapaz compreendeu o que seu filho desejava lhe comunicar e, portanto, compreendeu que seu filho falava sobre o clima de algum lugar e, além disso, que ele falava especificamente sobre o clima *em Palo Alto*. Surgem, assim, diversas questões:

como Palo Alto entrou na conversa? O que o filho utilizou para se referir a ou falar sobre esse lugar? Como o pai compreendeu que o filho desejava se referir a um lugar? Como o pai compreendeu que o filho desejava se referir a Palo Alto *em específico*?

Perry abre caminho para uma resposta a essas questões distinguindo diferentes modos de se referir às coisas do mundo. Assim como na conversa com seu pai o filho se referiu a Palo Alto – ainda que não saibamos como – ele se referiu também um certo evento⁹, ou seja, uma certa chuva, e um certo tempo, pois não falava apenas sobre uma chuva que ocorreu em um período de tempo qualquer, mas especificamente sobre a chuva que ocorria no momento em que ele se comunicava com seu pai. O modo como ele se referiu à chuva e ao momento dela, porém, parecem ser essencialmente distintos.

Para se referir à chuva, o filho utilizou um certo termo, uma palavra, ou seja, ‘chovendo’. Além disso, esse termo se refere ao mesmo tipo de evento independentemente da situação em que seja utilizada: seja no Rio ou em Minas, no meio ou no fim do ano, o verbo ‘chover’ em suas diferentes flexões vai sempre se referir a chuvas. Perry cunha um certo vocabulário para falar sobre esse tipo de termo que se refere à mesma coisa independentemente da situação ou contexto: termos ou expressões *insensíveis ao contexto*.

Em sua referência ao momento da chuva, o rapaz do cenário também utilizou uma expressão, a saber, o verbo ‘estar’ em sua flexão no presente, mas o modo como esse termo se refere a um certo instante temporal é diferente do modo como o verbo ‘chover’ se refere a chuvas: em diferentes situações ou contextos, o verbo ‘está’ pode se referir a diferentes instantes temporais, pois utilizado às dez da manhã de domingo, o verbo se referiria a esse horário, enquanto uma utilização do mesmo verbo três horas depois teria como referência um instante diferente, ou seja, uma hora da tarde do mesmo domingo. Acompanhando sua construção vocabular anterior, Perry chama termos que mudam sua referência de um contexto

9 O termo ‘evento’ não tem aqui um sentido técnico, como o de Davidson (1969), por exemplo.

para outro de termos *sensíveis ao contexto*. Não se diz, no caso de expressões sensíveis ao contexto, que elas enquanto tais se referem a um certo item, mas somente que elas refere a tal ou qual item *relativamente* a tal ou qual contexto.

Essa distinção entre os modos como nos referimos às coisas aponta um certo caminho que pode resultar em um solução interessante para um dos problemas centrais que Perry se coloca: o que o filho utilizou para se referir a Palo Alto? A distinção aponta esse caminho por mostrar que nem só das palavras ou termos nos utilizamos para fazer referência às coisas, mas também do *contexto* em que esses termos são utilizados.¹⁰ Para se referir à chuva o rapaz se utilizou apenas de um termo; já para se referir ao momento da chuva, o rapaz se utilizou não só de um termo, mas *também* de um contexto. Mas que caminho isso apontaria? Não há termos no caso da referência a Palo Alto como há nesses dois casos, esse é justamente o cerne do problema. Contudo, não seria possível ainda assim dizer que o rapaz se utilizou do contexto para se referir a Palo Alto, mesmo que não tenha se utilizado em conjunto de um termo? Esse parece um caminho promissor. Mas como ele se utilizou do contexto? Ele se utilizou *somente* do contexto, como o rapaz se utilizou somente de ‘chovendo’ para se referir à chuva, ou se utilizou do contexto *relativamente* a algo, como o filho utilizou o verbo ‘está’ relativamente ao contexto para se referir ao momento da chuva?

O ponto de partida para a abordagem da questão é, portanto, a intuição de que foi, ao menos em parte, do contexto que o rapaz se utilizou para comunicar ao pai algo sobre Palo Alto.¹¹ Essa intuição, porém, precisa ser lapidada: como exatamente esse contexto exerceu o papel de determinar que era sobre Palo Alto que versava a conversa imaginária? Que elementos do contexto foram preponderantes?

¹⁰ Deve ficar claro, portanto, que não estamos *pressupondo* expressões ou outras entidades sintáticas como algo necessário para que haja referência. Referência aqui não é necessariamente referência de um *termo*.

¹¹ Quando dizemos que o rapaz *utilizou* o contexto, queremos dizer que ele *explorou* esse contexto para realizar uma certa tarefa, ou seja, a tarefa de comunicar algo a seu pai.

Tendo essas novas questões em vista, Perry constrói um quadro de análise a partir do qual elas possam ser colocadas de modo mais preciso e uma resposta às mesmas possa ser traçada. Esse quadro é constituído por três suposições básicas, permeadas também por algumas inserções de natureza vocabular. A primeira delas é que o que é dito a partir do uso de um enunciado qualquer tem *constituintes*; esses constituintes são aquilo sobre o que esse algo é dito. Assim, no cenário base descrito mais acima, os constituintes do que o filho disse ao pai são a chuva, o momento dela e Palo Alto, pois o que o filho comunicou ao pai dizia respeito justamente a esses três itens.

Perry traça também uma distinção entre os tipos de constituintes presentes no que é dito. Como vimos, há certos constituintes do que o filho comunicou ao pai que são representados pelo enunciado do qual o filho se utilizou, ou seja, **(1)**. Esses constituintes são a chuva e o momento em que ela ocorreu. A esses constituintes, que tem uma representação no enunciado, chamamos de constituintes *articulados*. Há, porém, também um constituinte que não está representados pelo enunciado **(1)**, a saber, o local onde a chuva a que o filho se referiu ocorreu. Um constituinte do que é comunicado que não é representado pelo enunciado utilizado nessa comunicação é um constituinte *inarticulado*. A partir dessa noção, podemos colocar nossas questões de outra forma: que elementos do contexto são responsáveis pela introdução de constituintes inarticulados?¹² De que instrumentos um falante faz uso para se referir a tais constituintes? Como um intérprete compreende a respeito de quais constituintes inarticulados versa aquilo que lhe é comunicado?

A existência de constituintes inarticulados implicaria na falsidade de um certo princípio largamente aceito¹³, denominado por Perry de princípio da *representação*

12 Como veremos a seguir, há uma grande discussão a respeito de se esses constituintes são *realmente* inarticulados: talvez tudo isso seja só aparência e, na realidade, haja algo oculto no enunciado **(1)** que se refira a esses constituintes.

13 Exemplos: Stanley (2000), Borg (2005), Bach (2001) e Taylor (2007b).

homomórfica, mas também reconhecido na literatura corrente por vários outros nomes, como princípio da articulação completa e princípio da correlação sintática¹⁴. De acordo com ele, todo elemento presente no que é comunicado deve corresponder, ser referido, ser representado por um componente que constitua o enunciado utilizado na comunicação. Constituintes inarticulados implicariam na sua falsidade justamente porque são elementos do que é dito sem nenhum tipo de representação no enunciado relevante. Perry, portanto, espera ter encontrado um contraexemplo a esse princípio, visto que nenhum elemento de (1) corresponde a Palo Alto, lugar sobre o qual o filho comunicou algo ao pai.

A segunda suposição é que os enunciados utilizados para se dizer algo possuem *componentes* significativos e que o significado deles consiste na relação entre os diferentes usos desses componentes e os itens aos quais esses usos se referem. No enunciado (1), por exemplo, podemos discriminar dois componentes: os verbos ‘está’ e ‘chovendo’. Mas qual seria a relação entre diferentes usos do verbo ‘está’ e suas respectivas referências, ou seja, instantes temporais? Ora, é que o instante temporal ao qual um uso do verbo ‘está’ se refere é o instante temporal em que esse uso é realizado.

Essa caracterização do significado do verbo ‘está’ pode ser representada de uma maneira mais formal. Se tomarmos o uso de um termo como consistindo na consideração daquele verbo em um certo contexto¹⁵, podemos representar esse uso como um par <e, c> onde ‘e’ representa o termo e ‘c’ o contexto¹⁶. Por sua vez, isso nos permite representar a própria relação entre os diferentes usos de um termo e os itens a que esses usos se referem – relação essa que, de acordo com a segunda suposição, constitui o próprio significado desse

14 Bach (2001) traça a origem desse princípio até Grice e seu *Studies in the Way of Words*.

15 Estou temporariamente abstraindo da distinção sugerida em Kaplan (1989) pg. 522 entre o caráter mais concreto de usos ou proferimentos e o caráter mais abstrato de enunciados considerados em contextos.

16 Nesse ponto em específico entendemos por contexto o mesmo que Kaplan (1989), ou seja, uma certa sequência de parâmetros que podem servir de referência para os termos de um enunciado. Mais adiante, porém, teremos de estender essa noção de contexto e incluir nele não somente elementos que podem ser referências de termos, mas também parâmetros que constituem contribuições *diretas* do contexto para o conteúdo.

termo – como uma função $f(x)$ que pode atribuir a diferentes pares $\langle e, c \rangle$ diferentes referências. Aplicando esse conjunto de representações formais ao caso do verbo ‘está’, podemos representar seu significado como uma função $f(x)$ que atribui ao par $\langle \text{‘está’}, c \rangle$ o instante temporal t que constitui o contexto c . Novamente, para diferentes valores de c , a função pode gerar diferentes valores para t . O significado do verbo ‘chovendo’ poderia ser determinado de modo semelhante. Como, porém, esse verbo se refere sempre ao mesmo item independentemente do contexto, uma função que represente seu significado não irá atribuir diferentes referências a diferentes pares $\langle \text{‘chovendo’}, c \rangle$. Mas como poderíamos representar esse item ao qual o verbo ‘chovendo’ se refere? Perry sugere que ele pode ser representado como uma propriedade binária $C(x, y)$ de tempos e lugares. Como veremos mais adiante, essa sugestão é fundamental para que a teoria de Perry possa explicar satisfatoriamente o fenômeno da variabilidade restrita; a justificativa de Perry para tal sugestão, no entanto, será um dos pontos fracos de seu quadro teórico.

A terceira suposição é que o significado do enunciado como um todo é determinado pela composição dos significados dos componentes desse enunciado de acordo com o modo de ordenação desses componentes. Uma das utilidades dessa suposição pode ser melhor apreciada através da consideração de enunciados como ‘João ama Joana’, visto que o significado desse enunciado como um todo é obviamente distinto do significado de ‘Joana ama João’, a despeito de ambos os enunciados possuírem os mesmos componentes. Um dos papéis dessa terceira suposição é justamente capturar essa obviedade, explicando a diferença entre o significado dos dois enunciados a partir da diferença na ordenação dos componentes desses enunciados: no primeiro enunciado, o nome ‘João’ está à esquerda do predicado ‘ama’, enquanto no segundo enunciado quem ocupa essa posição é o nome ‘Joana’.

Uma outra utilidade da terceira suposição, essa mais relevante para o nosso tema, é

explicar como o significado de um enunciado como um todo pode ser determinado a partir dos significados dos componentes desse enunciado¹⁷. O enunciado **(1)**, por exemplo, possui apenas dois componentes: ‘está’ e ‘chovendo’. Como o significado de ‘está’ é representado por uma função $f(x)$ que tem instantes temporais como valores e o significado de ‘chovendo’ é representado pela propriedade $C(x, y)$ estabelecida justamente entre instantes temporais e localidades, a **composição** desses significados resulta em algo como $C(f(x), y)$ ¹⁸. Esse é, portanto, o significado do enunciado **(1)** como um todo. Dizemos que há uma composição no sentido acima quando há uma junção entre dois significados que de algum modo se “preenchem”; quando um oferece aquilo de que o outro precisa. No caso acima, por exemplo, o significado de ‘chovendo’ precisa de um lugar e um instante temporal: essas são as classes de itens que suas variáveis livres tomam como valores. O significado de ‘está’, por sua vez, é justamente uma função que tem instantes temporais como valores e, portanto, pode assumir o lugar de uma variável para instantes temporais como essa presente no significado de ‘chovendo’. Dizemos, assim, que o significado de ‘está’ como que preenche o significado de ‘chovendo’ e que, portanto, há uma composição entre os dois.

Essas duas últimas suposições nos permitem traçar a origem de dois dos constituintes daquilo que o rapaz disse a seu pai: a chuva e o momento dela. O primeiro desses constituintes foi inserido no que foi dito a partir da função que representa o significado do termo ‘chovendo’, o segundo a partir da função que representa o significado de ‘está’. Esses constituintes, porém, não são todos os constituintes do que foi dito no nosso cenário: falta a localidade. Como podemos representar o modo através do qual a localidade foi inserida no que foi dito? Que tipo de função poderia transformar a localidade em um constituinte do que o filho comunicou ao pai?

17 A suposição anterior explicou justamente como determinar o significado desses componentes.

18 Lembramos que a variável da função $f(x)$ tem pares ordenados como valores.

Quando introduzimos a intuição de que o rapaz utilizou o contexto para se referir a Palo Alto, distinguimos dois modos possíveis dessa utilização: um uso somente do contexto e um uso do contexto relativamente a algo¹⁹. Caminhando na direção da primeira opção, poderíamos tentar representar esse uso do contexto como uma função que, dado um contexto e mais nada, geraria como valor uma localidade. Essa função, no contexto do cenário base deveria gerar como valor Palo Alto. Utilizamos funções, no entanto, para representar relações entre seus argumentos e seus valores. No caso do termo ‘está’, por exemplo, vimos que a função que é seu significado representa uma certa relação entre os usos de ‘está’ e os itens aos quais esses usos se referem: esses itens são os instantes em que esses usos são realizados. Mas que relação há entre o contexto e Palo alto no caso do cenário acima? Que relação há em geral entre o que é comunicado por alguém que utiliza **(1)** e o local a respeito do qual isso é comunicado?

Perry chega a cogitar que essa relação poderia ser análoga à relação entre ‘está’ e suas possíveis referências: assim como a expressão ‘está’ se refere ao lugar em que é utilizada, o que é comunicado por alguém que utiliza **(1)** diz respeito ao lugar em que esse enunciado é utilizado. Os enunciados **(1)** e ‘está chovendo aqui’ teriam, portanto, um significado muito próximo²⁰, assim como **(1)** e ‘está chovendo agora’. Segundo essa análise, o constituinte Palo Alto seria introduzido no que foi comunicado a partir de uma função que, dado um uso do enunciado **(1)** como um todo²¹, gera como valor o local dessa utilização.

Essa análise, porém, é rejeitada por Perry, pois não pode explicar o que é comunicado em algumas utilizações de **(1)**. Suponha, por exemplo, que o filho mais novo e mais velho do sujeito do cenário estejam conversando ao telefone. Esse sujeito pergunta a seu filho mais

19 Ou seja, um uso do contexto relativamente a um termo, por exemplo, como no caso em que nos utilizamos do contexto relativamente ao termo ‘eu’ para nos referirmos à nossa pessoa.

20 Ou seja, dado o mesmo contexto *c*, ‘está chovendo’ e ‘está chovendo aqui’ comunicariam o mesmo.

21 Lembrando que um uso de **(1)** pode ser representado como um par <‘está chovendo’, *c*>.

novo, próximo dele na sala, como estão as coisas com o irmão mais velho, que está em outro estado. O rapaz responde: “Está chovendo”. Nesse caso, parece óbvio que o rapaz não comunicou ao pai que estava chovendo no local onde o enunciado **(1)** foi utilizado, mas que estava chovendo no estado onde seu irmão mais velho estava, que não é o mesmo estado onde ele e seu pai estavam.

O problema parece embaraçoso. Não há um termo que se refira ao local, como no caso da referência à chuva, e também parece não haver nem mesmo uma relação fixa entre o que é comunicado e esse local, como há, por exemplo, entre a expressão ‘está’ e suas possíveis referências. Diante dessas dificuldades, Perry chega a afirmar que não há muito mais o que dizer sobre esse problema; tudo o que pode ser dito é que a relação entre o que é comunicado e o local a respeito do qual esse algo é comunicado é que esse algo comunicado é *sobre* ou *diz respeito* a esse local²². Isso, porém, não explicaria nada. O fato de o que é comunicado dizer respeito a Palo Alto é um *dado* do problema, algo que requer e, portanto, não pode servir de explicação. Prevendo esse embaralho dialético, Perry tenta tornar a explicação um pouco mais precisa apelando para as intenções e crenças do falante, ou seja, o filho teria utilizado de suas *intenções* para se referir a Palo Alto:

This is not to deny, of course, that a good deal more could be said concerning the factors that determine which places a use of this sentence is about. The intentions and beliefs of the speaker are clearly key factors. My son’s belief was about Murdock and his intention was to induce a belief in me that was about Murdock by saying something about Murdock.²³

O máximo que Perry consegue dizer sobre a relação entre o que é comunicado por alguém que usa **(1)** e o local a que esse alguém se refere é, portanto, que esse alguém tem a *intenção* de se referir a esse local. De modo mais formal, poderíamos representar o mecanismo que insere a localidade no que é comunicado como uma função que nos leva de intenções e contextos em localidades, onde a relação entre os argumentos e seus valores seria de que os

²² Perry (1986); pg. 175.

²³ Perry (1986); pg. 175.

últimos são os locais para os primeiros se dirigem. Voltando à nossa questão mais acima, portanto, podemos dizer que o contexto exerceu seu papel, foi utilizado pelo filho do sujeito, a partir das intenções do rapaz. Foram esses elementos do contexto, as intenções do rapaz que foram preponderantes na determinação de que a conversa versava sobre Palo Alto. Exposta a solução desse problema, vejamos agora como Perry resolve um outro: como o pai compreendeu que o filho falava sobre algum lugar *em geral*? O que o pai utilizou para compreender isso?

Há uma propriedade do que é comunicado que pode nos auxiliar a entender como Perry resolve esse problema. O que uma pessoa nos comunica ou o que ela diz se utilizando de um enunciado pode ser avaliado como *verdadeiro* ou *falso*. Se uma pessoa me comunica que está chovendo no lugar onde estou, por exemplo, posso olhar para o céu e dizer se o que ela me comunicou é verdadeiro ou falso. Esses objetos que podem ser verdadeiros ou falso são *proposições* e, portanto, o que as pessoas comunicam ou dizem utilizando-se de enunciados são proposições. Há, por outro lado, coisas que não podem ser verdadeiras nem falsa. Se alguém me diz uma coisa incompleta como “é cadeira”, por exemplo, não me deixa em condições de dizer se o que ela disse é verdadeiro ou falso. Vejamos agora como isso nos ajuda com a solução de Perry.

Como vimos nas segunda suposição de Perry, os componentes de **(1)** são as expressões ‘está’ e ‘chovendo’. Utilizadas isoladamente, nenhuma dessas expressões pode comunicar algo verdadeiro ou falso, dizem somente algo incompleto. Quando juntas, chegam a dizer algo mais preciso, mas ainda não passível de verdade ou falsidade. Isso se deve ao fato do componente ‘chovendo’ ter como significado uma relação entre tempos e lugares, ao passo que o significado de ‘está’ só preenche um dos parâmetros dessa relação, a saber, a do tempo. Teríamos assim, na junção de ‘está’ e ‘chovendo’, algo ainda incompleto, algo cuja verdade

ou falsidade só poderia ser determinada relativamente a um lugar, o qual completasse o significado de ‘chovendo’ ao preencher seu parâmetro de lugares. Ora, mas o que é comunicado deve poder ser verdadeiro ou falso, e isso é justamente um dos elementos que o pai do rapaz utilizou para determinar que ele não poderia estar dizendo que está chovendo *ponto*, mas que estava chovendo *em algum lugar*. Foi, portanto, o fato de ‘chovendo’ significar uma relação entre tempos e lugares que fez com que o pai compreendesse que o filho estava lhe comunicando algo a respeito de um lugar e não somente a respeito de um momento.

Como, porém, o pai determinou que esse lugar a respeito do qual seu filho falava era Palo Alto *em específico*? Ora, é natural supor que o que alguém utiliza para compreender que seu interlocutor se referiu a algo é a mesma coisa que seu interlocutor utiliza para se referir a esse algo. No caso da chuva, por exemplo, o filho do sujeito se utilizou da expressão ‘chovendo’ para se referir a ela, da mesma forma que o pai se utilizou dessa expressão para compreender que o filho se referia à chuva. No caso de Palo Alto, vimos que o filho se utilizou do contexto para se referir a tal lugar, mais especificamente de certos elementos do contexto: suas intenções. Concluimos, portanto, que o pai do rapaz compreendeu que o filho se referia a Palo alto porque compreendeu que o filho tinha a intenção de se referir a Palo Alto; foi dessa intenção disponível no contexto²⁴ que o pai se utilizou para compreender a que o filho se referia.

1.2 – Implementações de Perry (1998)

Em seu artigo “Indexicals, Contexts and Unarticulated Constituents”, Perry faz uma retomada geral de sua visão a respeito de termos indexicais e constituintes inarticulados. Nesse texto, algumas das teses expostas em Perry (1986) e que lá haviam sido simplesmente

24 Falaremos mais adiante dessa (estranha) tese de que uma intenção está *disponível* no contexto.

sugeridas são justificadas. De forma geral, nesse artigo suas posturas são expostas de outro modo, a partir dos diferentes papéis que um contexto pode ter na determinação do que é comunicado.

Expressões indexicais são expressões que podem mudar sua referência de um contexto por outro. Um exemplo desse tipo de expressão é, como podemos lembrar, o verbo ‘está’, que pode se referir a diferentes instantes temporais quando utilizado em diferentes contextos. Outros exemplos de expressões indexicais são ‘eu’, ‘aqui’, ‘agora’ etc. Enunciados que possuem indexicais entre seus componentes podem ser utilizados para comunicar diferentes conteúdos²⁵ quando em contextos distintos. Utilizado por mim, o enunciado ‘Eu sou botafoguense’ comunica que Vitor é botafoguense; já quando utilizado por Marco, o mesmo enunciado comunica algo distinto, a saber, que Marco é botafoguense.

A distinção entre um constituinte referido através de um indexical e um constituinte inarticulado pode ser visualizada a partir de uma diferença entre os papéis que um contexto exerce na introdução desses dois tipos de constituinte em um certo conteúdo comunicado. Como veremos, Perry distingue três funções que o contexto pode exercer: pré-semânticos, semânticos e pós-semânticos. Os dois últimos são responsáveis por distinguir o modo de referência de indexicais e constituintes inarticulados respectivamente. Vejamos como Perry caracteriza cada um desses papéis²⁶ do contexto.

Algumas vezes para nos comunicar com nossos interlocutores nos utilizamos de palavras homônimas, ou seja, palavras que possuem uma forma visível idêntica mas que têm significados diferentes. No português, os exemplos mais comuns são as palavras ‘manga’,

25 Um conteúdo é aquilo que é dito ou comunicado.

26 Pode haver dúvidas se de fato Perry está falando só de diferentes *papéis* que uma mesma entidade (o contexto) pode exercer, ou se ele está falando de *tipos* de contexto diferentes. Isso porque é razoável pensar que a própria natureza do contexto utilizado para introduzir constituintes inarticulados (contexto pós-semântico) é diferente da natureza do contexto cuja função é somente de suprir referências para indexicais (contexto semântico), sendo a natureza do primeiro mais complexa que a do segundo. Vamos, porém, nos abster dessa discussão, que nos levaria muito além de nosso escopo.

‘banco’, ‘canto’ etc. Na maioria das vezes, para compreender em que sentido uma palavra homônima está sendo utilizada, não precisamos ir além do próprio enunciado em que aquela palavra ocorre. Se alguém me diz “João comeu uma manga”, preciso apenas saber que mangas de camisa não são comestíveis para deduzir que meu interlocutor se refere a uma fruta. Em alguns casos, porém, para compreender em que sentido uma palavra está sendo usada não é suficiente observar o enunciado no qual aquela palavra foi colocada, temos que prestar atenção ao contexto em que aquele enunciado foi utilizado.

No caso do enunciado ‘Este é um bom banco’, por exemplo, para identificar o que uma pessoa que o utiliza está tentando nos comunicar, devemos observar não só as palavras, mas também outros elementos constituintes da situação em que o enunciado foi utilizado, pois sabemos que tanto peças de mobília quanto instituições financeiras podem ser boas. Uma série de coisas pode estar envolvida na determinação de qual dos dois sentidos de ‘banco’ é o mais adequado nesse caso: se estamos diante de uma logomarca de uma instituição financeira famosa, se estamos em uma loja de móveis, o lugar para o qual a pessoa que diz ‘este’ está apontando etc. À função que o contexto exerce de determinar o sentido de uma palavra, Perry chama *pré-semântica*. O aspecto mais marcante do contexto pré-semântico é, de acordo com Perry, o fato de o papel desse contexto ser absolutamente inessencial para o funcionamento da linguagem em um ponto de vista global. Dada outra língua, como o inglês, por exemplo, uma série de homônimas presentes no português seriam perdidas, as palavras que se referem à manga da camisa e à fruta, por exemplo, não são homônimas no inglês. Isso quer dizer que a homonímia não é uma propriedade do significado lingüístico de uma expressão, que é o mesmo no português e no inglês, mas tão somente dessa expressão enquanto uma forma gráfica.

Nem só de resolver ambiguidades, porém, vive o contexto. Em alguns casos,

precisamos nos utilizar do contexto mesmo depois de determinar qual palavra está sendo utilizada, qual o significado está em jogo. Esse é o caso de enunciados contendo indexicais, como a expressão ‘eu’, por exemplo. No caso dessas expressões, o contexto não determina (apenas) a palavra ou significado que está sendo utilizado; são esses significados que “*exploram o contexto para exercer sua função*”²⁷. Para compreender, por exemplo, a quem uma utilização do pronome ‘eu’ se refere, tenho que saber quem foi o falante que utilizou essa expressão, quem no contexto foi o indivíduo que a proferiu. Assim, em contraste com o contexto pré-semântico, o contexto que é responsável por determinar a referência de indexicais, o contexto *semântico*, tem uma função absolutamente essencial, mesmo sob uma visão global a respeito da linguagem. Toda termo que tem o mesmo significado que ‘eu’, independentemente da língua da qual faça parte, deve poder mudar de referência de um contexto para outro: esse é o caso das expressões ‘I’, no inglês, ‘Ich’, no alemão etc. O mesmo se dá com todos os outros termos indexicais: ‘isso’, ‘agora’, ‘aqui’ etc. Isso quer dizer que a indexicalidade não é propriedade de uma forma gráfica, como a homonímia, mas do próprio ou ao menos de um dos significados lingüísticos atrelados a esse forma gráfica.

Vimos, portanto, que no caso do papel pré-semântico do contexto, determina-se qual o significado do termo que está sendo utilizado; já no caso do papel semântico, a função é determinar a que objetos esses significados de termos se referem. Nos dois casos, porém, deve ficar claro que utilizamos o contexto relativamente a um termo. Haverá, porém, algum caso em que o contexto exerça sua função *diretamente*, ou seja, sem a intermediação de um termo? Segundo Perry, isso é perfeitamente possível. Em alguns casos, mesmo depois de utilizar o contexto para determinar o significado dos termos ambíguos de um enunciado e determinar as referências de cada um dos termos que o compõem, o resultado que obtemos é um conteúdo que não pode ser verdadeiro nem falso e, portanto, não pode ser aquilo que nosso interlocutor

²⁷ Perry (1998); pg. 4.

deseja nos comunicar. Quando isso ocorre, o contexto exerce, segundo Perry, uma terceira função, a função de *completar* um conteúdo e torná-lo proposicional, ou seja, passível de ser tomado como verdadeiro ou falso. A essa função, Perry denomina *pós-semântica*, pois seu papel é justamente o de “*identificar os constituintes inarticulados da proposição expressa por um proferimento ... [mesmo] depois de todas as regras semânticas relevantes terem sido compreendidas e aplicadas*”²⁸.

O caso mais óbvio em que uma aplicação do papel pós-semântico entra em ação é na determinação do que é comunicado por algumas utilizações do enunciado **(1)**, visto que, como já foi exposto no tópico anterior, a composição das referências identificadas só a partir dos componentes desse enunciado não resultam em um conteúdo proposicional. Por que, porém, essa composição não resulta em um conteúdo não proposicional? Ora, porque, como vimos, o verbo ‘chovendo’ denota uma relação binária, enquanto o restante dos componentes de **(1)**, ou seja, ‘está’, só fornece valor para um dos parâmetros que compõem essa relação, a saber, o parâmetro de instantes temporais. Como uma relação binária com apenas um de seus parâmetros preenchidos não constitui um conteúdo proposicional, algo que possa determinar um valor de verdade, o conteúdo determinado somente a partir do enunciado **(1)** relativamente a um contexto não é proposicional. Fica, porém, uma última pergunta: por que dizer que o verbo ‘chovendo’ se refere a uma relação binária? Por que não dizer que ele, sendo um predicado unário, ou seja, um predicado de um único argumento, denota uma propriedade unária, cujo único parâmetro seja o de instantes temporais?

Esse é um dos pontos nevrálgicos do quadro teórico de Perry que recebeu uma justificativa em Perry (1998), justificativa essa inexistente no texto que abordamos no tópico anterior, onde a tese de que ‘chovendo’ denota uma relação binária foi simplesmente *sugerida*. De acordo com Perry, isso ocorre porque toda “*chuva ocorre em um tempo e em um*

28 Perry (1998); pg. 10.

*lugar*²⁹. Ou seja, visto que o fenômeno da chuva, ao qual o verbo se refere, ocorre em momentos do tempo e localizações espaciais, esse verbo tem de se referir a uma relação entre esses momentos e localizações. Essa justificativa é a primeira das implementações introduzidas em Perry (1998), vejamos agora uma outra.

Como vimos no tópico anterior, Perry considera que há somente dois componentes no enunciado **(1)**: ‘está’ e ‘chovendo’. Nenhum dos dois se refere a lugares e, portanto, determinar a referência desses termos e compô-las não é ainda suficiente para obter o que é comunicado por algumas utilizações de **(1)**, como a do exemplo do filho em seu diálogo com o pai. Alguém poderia, porém, perguntar a razão para Perry afirmar que há somente os dois componentes acima mencionados em **(1)**. A resposta mais óbvia seria que só há esses dois porque só vemos esses dois, só eles são pronunciados, só eles são escritos. Essa resposta, porém, não é suficiente. É bastante recorrente em filosofia da linguagem se falar de uma forma invisível de um enunciado, uma forma em que suas propriedades semânticas, seu perfil lógico, estejam mais claros. Essa forma invisível é normalmente chamada de *forma lógica*, e um problema que ela põe para o quadro de Perry é o fato de poder conter mais expressões que a forma visível do seu enunciado raiz. Alguém poderia, portanto, perguntar as razões para Perry não considerar um tratamento para o exemplo do diálogo entre pai e filho que se utilize de expressões ocultas na forma lógica, expressões essas que possam se referir a lugares e, portanto, auxiliar na determinação de um conteúdo proposicional sem necessidade de que um contexto pós-semântico entre em ação. A essa questão, o autor dedica uma pequena nota de rodapé em Perry (1998), onde diz:

I think the term “implicit reference” is sometimes thought to be necessarily connected to what I regard as special case. In some cases of implicit reference there is a feature, a trace, a sort of phantom expression, that serves in place of an expression, so the referred to constituent really isn’t unarticulated. Linguists often agree on the criteria for and presence of such features; it is

29 Idem; pg. 9.

a robust phenomenon. [...] I am interested in the theoretical possibility and coherence of truly unarticulated constituents; I also hope, however, that I have found some convincing examples that they really occur.³⁰

O tom da passagem parece claro: nos caso de alguns enunciados, a despeito do que é comunicado conter mais constituintes que a forma superficial do enunciado nos permitira prever, há um tipo de traço, uma “expressão fantasma” e, portanto, esses constituintes não são *realmente* inarticulados. Linguistas estão, em geral, de acordo a respeito dos critérios para a existência de tais expressões fantasmas, mas Perry espera que tais critérios não sejam aplicáveis aos casos a que ele apela e, portanto, espera que esses casos envolvam constituintes *verdadeiramente* inarticulados.

Vimos, assim, que em Perry (1998) são oferecidas justificativas para duas teses centrais de Perry (1986). Primeiramente, para a tese de que a expressão ‘chovendo’ denota uma relação binária e que, portanto, o enunciado **(1)** não determina ainda um conteúdo proposicional, visto que não contém expressões que se refiram a lugares. Depois disso, vimos que Perry justifica essa última tese, ou seja, que **(1)** não contém expressões que se refiram a lugares, mesmo sob o ponto de vista de uma forma invisível de **(1)** ou, em outras palavras, sua forma lógica.

1.3 – Críticas à teoria de Perry

Uma série de autores dirigiram críticas ao quadro teórico exposto nas linhas acima. Dentre esses se encontram principalmente Herman Cappelen, Ernest Lepore, Jason Stanley, Keneth Taylor e François Recanati. Abaixo apreciaremos algumas dessas críticas. Como a maioria delas se dirige à tese de que ‘chovendo’ se refere a uma relação binária, vamos expô-las primeiro em conjunto e somente ao fim passaremos à crítica de Jason Stanley, que se

³⁰ Perry (1998); nr. 4.

dirige especificamente à tese de que em **(1)** não há uma expressão que se refere a lugares.

Em “The Myth of Unarticulated Constituents”, Cappelen e Lepore (C&L) criticam duramente algumas das teses de Perry expostas nos tópicos anteriores. Segundo eles, o fato de uma pessoa poder comunicar a seu interlocutor que está chovendo em algum lugar em específico ao se utilizar de **(1)** não deve ser explicado, tal qual supõe Perry, através da relação a que se refere o termo ‘chovendo’, ou seja, da referência desse termo, mas através de aspectos culturais e absolutamente extra-semânticos do nosso modo de lidar com chuvas. Em outras palavras, ao ouvir **(1)** não procuramos saber a que lugar nosso interlocutor se refere por nos preocuparmos, como afirma Perry, com a proposicionalidade do que ele nos comunica, mas porque “*o local da chuva determina se nos molhamos, se cenouras crescem e se estradas se tornam escorregadias*”³¹.

Segundo C&L a tese central de Perry é que a composição das referências dos componentes do enunciado **(1)** considerado em um certo contexto não determina uma proposição. A essa tese eles chamam *Nonexpress*; essa tese se basearia, no quadro de Perry, em uma outra mais fundamental, a saber, a de que *não existe* uma proposição composta somente pelas referências de **(1)**, ou seja, não existe, por exemplo, a proposição de que está chovendo às três horas da tarde *ponto*. A essa tese eles chamam *Nonexist*. Restaria, portanto, determinar como Perry justificaria *Nonexist*. A partir das implementações do último tópico, porém, fica claro que Perry justifica *Nonexist* dizendo que não há proposições que contenham somente a referência de chuva e um instante temporal porque chuvas ocorrem não somente em tempos, mas em tempos *e* lugares.

C&L não julgam que essa é uma boa justificativa; mais que isso, eles tentam mostrar que ela tem consequências inaceitáveis. Consideremos, por exemplo, os enunciados:

(2) João dirigiu até sua casa ontem.

³¹ Cappelen & Lepore (2007); pg. 201.

(3) Joana dançou ontem a noite.

Obviamente, João dirigiu até sua casa a *alguma velocidade*, da mesma forma que Joana dançou *em algum lugar*. Apesar disso, porém, seria bastante estranho inferir, somente com base nessas platitudes, que a referência de ‘dirigiu’ é uma propriedade de, dentre outras coisas, velocidades e que, portanto, o que é comunicado por alguém que se utilize de (2) deve conter uma certa velocidade como um constituinte inarticulado; ou que a proposicionalidade de (3) dependeria da provisão de um certo local onde Joana dançou através do contexto.

Esse argumento de C&L é um argumento *geral* contra inferências do seguinte tipo: se o evento ao qual um termo qualquer faz referência tem necessariamente uma certa propriedade, então esse termo também deve fazer referência a essa propriedade. Ou seja, o argumento acima é um argumento contra a *justificativa* de *Nonexist*. Devemos nos lembrar, contudo, que a função de *Nonexist* é ser o fundamento de *Nonexpress*: se uma certa proposição não existe, ela não pode ser expressa. Os dois autores, no entanto, oferecem dois argumentos no sentido contrário ao de Perry, pois tentam demonstrar que há casos em que ‘chovendo’ não se refere a uma propriedade de lugares, casos em que indubitavelmente o que é comunicado através de um uso de (1) não faz referência a lugares. Isso implica na falsidade de *Nonexpress* e, portanto, de *Nonexist*: se uma certa proposição pode ser expressa, então ela existe.

O primeiro dos argumentos tenta mostrar que há enunciados em que claramente o termo ‘chuva’ não faz referência a lugares ou relações entre tempos e lugares³²:

(4) Chuva é a condição do tempo favorita de Joana.

(5) Chuva é o tópico do nosso próximo livro.

(6) Joana sonhou com chuva noite passada.

³² A mudança do verbo ‘chover’ e suas flexões para ‘chuva’ pode parecer estranho a um falante do português; deve-se notar, contudo, que a mudança é muito mais sutil no inglês, onde verbo e substantivo têm a mesma forma gráfica, ou seja, ‘rain’.

(7) Sinto falta de chuva desde que me mudei para Brasília.

Não é necessário, por exemplo, que alguém comunique a seu interlocutor que chuva *em algum lugar* ou coisa semelhante é o tópico de seu próximo livro através do enunciado (5). *Mutatis mutandis*, parece claro que o mesmo vale para todos os outros enunciados. Com esses enunciados, falantes que os utilizem podem comunicar somente coisas que são neutras a respeito de um ou outro lugar, coisas que não dizem respeito a nenhum lugar em específico. O termo ‘chuva’, assim, não parece se referir a uma relação entre tempos e lugares em nenhum desses enunciados e, portanto, não há porque afirmar que o verbo que lhe corresponde se refere a uma tal relação em enunciados como (1).

O segundo argumento contra *Nonexpress* se baseia em um pequeno cenário imaginário. No universo desse cenário, os habitantes de um certo planeta sofrem de fortes dores de cabeça quando chove, independentemente do lugar do universo em que chova. Chuvas, no entanto, são um fenômeno relativamente raro: duas ou três chuvas durante a semana no universo inteiro; além disso, essas chuvas, ainda que ocorram no próprio planeta desses seres, não os molham, pois as gotículas evaporam assim que tocam algo sólido. Não há também nenhuma função especial que as chuvas exerçam: plantações crescem independentemente disso etc. Para curar a dor provocada pela chuva, uma dor de características bem específicas, os habitantes desse planeta precisam somente usar um chapéu amarelo. Para se prevenir das dores, esses seres dispuseram diversos detectores de chuva pelo universo – um universo não tão grande quanto o nosso – e as informações a respeito de chuvas captadas por tais detectores são repassadas à população através de noticiários, onde se dizem coisas como: “Haverá chuva hoje às 10 horas, não saiam sem seus chapéus”. Alguns habitantes desinformados, porém, vez por outra esquecem seus chapéus em casa e, nesses casos, é comum ouvi-los dizer (levando a mão à cabeça): “Uh! Está chovendo”.

Em um tal cenário, é indubitável que não se comunica através de utilizações de **(1)** como a mencionada logo acima um conteúdo que verse sobre algum lugar em específico ou lugares de modo geral, comunica-se apenas que está chovendo, ponto. Como dizem C&L³³, esse cenário permitiria até mesmo utilizações adequadas de:

(8) Não me importa *onde* está chovendo, me importa somente *se* está chovendo.

Um enunciado que não poderia ser utilizado para comunicar algo a respeito de um lugar, e, portanto, onde ‘chovendo’ não se referiria a uma propriedade de, entre outras coisas, lugares. Isso tudo, porém, vai claramente de encontro a *Nonexpress*, pois parece que os habitantes do planeta descrito no cenário comunicam, sim, conteúdos compostos somente pelas referências dos componentes de **(1)**, conteúdos sem constituintes inarticulados. Como o que comunicamos é sempre passível de verdade ou falsidade, ou seja, como comunicamos *proposições*, esses habitantes expressam através de suas utilizações de **(1)** proposições que não contêm lugares como constituintes. Mas, se eles expressam tais proposições, elas existem e, portanto, *Nonexist* é, assim como *Nonexpress*, falsa.

As críticas de Taylor e Recanati ao tratamento de Perry para a variabilidade restrita vão na mesma direção das críticas de C&L: Taylor concorda que Perry não tem uma boa justificativa para afirmar que ‘chovendo’ se refere a uma relação binária³⁴, mas concorda que a conclusão de Perry é, enquanto tal, correta; Recanati, por sua vez, considera possível que certos falantes comuniquem conteúdos sem constituintes inarticulados ao se utilizar de **(1)**³⁵ e, portanto, concorda de maneira mais integral com as críticas de C&L.

Apesar de concordar com Perry que um falante não pode comunicar através de **(1)** uma proposição que não contenha lugares como constituintes, Taylor pretende, como veremos

³³ Cappelen & Lepore (2007); pg. 206.

³⁴ Taylor (2007a); pg 224. É importante notar que, a despeito da ordem que escolhemos para expor as críticas dos autores, C&L afirmam ser Taylor (2001) a origem da crítica que eles fazem à justificativa apresentada por Perry para dizer que ‘chovendo’ se refere a uma relação binária.

³⁵ Recanati (2002).

adiante, explicar esse fato não através da aridade da *referência* do verbo ‘chovendo’, mas através da própria estrutura profunda desse *verbo* enquanto um objeto da sintaxe³⁶. Segundo ele, uma explicação como a de Perry, que lida com as próprias referências ao invés de lidar com o modo como elas são referidas, implica em um certo colapso entre semântica e metafísica, na medida em que fatos semânticos, como a natureza de certos conteúdos e o modo como eles são comunicados em linguagem natural, são explicados através da natureza de certos eventos e objetos do mundo, no nosso caso em especial, a estrutura da própria relação de chover, sua aridade etc. Taylor não crê, por exemplo, que haja como escolher independentemente da estrutura sintática do predicado ‘chovendo’ qual das diferentes possíveis relações de chover é a mais adequada para exercer a função de referência do verbo ‘chovendo’: aquela que se estabelece entre tempos e lugares, como quer Perry, ou aquela que se estabelece entre tempos, lugares e velocidades, ou aquela que se estabelece entre tempos, lugares, velocidades e composição química etc. Aceitar um raciocínio como o de Perry, de que a referência de ‘chovendo’ é uma relação binária porque chuvas ocorrem em tempos e lugares é se comprometer com uma quantidade possivelmente infinita de constituintes inarticulados nos conteúdos que comunicamos, o que implicaria na própria impossibilidade de comunicá-los. Devemos notar, porém, que Taylor não nega a conclusão de Perry, ou seja, que a referência do verbo ‘chovendo’ é uma relação binária; Taylor nega simplesmente que a justificativa que Perry oferece para essa conclusão é satisfatória.

Como podemos confirmar, portanto, o argumento de Taylor é muito similar a um dos argumentos de C&L. O mesmo ocorre com Recanati, mas em um grau bem maior: o argumento dele contra Perry nega não somente a supramencionada justificativa, mas também a conclusão para qual se direcionava tal justificativa. O argumento de Recanati com essa conclusão, ou seja, a tese de que nada proposicional é expresso somente pelos componentes

³⁶ Como veremos, essa tese guarda algumas semelhanças com as teses defendidas em Stanley (2000).

de **(1)** em certo contexto, consiste também em construir um certo cenário e mostrar que alguém que fizesse uso de **(1)** nesse cenário comunicaria um conteúdo sem localidades como constituintes. Porém, dada essa similaridade muito vantajada entre a natureza do argumento de Recanati e C&L, economizaremos tempo e passaremos diretamente para as críticas de Stanley.³⁷

Como foi observado anteriormente, Perry tenta justificar sua tese de que não há em **(1)** componentes que façam ou possam fazer referência a lugares. A crítica que encontramos em Stanley (2000) ao quadro de Perry consiste justamente em mostrar que há, sim, componentes em **(1)** que fazem referência a lugares, pois se não houvesse tais componentes, uma série de dados relevantes com relação a interpretação de **(1)** não poderiam ser explicados. Ora, mas se há componentes que se referem a lugares em **(1)**, como quer Stanley, não há, como queria Perry, constituintes realmente inarticulados nos conteúdos comunicados através desse enunciado.

Os dados aos quais Stanley apela e que, segundo ele, não poderiam ser explicados no quadro de Perry seriam os conteúdos comunicados através de um enunciado que consiste na anteposição de um certo operador que liga variáveis – como um quantificador, por exemplo – ao enunciado **(1)**, ou seja, enunciados dos quais **(1)** é apenas uma *parte*. Um exemplo desse tipo de enunciado seria, por exemplo:

(9) Para todo lugar que João vai, está chovendo.

Segundo Stanley, alguém que utilizasse o enunciado **(9)** poderia comunicar a seu interlocutor que para todo lugar que João vai, está chovendo *nesse lugar para o qual João vai*, ou seja, quem determina quais são os lugares relevantes para essa interpretação é o operador afixado

³⁷ O exemplo de Recanati é um pouco menos sofisticado que o de C&L, pois não envolve dores de cabeça causadas por chuva, mas somente os detectores de chuva espalhados pelo universo. Essas distinções, porém, não nos parecem essenciais para o decorrer da argumentação.

na frente do enunciado (1), ou seja, o operador ‘para todo lugar que João vai’. É por isso que poderíamos concluir, a partir do enunciado (9), que se João vai para Copacabana, então está chovendo *em Copacabana*. Ora, mas um operador como ‘para todo lugar que João vai’ é um operador que *liga variáveis* e, portanto, só pode interferir na interpretação de um enunciado ao qual seja anteposto se esse enunciado contiver variáveis passíveis de ser ligadas por esse operador. Assim, como vimos que esse operador de fato interfere na interpretação do enunciado (1) quando afixado na frente do mesmo, devemos concluir que o enunciado (1) contém alguma variável, ainda que oculta, que possa ser ligada pelo operador ‘para todo lugar que João vai’. Além disso, como esse operador liga especificamente variáveis que tomam lugares como valores – pois é um operador que diz respeito aos *lugares* que João vai – podemos dizer que a variável que ele liga no enunciado (1) é uma variável de lugares e que, portanto, esse enunciado contém, sim, contrariamente ao que dizia Perry, uma expressão que se refere a lugares, ou seja, essa variável que é ligada pelo operador que mencionamos.

Nesse tópico apreciamos, portanto, algumas das críticas que foram dirigidas a teses centrais da explicação de Perry para a variabilidade restrita. A primeira dessas “teses-alvo” é a de que o predicado ‘chovendo’ se refere a uma relação binária, o que implicaria que a composição das referências dos componentes do enunciado (1) não resultaria em um conteúdo proposicional. Os argumentos contra essa tese tomam a forma de um *modus tollens*: ora, há casos em que essa composição de referências resulta, sim, em um conteúdo proposicional, do que se segue que ‘chovendo’ *não* se refere a uma relação binária. A segunda das teses criticadas é a de que do fato de chuvas ocorrerem em tempos e lugares se segue que um termo que se refira a chuvas deve se referir a uma relação binária entre tempos e lugares, ou seja, a tese que justifica aquela outra descrita logo acima. Os argumentos contra essa tese tomam forma de uma *reductio*: se isso for o caso, o mesmo vale para a velocidade, composição

química e outras propriedades metafísicas da chuva; uma referência a uma relação entre tantos itens assim, porém, tornaria a comunicação impossível e, portanto, a implicação original deve ser abandonada. A última das críticas que expusemos se dirige à tese de que o enunciado (1) não contém expressões que se referem a lugares e que, portanto, o lugar é constituinte inarticulado dos conteúdos comunicados através do enunciado (1). Segundo essas críticas, a ausência de uma expressão que se refira a lugares entre os componentes de (1) implicaria em uma impossibilidade de explicar como certos conteúdos são comunicados através de enunciados compostos, ao menos em parte, por (1); disso se segue que deve-se postular uma expressão oculta dentre os componentes de (1).

1.4 – Reações de Perry às críticas

Todas as respostas de Perry às críticas expostas no tópico anterior se encontram em Perry (2007). Esse artigo é parte de um *festschrift* em homenagem ao autor e consiste basicamente em uma série de respostas aos outros artigos que constituem tal homenagem. Vamos expor as réplicas de Perry na mesma ordem em que expusemos as críticas à sua teoria, começando, portanto, com as críticas de Taylor e Cappelen à sua justificativa para a tese de que ‘chovendo’ se refere a uma relação binária. Como veremos, essa resposta de Perry é a mais importante de todas, pois a partir dela ele realiza algumas mudanças fundamentais em seu quadro original.

A crítica de Taylor, como vimos, é em muitos pontos bastante semelhante à crítica de C&L. Basicamente, o que os dois dizem é que um certo evento ter necessariamente certas propriedades não implica que um termo que se refira a esse evento deva se referir também a tais propriedades. Isso seria, como poderia dizer Taylor, colapsar semântica e metafísica. Além disso, Taylor sugere um modo de explicar o papel das localidades na interpretação de

enunciados como **(1)** que não se baseia na estrutura metafísica da referência de um dos componentes desse enunciado, tal qual fez Perry, mas no modo como esses componentes referem³⁸. Se referir à localidade relevante seria, assim, uma propriedade desses componentes considerados em um contexto, e não do contexto enquanto tal, ou das intenções que supostamente o constituem. Como as passagens abaixo deixam claro, Perry acata tanto a crítica quanto a sugestão de Taylor:

Taylor chides me for oversimple thinking, when I said that it is merely the metaphysics of rain that calls for a location. I plead guilty [...] ³⁹

All of this more o less follows Taylor [...] and seems right to me, and much better than saying, as I did, that it is a matter of metaphysics. So I can adopt Taylor's view [...] ⁴⁰

A visão de Taylor, a qual Perry diz adotar, é, grosso modo, que se referir a um certo lugar é uma propriedade do próprio termo ‘chover’. Mais especificamente, de uma certa forma oculta desse termo, sua forma *lexical*⁴¹. A assunção dessa postura por Perry implica em uma grande mudança no seu quadro teórico. Antes, o que exigia a introdução de uma localidade enquanto constituinte do conteúdo era a estrutura da *referência* do verbo ‘chover’, a não o próprio termo ou sua estrutura sintática. A razão dessa exigência era a própria estrutura metafísica das chuvas: elas ocorrem em tempos e lugares. Agora, o que exige que um lugar seja determinado é o próprio termo, que possui a estrutura oculta de um *predicado binário* que tem como um de seus argumentos uma variável que toma lugares como valores. Em suma, não são fatos sobre a própria chuva que definem o lugar como constituinte, mas fatos sobre o termo ‘chovendo’. Vale lembrar, porém, que independentemente dessa mudança de posição, Perry continua defendendo que o predicado ‘chovendo’ se refere a uma relação

38 Veremos em detalhes mais adiante, em um capítulo a parte, o tratamento de Taylor para a variabilidade restrita.

39 Perry (2007); pg. 550.

40 Idem.

41 Explicaremos com mais detalhes o que mais precisamente é a forma lexical de um termo, por enquanto basta dizer que é uma estrutura sintática, por oposição a algo de natureza contedística ou extralinguística.

binária, a única diferença é que a razão para esse predicado ter essa referência não é a estrutura metafísica da chuva, mas a estrutura sintática desse predicado.

Uma implicação óbvia dessa mudança é que Perry não mais se compromete com constituintes inarticulados *verdadeiros*, tal qual caracterizados em sua nota de rodapé em Perry (1998). O lugar é agora referido por uma certa expressão, a saber, o verbo ‘chovendo’, considerada relativamente a um contexto, do que se segue que esse lugar não é um constituinte do conteúdo sem representação no enunciado que expressa esse conteúdo e, portanto, não é um constituinte inarticulado⁴². Perry, porém, parece não se dar conta disso, pois em diversas partes subsequentes e anteriores à parte do texto em que acata a sugestão de Taylor, continua a se utilizar dessa noção como se ela fosse aplicável ao caso dos conteúdos comunicados *via* enunciado **(1)**. Qual seria a razão desse proceder?

Ao que parece, em Perry (2007) o autor considera como suficiente para que um constituinte seja inarticulado que ele não seja referido pela forma *superficial* de um enunciado. Isso significa que mesmo se houvesse uma expressão se referindo a um lugar em uma forma oculta do enunciado **(1)**, o constituinte referido por essa expressão ainda poderia ser um constituinte inarticulado, caso não fosse referido por uma expressão *visível* ou *audível* presente na forma superficial de **(1)**. A seguinte passagem deixa claro que, pelo menos em alguns momentos, essa é a noção de constituinte inarticulado com a qual Perry pretende se comprometer:

My definition of unarticulated constituents did not rule out some level such as logical form. It simply requires that at the level of *visible* or *audible* speech nothing called for them.⁴³

Isso, porém, parece ir claramente de encontro à nota de rodapé de Perry (1998) que citamos anteriormente:

⁴² O lugar é, no quadro de Taylor/Perry, referido através da variável oculta presente na forma lexical do predicado binário ‘chovendo’.

⁴³ Perry (2007); pg. 548. Grifo meu.

In some cases of implicit reference there is a feature, a trace, a sort of phantom expression, that serves in place of an expression, so the referred to constituent really isn't unarticulated. [...] I am interested in the theoretical possibility and coherence of truly unarticulated constituents; I also hope, however, that I have found some convincing examples that they really occur.⁴⁴

No entanto, parece claro que *se* a noção de constituinte inarticulado com a qual Perry se compromete⁴⁵ requer somente que nenhum componente audível ou visível se refira a lugares, então a localidade da chuva continua sendo um constituinte inarticulado mesmo que o autor adote a sugestão de Taylor, pois essa localidade não seria ainda referida pela forma audível ou visível do verbo 'chovendo', mas por sua forma lexical. Que essa forma lexical não é algo audível ou visível, mas algo *como* uma forma lógica, parece ser assumido pelo próprio Perry:

We [Perry e Taylor] agree they are not articulated, in the way I and the dictionary use this term, that is, "put into words", "pronounced" [...] So, like Corazza, he [Taylor] takes a view on something about which I was silent, in his case the lexicon rather than logical form. I rather like the lexicon.⁴⁶

Quanto a essa crítica, portanto, concluímos que Perry a acata e, portanto, desiste de afirmar que do mero fato que chuvas ocorrem em lugares devemos concluir que o verbo 'chovendo' deve se referir a uma propriedade de, entre outras coisas, lugares. Vimos também que, além disso, Perry adota a visão de Taylor a respeito desse assunto, e passa atribuir ao próprio funcionamento do verbo 'chovendo', e não sua referência, a responsabilidade de explicar como o que é comunicado em casos de variabilidade restrita diz respeito a localidades.

Como podemos nos lembrar, a segunda das críticas que expusemos foi a crítica dirigida por C&L e Recanati à tese de Perry segundo a qual o conteúdo composto exclusivamente pelas referências de **(1)** não é proposicional. Tal crítica não é, tal qual a anterior, acatada por Perry. Segundo ele, nenhuma das evidências às quais esses críticos

44 Perry (1998); n. 4.

45 Abordaremos um pouco mais essa disparidade entre as noções de constituinte inarticulado com as quais Perry lida no último tópico desse capítulo.

46 Perry (2007), pg. 550.

apelam depõe contra um quadro como o dele. Muito pelo contrário, todas elas podem perfeitamente ser explicadas sem se abrir mão da tese de que o conteúdo do enunciado (1) considerado em um certo contexto não apresenta, por si só, proposicionalidade.

Perry não chega a dedicar atenção aos argumentos de C&L que fazem uso do substantivo ‘chuva’ e concluem, a partir disso, que o verbo ‘chover’ não se refere a uma relação entre tempos e lugares. O autor foca suas respostas diretamente no cenário construído pelos dois críticos. Será que os habitantes do planeta da “enxaqueca-chuvosa” realmente comunicariam uns aos outros conteúdos que seriam *neutros* com relação as localidades das chuvas que reportariam? Ora, parece que muitos deles saberiam que uma chuva estava ocorrendo sem saber onde estava chovendo. Mas será que devemos a partir disso concluir que não pode haver nos conteúdos que eles comunicavam um constituinte que diga respeito a um ou a um conjunto de lugares?

Segundo Perry, não exatamente. Dado que instalaram detectores de chuva por todo o universo, por todo os *lugares* desse universo, os habitantes do nosso planeta imaginário parecem ao menos ter consciência de que chuvas ocorrem em algum lugar e que, além disso, as chuvas que diziam respeito às dores de cabeças deles ocorriam no universo em que se encontravam. Disso se segue que quando um habitante desse planeta diz que está chovendo, ele tem plena consciência de que o que ele disse é o caso se e somente se está chovendo em algum lugar do universo deles⁴⁷. De onde, porém, veio esse universo que constitui o conteúdo que eles comunicam ao dizer que está chovendo, esse universo presente nas condições de verdade do que eles comunicam? Ele certamente não foi referido através de uma expressão presente no enunciado (1) que foi utilizado para falar sobre ele, dado que nem ‘está’ nem ‘chovendo’ são expressões que fazem referência a tal universo. Ao que parece, Perry poderia concluir que essa proposição não está de modo algum livre de constituintes inarticulados, sem

47 Perry (2007); pg. 546.

os quais ela poderia expressar uma proposição. Ela tem, sim, um local como constituinte inarticulado, e esse local é o próprio universo no qual vivem os habitantes do planeta descrito: é sobre esse universo que eles falam quando dizem que está chovendo, a despeito de não se referirem a ele com palavras.

Mas será que não poderíamos dizer que eles não comunicam que está chovendo em algum lugar do *universo*, mas só que está chovendo em algum lugar *ponto*. Isso, porém, não parece mudar muito. De onde veio esse propriedade de segunda ordem referida pelo quantificador ‘em algum lugar’? Certamente não foi referida pelas expressões componentes do enunciado (1), visto que esse enunciado não contém expressão quantificacional alguma. Ainda assim, contudo, a propriedade de segunda ordem mencionada faz parte do conteúdo comunicado. A mesma conclusão do parágrafo anterior, portanto, parece se seguir: os habitantes estariam falando a respeito de um ou pelo menos de um conjunto de lugares ao qual uma certa propriedade de segunda ordem se aplica, a despeito do enunciado que utilizam não ser composto por palavras que se refiram a essa propriedade.

Podemos, portanto, dizer que Perry rejeita a conclusão de C&L e Recanati de que em alguns casos extremos o que é comunicado pelo enunciado (1) seria, por si só, um conteúdo proposicional. Na realidade, o conteúdo comunicado nesses casos extremos, que na concepção de C&L e Recanati não conteria constituintes inarticulados, possui, sim, tais constituintes – o universo ou pelo menos uma propriedade de segunda ordem correspondente ao que seria a referência de um quantificador existencial. Ora, mas se os conteúdos comunicados nesses casos extremos ainda podem ser analisados em termos de constituintes inarticulados, disso se segue que C&L e Recanati não têm uma evidência real contra a tese de que (1) não expressa, por si só, um conteúdo proposicional. Para tal, eles deveriam apresentar um conteúdo que não contivesse localidades de nenhum tipo dentre seus constituintes, um

conteúdo cujas condições de verdade não poderiam ser estipuladas em termos de localidades espaciais da chuva reportada.

Finalmente, a resposta de Perry às críticas de Jason Stanley são um tanto quanto evasivas. Como podemos lembrar, em princípio, ou seja, em Perry (1998), era clara a tendência do autor em se posicionar contra a tese de que o que ele chama de constituinte inarticulado pudesse ser tratado a partir de elementos ocultos presentes no enunciado **(1)**. Segundo Perry, os linguistas possuiriam critérios suficientemente claros para determinar quando uma expressão fantasma deveria ser postulada e esses critérios não eram aplicáveis aos casos aos quais ele apelava. A crítica de Stanley, porém, consiste justamente em tentar mostrar que alguns critérios utilizados por linguistas para postular uma expressão oculta são satisfeitos nos casos do enunciado **(1)**: ao colocarmos um operador que liga variáveis na frente de **(1)**, esse operador liga uma variável presente nesse enunciado. Seria de se esperar que Perry respondesse à crítica no mesmo terreno em que ela foi colocada, pois esse era um terreno contemplado pelas colocações de Perry até seus textos mais recentes. Ao invés disso, porém, Perry parece desistir de sustentar a tese exposta na nota de rodapé de Perry (1998): constituintes inarticulados agora são *apenas* constituintes não referidos pelas expressões visíveis ou audíveis de **(1)**. A partir dessa manobra, fica fácil notar que Perry não considera mais a crítica de Stanley como relevante, pois ela só seria efetiva contra um quadro que, como aparentemente fazia o de Perry anteriormente, defendesse que em **(1)** não há *nenhum tipo de expressão* que se refira a lugares, tese com a qual Perry não mais se compromete, como fica claro na seguinte passagem:

Hence, Corazza does not disagree with me, but takes a position on something about which I am silent, somewhat agnostic, and sometimes skeptical, namely, wheter unarticulated constituents have to be values for parameters introduced by language, in *logical form*.⁴⁸

48 Perry (2007); pg. 548. Essa passagem se dirige diretamente a Corazza mas tem implicações que claramente se aplicam a Stanley e sua tão cara noção de forma lógica.

Concluimos, assim, que Perry responderia às críticas de Stanley quanto à presença de expressões ocultas no enunciado **(1)** dizendo que tais expressões não iriam de modo algum contra sua teoria, que é absolutamente neutra com relação a elas. Tudo que se deve conceder para o sucesso da teoria é que não haja na *forma superficial* do enunciado **(1)** uma expressão que se refira a lugares.⁴⁹

Em resumo, nesse tópico vimos como Perry reage às críticas direcionadas ao seu quadro teórico. Quanto às críticas à sua tese de que são as propriedades metafísicas da chuva que definem a que se refere o verbo ‘chovendo’, Perry as acata como críticas corretas. Assume, além disso, a postura sugerida por Taylor, ou seja, de que essa referência é definida por propriedades da própria expressão ‘chovendo’, mais especificamente de sua forma lexical. No tocante às críticas de C&L e Recanati, Perry considera que as evidências para as quais tais autores apelam pode ser satisfatoriamente tratada em seu quadro teórico, pois os conteúdos comunicados nos cenários imaginários de C&L e Recanati podem ser analisados em termos de constituintes inarticulados. Finalmente, com relação às críticas de Stanley, Perry as toma como ineficazes ou irrelevantes para seu quadro teórico, pois só seriam críticas contundentes se direcionadas a quadros que excluem a possibilidade de expressões ocultas em **(1)**; o quadro de Perry porém, não *exclui* tal possibilidade, é tão somente *neutro* com relação a ela, pois a definição de constituinte inarticulado da qual tal quadro faz uso exige *apenas* que as expressões visíveis ou audíveis de **(1)** não se refiram a uma localidade. Passamos, agora, para uma avaliação geral daquilo que foi exposto nos tópicos anteriores desse capítulo.

49 Há, talvez, um modo de tornar o debate entre Perry e Stanley mais proveitoso. Em Perry (2007), pg. 548, há uma referência às discussões presentes em Neale (2007) a respeito dos argumentos de Stanley contra Perry. Nessa referência, Perry classifica o que Neale diz como “*animated and accurate*”. Isso parece insinuar que Perry considera as respostas de Neale como sendo boas defesas de seu quadro. Abordaremos o que Neale diz contra Stanley no último tópico desse capítulo.

1.5 – Avaliação geral

Nesse tópico avaliaremos os vários movimentos argumentativos que expusemos anteriormente. Primeiramente, avaliaremos dois dos pontos desse quadro que julgamos serem cruciais e, além disso, frágeis, apontando as razões para essa fragilidade. Passaremos, então, a avaliar algumas das críticas expostas em conjunto com as respostas de Perry: tentaremos mostrar que a crítica de Taylor, apesar de correta, não exige a modificação radical que Perry levou a cabo; apontaremos também alguns problemas na crítica de Stanley, problemas esses não visados pela resposta de Perry, a qual consideramos bastante evasiva. Antes disso, porém, resumamos rapidamente o problema central que anima a nossa discussão.

O fenômeno que se coloca diante quadro que expomos é claro: temos um conteúdo comunicado com o auxílio de um enunciado, ou seja, **(1)**; esse conteúdo de algum modo diz respeito a uma localidade; o enunciado em questão, porém, não parece conter termos que se refiram a localidades. Como isso pode ocorrer? O quadro de Perry parece ter uma solução elegante para essa questão. Como as críticas deixam claro, porém, nem só de elegância vive uma teoria. Recapitulemos rapidamente a estrutura da explicação de Perry para podermos destacar mais facilmente seus pontos fundamentais.

Ao utilizar o enunciado **(1)**, um falante se refere, através do verbo ‘chovendo’, a uma relação entre tempos e lugares. O outro termo do enunciado, porém, só se refere a um instante temporal e, portanto, só é capaz de preencher um dos parâmetros. O conteúdo resultante da composição das referências de **(1)** é, portanto, algo incompleto: uma propriedade de lugares ou uma função proposicional que toma esse tipo de item como argumento. O falante preenche o parâmetro vazio com uma localidade à qual ele tenha a *intenção* de se referir, ou seja, assim como sua referência ao momento da chuva se deu a partir do verbo ‘está’, sua referência ao local da chuva se deu a partir de uma intenção que se dirigia a uma certa localidade.

Do ponto de vista do intérprete do nosso falante, a situação não é muito diferente. Ele ouve o falante proferindo **(1)**. Por conhecer a linguagem, sabe que o verbo ‘chovendo’ se refere a uma relação binária e que o verbo ‘está’ se refere, no contexto em que ele se encontra, ao momento em que o falante proferiu **(1)**. Ele compõe essas duas referências e obtém uma função proposicional. Um intérprete, porém, sabe que a comunicação se dá a partir de conteúdos passíveis de serem tomados como verdadeiros ou falsos, ou seja, um conteúdo de natureza absolutamente diferente de uma função proposicional. Tendo isso em mente e, além disso, que a função proposicional que ele tem em mãos é verdadeira com relação a certos lugares, ele sabe do que precisa para determinar o que o falante deseja lhe comunicar: precisa determinar a localidade à qual o falante deseja se referir. Esse local deve poder ser determinado a partir de algum elemento do contexto em que se encontram falante e intérprete, mas qual? Ora, provavelmente, a partir do mesmo elemento que o falante utilizou para se referir a tal lugar, ou seja, uma intenção. O intérprete, portanto, lança mão dessa intenção referencial e preenche a função proposicional resultante do enunciado **(1)**, gerando, assim um conteúdo passível de ser tomado como verdadeiro ou falso, o conteúdo que o falante desejava lhe comunicar.

Julgamos que apenas dois pontos dessa explicação podem realmente trazer consequências fatais. Uma delas, muito bem criticada por C&L⁵⁰ e Recanati, é a tese de que o verbo ‘chovendo’ se refere a uma relação binária, o que implica que **(1)** não expressa, relativamente a um contexto, uma proposição. A outra é a tese de que é uma intenção que é responsável por determinar a que lugar *em específico* alguém pretende se referir quando comunica algo através do enunciado **(1)**. Esse último ponto, porém, não foi alvo de nenhuma

50 As críticas de C&L as quais nos referimos são tão somente aquelas que se baseiam no cenário imaginário apresentado pelos mesmos. As críticas que se fundam nos enunciados **(4)-(7)** são bastante frágeis, pois não atentam para um dado já reconhecido desde Aristóteles: substantivos e verbos possuem propriedades semânticas distintas.

das críticas que expusemos. Vejamos primeiramente como podemos avaliar o primeiro dos pontos, isso é, o que foi alvo de C&L e Recanati.

Contra a tese de que o verbo ‘chovendo’ se refere a uma relação binária, C&L argumentam que há certas ocasiões em que alguém comunica algo através de uma utilização de **(1)** sem que esse algo comunicado diga respeito a uma localidade. Como o que comunicamos são conteúdos proposicionais, isso significa que há conteúdos proposicionais expressos com o auxílio de **(1)** que não dizem respeito a localidades. Isso, porém, não seria possível se algum componente de **(1)** se referisse a uma relação entre *lugares* e tempos, do que se segue que não há em **(1)** um tal componente.

Esse é um argumento que nos parece essencialmente correto. Dado o cenário montado por C&L e Recanati, realmente parece que um conteúdo comunicado através de **(1)** não diria respeito a lugares. Perry, porém, não concorda com isso.⁵¹ O que ocorre de fato nesses exemplos é só uma aparência de que o conteúdo comunicado não diz respeito a lugares. Na realidade, ele diz, pois as condições de verdade do conteúdo comunicado pelos habitantes do planeta imaginário e as condições de verdade de um conteúdo que diga respeito a uma ou um conjunto de localidades são as mesmas. Quando um habitante desse planeta profere **(1)**, o que ele comunica é idêntico ao que comunicaria se proferisse “Está chovendo no universo” ou “Está chovendo em algum lugar”.

Essa resposta de Perry não nos parece muito satisfatória. Ela parece apelar para uma linha de raciocínio muito semelhante à linha da qual o autor abriu mão quando acatou a crítica de Taylor. Assim como Perry antes julgava que do mero fato de chuvas ocorrerem em tempos e lugares se seguia que a relação denotada por ‘chovendo’ era binária, agora ele julga que do mero fato de dois conteúdos serem verdadeiros nas mesmas condições tais conteúdos devem

⁵¹ Vale lembrar mais uma vez que Perry em nenhum momento desiste da tese de que ‘chovendo’ se refere a uma relação binária, desiste somente da tese de que o que justifica tal referência é a estrutura da própria chuva.

ser idênticos. Isso, porém, não é tão trivial. Assim como C&L criticam a primeira dessas inferências mostrando que elas gerariam um número por demais acentuado de constituintes inarticulado no conteúdo expresso a partir de enunciados simples como **(1)**, nós poderíamos afirmar que o mesmo ocorreria caso assumíssemos a validade da segunda dessas inferências. O conteúdo comunicado pelos habitantes do planeta imaginário seria, de fato, verdadeiro nas mesmas condições de um conteúdo como *que está chovendo em algum lugar*, mas isso também vale para o caso do conteúdo *que está chovendo a alguma velocidade* ou *que está chovendo durante alguma duração e com alguma força*. Esse fato, porém, nos parece absolutamente insuficiente para demonstrar que velocidade, força e duração seriam constituintes inarticulados do conteúdo comunicado através de **(1)** pelos habitantes do nosso planeta, do que se segue que o mesmo vale para localidade.

Talvez Perry respondesse a essa objeção alegando que, ao contrário do que ocorre no caso da localidade, alguns habitantes poderiam não ter consciência de que a chuva tem uma velocidade ou força e, que, portanto, esses constituintes são irrelevantes para o jogo comunicativo em questão. Essa resposta, contudo, também não se mantém por muito tempo: da mesma forma que alguns habitantes não sabem que chuvas ocorrem com alguma velocidade, alguns outros poderiam não saber que chuvas ocorrem em um lugar também. Uma criança desse planeta, por exemplo, poderia não saber que a chuva é detectada através de complexos mecanismos meteorológicos espacialmente localizados. Tudo o que uma criança desse planeta precisa saber para proferir **(1)** é que ela está com uma certa dor de cabeça, aquela dor característica dos momentos em que sua mãe lhe dizia para entrar e pegar um chapéu amarelo. O ponto, enfim, é que a relevância da velocidade da chuva para os habitantes desse planeta é a mesma que a relevância do local da chuva, ou seja, praticamente nenhuma. Não por acaso, um proferimento de **(8)** seria algo absolutamente plausível e muito

possivelmente verdadeiro em um tal cenário.⁵²

Dado esse problema com a tese de que ‘chovendo’ denota uma relação binária, passamos agora à tese de que o parâmetro de lugar dessa relação é preenchido, no caso da interpretação do enunciado **(1)**, através de uma intenção do falante que está disponível no contexto. A relação entre essas duas teses, justamente os dois pontos que consideramos frágeis na teoria de Perry, é de algum interesse. Como já vimos, é justamente por ‘chovendo’ se referir a uma relação binária de tempos e lugares que o intérprete de um falante que profira **(1)** sabe que deve identificar um certo lugar para compreender o que seu interlocutor, o falante, deseja lhe comunicar. A tese de que a referência é binária, portanto, tem a função de explicar como o intérprete deduz que seu interlocutor está a lhe comunicar algo sobre *algum* lugar. A tese de que a intenção está disponível no contexto e é o instrumento utilizado no preenchimento desse parâmetro de lugares é como uma contraparte dessa tese sobre a referência de ‘chovendo’: ela explica, não como há comunicação sobre *algum* lugar, mas como o intérprete identifica de que lugar *em específico* seu interlocutor está falando.

A fragilidade que pretendemos apontar nessa tese é justamente seu compromisso com a possibilidade de que um item com a natureza de uma intenção exerça tal função, ou seja, a função de ser o instrumento a partir do qual um falante se refere a algo e também o instrumento a partir do qual o intérprete desse falante identifica ou determina que seu interlocutor está tentando lhe comunicar algo a respeito dessa referência. Primeiramente, vale notar que há algo no raciocínio de Perry que nos parece absolutamente plausível: o intérprete identifica o que seu interlocutor deseja lhe comunicar através de elementos disponíveis no contexto, da mesma forma que o falante utiliza esses elementos para deixar claro a seu interlocutor sobre o que ele deseja falar. O problema é: o que significa dizer que esse

⁵² Em Recanati (2002) encontramos uma distinção entre constituintes inarticulados *comunicativos* e *metafísicos* que poderia ser útil para a presente discussão. Por brevidade, porém, falaremos dela só mais adiante, em um capítulo dedicado inteiramente ao quadro de Recanati.

elemento disponível no contexto, esse instrumento utilizado pelos participantes da comunicação, é uma intenção? Ao que parece, o mais intuitivo não é dizer que a intenção se encontra disponível no contexto para ser utilizada, mas sim que o que se encontra disponível no contexto, seja lá o que for, auxilia o intérprete a identificar qual a intenção de seu interlocutor. A intenção não seria, assim *parte* do contexto, não estaria *disponível* nele, seria, sim, algo *rastreado* a partir do contexto, algo fora dele mas para o que os elementos que o constituem *apontariam*. Essa intuição é apoiada pelo fato de que uma intenção parece ser algo essencialmente insuficiente para determinar uma referência. Quando alguém profere **(1)**, parece ter tanta intenção de se referir a uma relação binária quanto a uma localidade que preencha um dos parâmetros dessa relação. Mas, por que no caso da referência à relação essa intenção dependeu de uma palavra – ou seja, ‘chovendo’ – para ser identificada enquanto no caso da localidade uma intenção nua, sem o acompanhamento de mais nada, seria suficiente? Perry não parece ter nenhuma resposta para essa questão, uma questão que não nos parece nada insignificante.

Perry poderia, frente a uma tal objeção, desistir de atribuir o papel referencial às intenções do falante e dizer simplesmente que uma localidade é introduzida em um conteúdo composto a partir de **(1)** quando essa localidade está *saliente* no contexto de proferimento relevante. Diríamos, assim, que a relação entre o que é comunicado através de **(1)** e a localidade é que essa localidade está saliente no contexto em que **(1)** é proferido. Essa resposta, porém, nos parece muito similar a uma postura que o autor assumiu no seu texto um pouco antes de defender que as intenções teriam um papel referência, ou seja, a postura de que a relação entre localidade e conteúdo comunicado seria a de que o segundo é *sobre* o primeiro. O problema disso é que, da mesma forma que queremos saber o que faz com que esse conteúdo seja *sobre* tal localidade – isso é, lembremos, não mais que um *dado* do

problema – queremos também saber o que faz com que a localidade esteja saliente no contexto, visto que o fato de ser papel do contexto introduzir tal localidade foi assumido não mais como uma intuição sobre a qual se baseia toda a explicação. O que queremos saber é o que fez com que Copacabana, e não a Pampulha, fosse a localidade saliente no contexto de comunicação entre Pedro e Paulo; o que fez, por outro lado, com que a Pampulha, e não Copacabana, fosse a localidade saliente no contexto de comunicação entre João e José. Sem uma resposta para tal pergunta, o quadro de Perry nos parece insuficiente para explicar o fenômeno diante do qual se coloca. Que os locais relevantes são os locais salientes no contexto parece não mais que um dado ou intuição sobre o qual toda a questão e problemática se baseiam, um dado ou intuição a ser explicado e que, portanto, não deve fazer parte da explicação.

Apontamos, assim, dois pontos que nos parecem frágeis no interior do quadro teórico de Perry. Quanto à tese de que ‘chovendo’ se refere a uma relação binária, acompanhamos C&L e Recanati na crítica de que há casos em que o que é comunicado através de **(1)** não versa de modo algum sobre lugares. Ora, mas se há um conteúdo que pode exercer a função de o que é comunicado através de **(1)** e, além disso, que não faz referência a lugares, isso significa que nenhum dos componentes de **(1)** pode fazer referência a uma propriedade de lugares, como seria o caso se ‘chovendo’ se referisse a uma relação binária entre tempos de lugares. Quanto à resposta de Perry a tal crítica, consideramos que ela faz uso de um princípio que implica em absurdo, ou seja, o princípio de que do fato de dois conteúdos serem verdadeiros nos mesmos casos se segue que tais conteúdos são idênticos. Esse princípio implica em absurdo pois implicaria que os conteúdos expressos por pessoas que se utilizam de **(1)** contêm não só lugares como constituintes, mas também velocidade, força, duração etc. Finalmente, quanto à tese de que uma intenção pode determinara que lugar um falante se

refere quando se utiliza do enunciado (1), consideramos tal tese falsa, pois aquilo que determina a que lugar um falante se refere deve ser algo disponível no contexto e intenções não parecem ser elementos disponíveis em contextos, mas antes itens cuja identificação é realizada a partir desses elementos, algo para o que tais elementos apontam. Dados esses problemas no tratamento de Perry, passamos a avaliar agora algumas das críticas dirigidas ao autor e os efeitos que elas geraram.

Segundo Taylor, Perry cometia um erro ao afirmar que se chuvas ocorrem em tempos e lugares, então ‘chovendo’ se refere a uma relação entre tempos e lugares. Taylor, porém, não critica o consequente dessa inferência em específico, mas tão somente o condicional como um todo. A crítica que ele faz a esse condicional é basicamente a mesma que C&L: sua verdade implicaria em um número praticamente infinito de constituintes inarticulados e tornaria a comunicação impossível. Como porém, concorda com a tese de que o consequente seja verdadeiro, Taylor pretende fornecer uma justificativa para ele: o que implica na natureza binária da referência de ‘chovendo’ é a natureza binária desse mesmo predicado. Como vimos, Perry acata a crítica de Taylor e, além disso, assume a justificativa que esse autor sugere para o consequente de nosso condicional inicial. Essas modificações operadas por Perry em suas posições frente às críticas de Taylor são realmente necessárias? Julgamos que não.

Primeiramente, devemos lembrar que a tese de que ‘chovendo’ se refere a uma relação binária não nos parece muito palatável, pois parece ter implicações incorretas. No entanto, como o próprio Taylor parece assumir “*verdade não é a única virtude e falsidade não é o único vício. Há modos interessantes de estar errado e modos desinteressantes de estar certo*”⁵³. Tentaremos, agora, mostrar que Perry poderia ter acatado a crítica de Taylor sem se comprometer com a sugestão de que é o próprio termo ‘chovendo’ que se refere à localidade.

⁵³ Taylor (2007b); pg 63.

Mais adiante defenderemos que, com isso Perry estaria errado de um modo mais interessante, pois ainda teria em mãos um quadro teórico capaz de responder às objeções de Stanley, ao passo que isso não é mais possível a partir do momento em que Perry assume a sugestão de Taylor, pois essa assunção resulta em uma impossibilidade de explicar os fenômenos aos quais Stanley apela.

Nos parece bastante claro que Perry tomou a atitude correta ao desistir da tese condicional de que chuvas ocorrerem em tempos e lugares *implica* que ‘chovendo’ se refere a uma relação entre tempos e lugares. Ou seja, Perry fez o certo em acatar pelo menos uma das sugestões de Taylor. Sem esse condicional, porém, a tese de que ‘chovendo’ se refere a uma relação binária fica sem uma justificativa. Tendo isso em mente, Perry assume a justificativa sugerida por Taylor: o verbo ‘chovendo’ tem uma estrutura binária, tal qual sua referência. Mas por que assumir tal sugestão? Essa seria por acaso a única forma de justificar o conseqüente do condicional? Ao que parece, não. Perry poderia, por exemplo, ter argumentado a favor do conseqüente a partir de seu poder explicativo: ele explicaria, por exemplo, a razão de um intérprete não se sentir em condições de avaliar algo que seu interlocutor lhe diz a partir de **(1)** caso um local não fosse determinado no que esse interlocutor diz. A tese de que ‘chovendo’ se refere a uma relação entre tempos e lugares seria, assim, baseada na plausibilidade das conseqüências de tal tese e o que tais conseqüências explicariam: essa tese explica, por exemplo, como a localização pode ter o papel preponderante que tem na comunicação entre usuários da linguagem através do enunciado **(1)**. Essa, porém, é só uma hipótese. Perry também não precisaria se comprometer com esse tipo de justificativa, o ponto é apenas o de mostrar que nada *obriga* Perry a acatar a sugestão positiva de Taylor somente porque acatou a crítica desse autor à sua justificativa inicial. Mas, ainda que não exista nada que obrigue Perry a aceitar as posições de Taylor, existe algum

problema no fato de Perry fazer isso? Parece que sim. Apresentaremos as razões para isso a partir da nossa avaliação das críticas de Stanley.

As críticas contidas em Stanley (2000) partem de um fato *semântico* ou interpretativo e pretendem extrair desse fato consequências sintáticas, ou seja, teses a respeito de quais *expressões* ou termos devem estar contidos na sentença (1). O fato semântico ao qual Stanley recorre é o de que alguém que se utilize do enunciado (9) pode ser (e na maioria das vezes é) bem sucedido em comunicar a seu interlocutor que para todo lugar que João vai, está chovendo *no lugar para o qual João vai*. Stanley pretende mostrar que somente a presença de uma variável para localidades oculta na estrutura sintática de (1) poderia explicar tal fato semântico. Ora, mas por qual razão? Simples, porque um operador que liga variáveis, ou seja, um operador como o que está anteposto a (1) no enunciado (9), só pode interagir semanticamente com uma sentença que contenha variáveis disponíveis para serem ligadas por tal operador. Se (1) não contivesse tais variáveis, o operador presente em (9) seria irrelevante para a interpretação desse enunciado; mas esse operador não é irrelevante, *ergo*, deve haver uma variável em (1).

Uma primeira resposta a esse argumento poderia dizer que ele de certo modo colapsa sintaxe e semântica. É verdade que para um operador ser relevante do ponto de vista interpretativo ele deve interagir semanticamente aquilo sobre o qual ele opera, mas isso não significa que essa interação seja de natureza sintática e nem mesmo que essa interação deva ter uma representação sintática. Se abrirmos mão dessa tácita suposição *sintática*, os dados *semânticos* aos quais Stanley apela podem ser perfeitamente explicados no interior do quadro de Perry. Basicamente, o que temos que ter em mente é que um operador poder se ligar semanticamente⁵⁴ a algo no interior daquilo sobre o que opera não implica, *prima facie*, que ele ligue sintaticamente uma variável que corresponda a esse algo. Tomemos como exemplo o

54 Chamaremos também uma ligação semântica de *saturação*.

próprio enunciado (9). Sabemos, através do quadro de Perry, que o conteúdo correspondente ao enunciado (1), que, lembramos, é *parte* do enunciado (9), tem, relativamente a um contexto, um *conteúdo* cuja forma seria algo como $C(t, y)$ ⁵⁵. Esse conteúdo resulta da composição entre a relação binária $C(x, y)$ referida pelo predicado unário ‘chovendo’ e o instante t denotado pelo termo ‘está’ considerado em um contexto composto por, dentre outras coisas, esse instante. Apesar de ser uma relação binária, a referência de ‘chovendo’ é denotada por um predicado unário e que, portanto, teria uma forma como ‘ $C(x)$ ’, onde x seria uma variável a ser preenchida por *termos* que se referem a instantes temporais, como ‘está’, por exemplo.

Feitos esses esclarecimentos, nossa pergunta passa a ser: para explicar o fato semântico de que o operador anteposto a (1) é relevante para a interpretação de (9) precisamos assumir *somente* que a referência desse operador – uma propriedade de segunda ordem – pode saturar a *referência* do predicado ‘chovendo’, ou precisamos também assumir que a própria expressão complexa ‘para todo lugar que João vai’ liga *sintaticamente* uma variável oculto presente no próprio predicado ‘chovendo’? Ao que parece, precisamos assumir somente a primeira. O ponto, então, passa a ser: Perry pode acomodar tal assunção em seu quadro? Cremos que sim.

No interior do quadro de Perry, uma explicação de como alguém poderia compreender que para todo lugar que João vai, chove no lugar para o qual João vai, procederia do seguinte modo. Primeiramente, o intérprete atribui à expressão quantificacional ‘para todo lugar que João vai’ sua referência, ou seja, uma propriedade de segunda ordem. Posteriormente, o intérprete irá iniciar a interpretação do enunciado (1), interpretação essa que resultará, como já sabemos, em uma propriedade de primeira ordem de lugares⁵⁶. O intérprete irá, então,

⁵⁵ Lembramos que ‘ t ’ representa o tempo em que (9) foi proferido; esse tempo surge a partir de uma função que nos leva de um contexto ao instante temporal que constitui tal contexto.

⁵⁶ Ou seja, algo como $C(t, y)$.

compor, segundo a ordem dos termos, a propriedade de segunda ordem referida pela expressão quantificacional e essa propriedade de primeira ordem de lugares referida pelo enunciado (1), fazendo com que as duas propriedades se saturem e gerando, portanto, exatamente o conteúdo que desejamos, ou seja, que para todo lugar que João vai, chove em tal lugar para o qual João vai.

Do ponto de vista sintático, essa composição seria normalmente representada por uma ligação entre uma variável na expressão quantificacional relevante e uma variável no predicado ‘chovendo’. Esse predicado, porém, não possui uma variável a ser ligada por uma expressão quantificacional. Isso porém, ainda não é suficiente para concluirmos pela irrelevância do operador; isso se seguiria somente se, além de não possuir uma variável passível de ser ligada pelo operador, ‘chovendo’ não *denotasse* uma relação que pudesse saturar a referência desse operador. Isso, porém, não é o caso. O mote básico dessa resposta é, portanto, que podemos ter saturação sem ligação sintática, e o fenômeno ao qual Stanley apela requer somente saturação para poder ser explicado, ou seja, requer somente que a referência do operador relevante possa ser saturada pela referência da sentença a qual tal operador é anteposto.

Stanley parece quase se dar conta de que uma tal resposta estaria disponível a um defensor do quadro de Perry, mas acaba por desmerecer a tese de que conteúdos possam conter *análogos* de variáveis, ou seja, entidades que não podem ser sintaticamente ligadas mas que, por outro lado, podem ser saturadas ou preenchidas por itens adequados:

Jeff King (1995) advances an account of propositions according to which they contain variables – the actual linguistic entities. A variable in the sentence is taken to contribute itself to the proposition. However, King’s rather idiosyncratic conception of propositions is motivated on the thesis that a proposition is a kind of “shadow” of the sentence that expresses it. To suppose that a sentence not containing a variable could regularly express one of King’s propositions containing a variable is not to think of the sentence/proposition relation as King

thinks of it. The idea that a proposition could contain a linguistic element such as a variable is only plausible given King's background account of the intimate relation between a proposition and the sentence that expresses it.⁵⁷

Parece bastante razoável seguir Stanley no tocante à existência de entidades de natureza *estritamente linguística* no interior de conteúdos proposicionais. Isso, no entanto, não significa que não haja algo de natureza extralinguística correspondente a variáveis no interior de proposições; contrariamente à visão que Stanley atribui a King, isso não seria em nada idiossincrático. Na realidade, o próprio Perry parece sustentar certas teses que vão nessa direção, como fica claro na seguinte passagem:

On the way I like to look at things, relations have *argument roles* or parameters. These are to be distinguished from the *argument places* or *variables* that predicates that express the relations may have. My picture of unarticulated constituents is that there are argument roles that are not represented by explicit argument places. We fill the *argument role* which is filled from context.⁵⁸

Não parece, portanto, que precisemos do *background* de King com relação ao modo como traçamos a conexão entre um enunciado e uma proposição para defender a tese de que proposições contêm constituintes que podem ser saturados e, portanto, constituintes cuja estrutura envolve entidades análogas a variáveis.⁵⁹

Um dos erros fundamentais de Stanley em sua crítica a Perry fica absolutamente claro ao atentarmos para certas passagens de seu texto. Essas passagens podem elucidar as razões que fizeram com que Stanley não atentasse para a possibilidade de tratamento compatível com o quadro de Perry que sugerimos acima. Uma das partes do texto de Stanley que exemplifica bem um desses erros fundamentais é a seguinte passagem, onde o autor tenta explicar qual seria a posição de Perry com relação ao processo interpretativo do enunciado (1):

⁵⁷ Stanley (2000); pg. 50-51.

⁵⁸ Perry (2001); pg. 47.

⁵⁹ Lembrando mais uma vez que estamos tratando saturação como o fenômeno correspondente no nível dos conteúdos ao que a ligação é no nível da sintaxe.

Informally, here are a few of the relevant details of an unarticulated constituent analysis of [(1)]. Suppose ‘ t ’ is a variable ranging over times, and ‘ l ’ a variable ranging over locations. The interpretation of ‘rains’ would then be:

Den(“rains”) relative to a context c = that function f that takes $\langle t, l \rangle$ to True if it is raining at t and l , where l is the contextually salient location in c , and takes $\langle t, l \rangle$ to False if it is not raining at t and l , where l is the contextually salient location, and is undefined otherwise.⁶⁰

Fica claro nessa passagem que Stanley considera que a própria denotação de ‘chovendo’ é uma função que, por si só, já determina como a localidade onde chove é inserida no conteúdo, que explicita como essa localidade é determinada: ela é sempre a localidade que está saliente no contexto. Um modo de representar isso que deixa esse aspecto da função mais claro é o seguinte: o significado de ‘chovendo’ é uma função $f(t, g(x))$, onde ‘ t ’ é instante da chuva e ‘ $g(x)$ ’ é uma função que nos leva de contextos aos lugares salientes nesses contextos.

O erro dessa interpretação consiste justamente em supor que, no quadro de Perry, o modo como se determina a localidade relevante já está *contido* no significado de ‘chovendo’. No quadro original de Perry (1986)⁶¹ o que fazia com que o contexto exercesse a função de determinar a localidade onde está chovendo não era o significado de ‘chovendo’, algo *interior* a esse significado, mas algo alheio e *exterior* ao mesmo: João apelou ao contexto para compreender o que José disse porque as palavras de José não eram suficientes para expressar um conteúdo proposicional, um conteúdo passível de exercer o papel de *o que foi comunicado*. Dito de outro modo, as palavras de José não indicavam a João onde procurar a localidade relevante, elas não são a ferramenta apropriada para tal tarefa. As coisas deveriam ser descritas de outro modo caso a interpretação de Stanley estivesse correta; Perry diria que João apelou ao contexto para compreender o que José disse porque as próprias palavras de José – em especial, ‘chovendo’ – determinaram que João deveria fazê-lo, que ele deveria

⁶⁰ Stanley (2000); pg. 52.

⁶¹ E é contra esse quadro que Stanley (2000) dirige suas críticas, dado que Perry mudou seu posicionamento somente em Perry (2007).

procurar *no contexto* a localidade a qual José se referia. Essa interpretação, no entanto, é incorreta. Metaforicamente, podemos dizer que, na concepção de Perry, o significado de ‘chovendo’ não é uma bula na qual está dito ‘procure a localidade a qual me refiro *no contexto*’, mas somente uma bula com os dizeres ‘procure uma localidade’. Procurar no contexto é não mais que um efeito provocado pelo fato de, em alguns casos, não haver outros termos que se refiram a lugares nos enunciados em que figura ‘chovendo’: o intérprete vai ao contexto por sua conta e risco, e não por uma indicação do significado de ‘chovendo’.

Voltando à nossa representação formal, não podemos dizer que o significado de ‘chovendo’ seria algo como a função $f(t, g(x))$, onde $g(x)$ seria a função que especifica como determinar a localidade referida. Essa função $g(x)$ não seria *parte* do significado de ‘chovendo’, mas algo exterior a esse significado, algo que sobrevém ao mesmo por meio de exigências específicas em cada caso. Tomado isoladamente, o significado de ‘chovendo’ seria algo como $f(t, x)$, onde ‘x’ teria lugares como valores mas não determinaria por si só como esses valores seriam obtidos.⁶²

Sobre esse erro fundamental Stanley construiu toda sua crítica, afinal, se Perry considera que o próprio significado do enunciado **(1)** já determina que a localidade relevante deve ser procurada no contexto, o que dizer dos casos em que esse enunciado é anteposto a um operador que interfere na sua interpretação, casos em que é esse operador que determina as localidades relevantes e não o contexto? Stanley só poderia concluir que deve haver algo de errado na teoria de Perry, ou pelo menos na teoria que ele atribui a Perry.

E, de fato, essas críticas seriam certas, não fosse o fato de Perry não defender exatamente o quadro contra o qual elas se dirigem. No quadro original de Perry (1986), o significado de ‘chovendo’ – e do enunciado **(1)** de modo geral – não diz nada a respeito de

⁶² Estamos abstraindo das complicações que a determinação do *momento* da chuva criaria para essa representação formal. Anteriormente, no início desse capítulo, especificamos de modo mais preciso como essa determinação ocorreria.

como a localidade relevante deve ser determinada: esse é um aspecto da interpretação *exterior* ao significado dos termos que constituem (1). É por isso que Perry pode acomodar os dados aos quais Stanley apela sem abrir mão da tese de que uma interpretação do que alguém comunica ao se utilizar do enunciado (1) *isolado* de qualquer operador envolve a determinação de uma localidade *pelo contexto* e sem a presença de um termo oculto em (1). Por outro lado, quando anteposto a um operador, essa interpretação não envolveria o contexto, pois a simples interação entre os elementos do conteúdo inseridos *via* sintaxe – a propriedade de segunda ordem inserida pelo operador e a propriedade de lugares inserida por (1) considerado em um contexto – seria suficiente para determinar um conteúdo proposicional.

O quadro original de Perry (1986) é, portanto, perfeitamente capaz de lidar com as críticas de Stanley. O que dizer, porém, do quadro assumido em Perry (2007)? Será que Perry ainda possui meios de responder a essas críticas quando assume as sugestões de Taylor? Ao que parece, não. Devemos lembrar que no quadro sugerido por Taylor e adotado por Perry, ‘chovendo’ denota uma relação binária em função da aridade do próprio predicado, ou ao menos de uma forma oculta desse predicado, sua *forma lexical*. Porém, como deixa claro o próprio Taylor, a variável para lugares presente nessa forma lexical não pode ser ligada por operadores antepostos a ela:

As subconstituents rather than constituents, such parameters will, in the general case, be “below” the reach of sentence level quantifiers and so should *not* be thought of as occupying a bindable position in logical form.⁶³

O problema é que se já se assume *de início* que as variáveis que constituem a forma lexical e que são responsáveis por se referir a localidades no caso de ‘chovendo’ não podem ser ligadas, surge o problema de se explicar os dados apresentados por Stanley, dados esses que deixam claro que pode haver, sim, uma interação semântica entre um quantificador e o

⁶³ Taylor (2007b); pg. 70.

enunciado (1), mais especificamente entre esse quantificador e a expressão ‘chovendo’, a qual constitui o supramencionado enunciado; pois, em enunciados como (9), é nos lugares cobertos pelo quantificador que se diz que está chovendo, e não em um lugar qualquer ou em algum lugar em específico saliente no contexto.

Frente a esse embaraço, fica claro que Perry teve mais a perder do que a ganhar assumindo a sugestão de Taylor. Com seu quadro original, Perry tinha a possibilidade de explicar os dados aduzidos por Stanley, apesar de ter problemas com as objeções de C&L quanto a natureza binária da referência de ‘chovendo’ e, além disso, problemas com a assunção de que intenções poderiam ser instrumentos de referência. Ao assumir o quadro de Taylor, nenhum dos problemas originais parece ser sanado e um novo problema real se coloca: dado que variáveis da forma lexical não são passíveis de ligação, como explicar o funcionamento de enunciados como (9)?

Finalizamos, assim, o tópico em que avaliamos o que foi apresentado nesse capítulo de maneira geral. Primeiramente, vimos que são essencialmente corretas as críticas dirigidas por C&L e Recanati contra a tese de Perry de que ‘chovendo’ se refere a uma relação binária, e que a resposta de Perry a essas críticas é insatisfatória, pois recai em uma falácia semelhante a uma falácia anterior, já largamente criticada e da qual Perry abriu mão. Posteriormente, abordamos os problemas enfrentados por quem, como Perry, assume que intenções tem um papel referencial e são itens disponíveis em contextos para serem utilizados em ações referenciais. Em seguida, vimos como o simples fato de Perry desistir do seu raciocínio falacioso original⁶⁴, não implica ainda em desistir da tese de que a natureza binária da referência de ‘chovendo’ se explica por fatores extra-sintáticos. Finalmente, tentamos mostrar que ao de fato desistir dessa tese e assumir as sugestões sintáticas de Taylor, Perry se vê com mais problemas do que soluções. Para demonstrar tal ponto, passamos a avaliação das críticas

64 Se chove em tempos e lugares, então ‘chovendo’ é uma relação entre tempos e lugares.

de Stanley, expondo como elas poderiam ser respondidas no interior do quadro original de Perry e porque elas *não* podem ser respondidas no novo quadro de Perry, composto por, entre outras coisas, as teses de Taylor sobre a forma lexical de ‘chovendo’.

Capítulo 2: Stanley

2.0 – Introdução

No primeiro capítulo de nossa dissertação expusemos e avaliamos a teoria de Perry para o problema da variabilidade restrita. Segundo essa teoria, falantes que se utilizam do enunciado **(1)** comunicam a seus interlocutores algo a respeito de lugares⁶⁵ porque nenhum conteúdo proposicional pode ser expresso com o auxílio de tal enunciado sem que uma localidade esteja determinada. Isso se deve ao fato de um certo componente desse enunciado, o predicado *unário* de tempos ‘chovendo’, se referir a uma relação *binária* de tempos e lugares. Nesse quadro temos, por assim dizer, conteúdos mais ricos do que as estruturas sintáticas que são utilizadas para expressá-los, ou, em outras palavras, *constituintes inarticulados*.

No presente capítulo abordaremos uma solução que toma um viés diferente para explicar a variabilidade restrita. Ao invés de predicados unários se referindo a relações binárias e constituintes inarticulados, a teoria a ser expostas agora atribui à própria estrutura sintática do enunciado **(1)** a responsabilidade pelo fato de falantes comunicarem através de tal enunciado conteúdos que versam sobre ou contêm localidades como seus constituintes. Essa solução postula uma forma sintática oculta para o enunciado **(1)** que não se reduz a uma composição apenas entre os termos ‘está’ e ‘chovendo’. O mote básico é que algo oculto nessas formas, uma expressão ou variável, por exemplo, tem a função de se referir a localidades e, portanto, pode explicar os dados básicos envolvidos no problema da variabilidade restrita sem apelar para constituintes inarticulados, que seriam justamente elementos do conteúdo sem nenhum correspondente sintático, seja ele superficial ou oculto.

Essa será a teoria de Jason Stanley, que baseia fortemente suas teses em um tipo muito

65 Bem como podem comunicar coisas a respeito de localidades diferentes.

comum de estrutura sintática oculta chamada de *forma lógica*. Como podemos lembrar, alguns pontos da teoria de Stanley já foram brevemente abordados no capítulo anterior quando da exposição de suas críticas a Perry. Nesse capítulo, porém, elas serão apresentadas de modo mais preciso, perpassando todos os princípios e noções fundamentais que tal tratamento supõe ou implica. Dois artigos serão fundamentais para nossa exposição, “Context and Logical Form”, de 2000, e “Nominal Restriction”, de 2002. Eventualmente, algum outro texto pode exercer uma função mais central, mas, via de regra, não será o caso. O quadro teórico de Stanley consistirá, portanto, no tema central desse capítulo.

Em resumo, portanto, esse capítulo terá sua estrutura definida pela exposição dos seguintes tópicos: **(2.1)** Teoria de Stanley; **(2.2)** Críticas à teoria de Stanley; **(2.3)** Avaliação geral do que foi exposto.⁶⁶

2.1 – Teoria de Stanley

O principal objetivo da teoria de Stanley é, nas próprias palavras do autor, demonstrar que “*todos os efeitos de contextos extralinguísticos em condições de verdade podem ser traçados a partir da forma lógica*”⁶⁷. O primeiro passo a ser dado, portanto, é tornar um pouco mais claro em que sentido Stanley está usando a expressão técnica “forma lógica”.

Segundo o autor, há pelos menos dois sentidos recorrentes dessa expressão. De acordo com o primeiro desses sentidos, cuja origem pode ser traçada pelo menos até Russell, a forma lógica de um enunciado consiste em uma representação sintática mais adequada para investigações de cunho lógico ou matemático, uma forma que deixe claro o perfil lógico do enunciado e abstraia das propriedades do enunciado que são desinteressantes ou irrelevantes do ponto de vista formal. Esse sentido de “forma lógica” é de cunho claramente *normativo*

⁶⁶ As eventuais reações de Stanley às críticas expostas serão apresentadas e avaliadas em **(2.3)**.

⁶⁷ Stanley (2000); pg 30.

ou, como diz Stanley, revisionista: é porque as coisas tal qual se apresentam na linguagem natural não servem para investigações lógicas que postulamos ou construímos formas lógicas que correspondam de alguma maneira a essas coisas, ou seja, os enunciados da linguagem natural.

Se Stanley, porém, estivesse visando esse sentido de “forma lógica” em seu mote básico, obviamente esse seria um mote trivial. Ele consistiria em não mais que dizer que os enunciados da linguagem natural poderiam ser arbitrariamente representados por formas lógicas que aclarassem as contribuições do contexto para as condições de verdade que tais formas lógicas determinam, ou seja, que distribuam expressões lógicas cuja função seja a de se referir ou determinar cada uma das contribuições do contexto extralinguístico. Porém, o sentido em que Stanley utiliza tal termo técnico é de cunho estritamente *descritivo*. Em sua concepção, a forma lógica de um enunciado revela a forma sintática genuína – ainda que oculta – desse enunciado e é o objeto adequado para nossos mecanismos de interpretação semânticos: referência, composicionalidade etc⁶⁸. Essa forma profunda do enunciado obviamente pode e normalmente é distinta de sua forma superficial, ou seja, o enunciado tal qual vemos, ouvimos, proferimos etc. Feitos esses esclarecimentos, podemos reformular o mote básico de Stanley dizendo que todas as modificações que contextos extralinguísticos operam em condições de verdade são deflagradas pela própria forma sintática genuína do enunciado utilizada para expressar tais condições de verdade.

Duas outras noções técnicas bastante utilizadas por Stanley, e que por consequência terão um papel importante nesse capítulo, são as noções de *semântica* e *pragmática*, bem como outras cuja natureza se funda nessas primeiras: mecanismos de interpretação semânticos e pragmáticos, contexto semântico e pragmático etc. Os termos “semântica” e “pragmática”

68 Em outras palavras, é aos objetos sintáticos que constituem a forma lógica de um enunciado que atribuímos referências, são essas referências atribuídas aos componentes da forma lógica que compomos semanticamente etc.

são, como “forma lógica”, termos técnicos com uma certa polissemia intrínseca. Diversos autores na literatura filosófica utilizam esses termos nos mais variados e incompatíveis sentidos. Cumpre, portanto, especificar em qual desses diversos sentidos Stanley utiliza esses termos, quais as noções de semântica e pragmática com as quais ele lida, sobre as quais ele teoriza.

Um notável sentido de “semântica” é aquele segundo o qual semântica é a disciplina que estuda o funcionamento de expressões somente enquanto *types* e, portanto, estuda apenas aspectos de expressões linguísticas que são absolutamente insensíveis ao contexto. De acordo com Stanley, esse sentido parece ser preponderante na obra de Richard Montague. Um modo bastante intuitivo de aclará-lo é considerar enunciados contendo expressões indexicais e demonstrativas, como ‘eu’ ou ‘aqui’. Seguindo a noção de semântica acima descrita, a semântica não explicaria o que há de distinto nos diversos usos dessas expressões, como elas podem se referir a diferentes itens em diferentes situações. O conteúdo estritamente semântico de “Eu estou aqui” seria, nesse caso, o mesmo independentemente de quem profere tal enunciado e esse conteúdo seria constituído somente pelo significado invariante das expressões ‘eu’, ‘estou’ e ‘aqui’.

A pragmática, por outro lado, lidaria, nessa concepção, justamente com esses aspectos do significado que mudam de uma situação para outra, os aspectos *variantes* ou *sensíveis ao contexto* do significado dos termos e enunciados. Seria então uma tarefa da pragmática explicar como, a despeito de ter um núcleo de significado invariante, as expressões ‘eu’ e ‘aqui’ podem ter funções significativas, mais precisamente funções referenciais, distintas em diferentes contextos. A pragmática não lidaria, portanto, com *types*, tal qual a semântica, mas com *tokens* ou proferimentos de expressões.

Uma segunda concepção de semântica, que por sua vez implica uma outra distinção

com relação à pragmática, é aquela segundo a qual a semântica lida não *somente* com aspectos invariantes do significado, mas com os aspectos do significado na medida em que são de alguma forma *dirigidos* ou *deflagrados* pela sintaxe. Nessa concepção, portanto, o objeto de estudo da semântica não seriam *types* de expressões puros, mas esses *types* considerados relativamente a um contexto. Seria tarefa da semântica, nesse caso, explicar não só como um certo *type* de expressão, como ‘eu’, tem um núcleo de significado invariante, mas também como esse núcleo poderia se referir a João em um contexto *c* e a José em um contexto *c’*. Um mecanismo de interpretação semântico seria, assim, aquele mecanismo que atribui referências ou valores a entidades sintáticas, como expressões, enunciados ou formas lógicas⁶⁹.

Acompanhando essa segunda concepção, caberia à pragmática lidar com aqueles aspectos do significado não só variantes, mas também cuja natureza é *independente* da sintaxe, ou seja, cuja natureza é *não linguística*. Cumpriria, portanto, à pragmática avaliar aqueles conteúdos cuja determinação é deflagrada pela sintaxe – ou seja, conteúdos semânticos – de acordo com, por exemplo, máximas conversacionais como qualidade, quantidade e relevância. A pragmática seria algo como uma fase da comunicação *posterior* à semântica: primeiro atribuímos referências aos elementos da sintaxe e compomos essa referência, somente então avaliamos o conteúdo resultante⁷⁰ de acordo com regras de interpretação independentes da sintaxe, como as máximas conversacionais mencionadas.

A terceira e última concepção de semântica é aquela segundo a qual a semântica lida com *condições de verdade* ou *proposições*. A semântica nesse caso seria aquele conjunto de regras e mecanismos que, quando aplicados, gera como *resultado* ou como *output* uma proposição ou um conjunto de condições de verdade. A pragmática, por sua vez, seria a

⁶⁹ Em outras palavras, um mecanismo que *insere* constituintes em um conteúdo a partir de estruturas sintáticas.

⁷⁰ Por enquanto, está *sub judice* se esse conteúdo resultante na segunda concepção de semântica é *proposicional*.

disciplina que toma como objeto – ou seja, como *input* – as condições de verdade geradas pela semântica e, por sua vez, gera outras proposições cuja relação com a proposição semanticamente expressa é traçada a partir de implicaturas griceanas.

As noções de semântica e de pragmática com as quais Stanley se compromete são as do segundo tipo descrito acima. Uma das suas teses principais, porém, é que essas noções de semântica e pragmática *coincidem* com as últimas noções descritas, ou seja, as do parágrafo anterior. Afinal, se todos os efeitos que o contexto gera em condições de verdade são rastreáveis a partir da forma lógica, ou, em outras palavras, se o contexto só é chamado a interferir na determinação de uma proposição através da sintaxe, então todos os aspectos da determinação de uma proposição – ou seja, aqueles que variam e aqueles que não variam com relação ao contexto – são deflagrados pela sintaxe e, portanto, semânticos.

Um dos benefícios teóricos que Stanley atribui a seu quadro é o de poder de traçar uma distinção clara e de princípio entre a comunicação estritamente linguística e outras formas de comunicação menos sofisticadas ou mais primitivas. Um caso intuitivo que releva o cerne dessa distinção é o do sujeito que está nervoso e as diferentes formas que ele pode utilizar para expressar seu nervosismo. Ele pode bater leve mas insistentemente na mesa que está a sua frente, ou pode simplesmente dizer “Eu estou nervoso”. No primeiro caso, o nervosismo do sujeito é comunicado a seus interlocutores através de mecanismos de interpretação primitivos, mecanismos que não restringem o papel que o contexto exerce na comunicação a partir de regras específicas atreladas à sintaxe. Já no segundo caso, em que o sujeito faz uso de um enunciado para expressar seu nervosismo, se dá exatamente o oposto: o conteúdo é comunicado a partir de regras semânticas escritas, atreladas às estruturas sintáticas que compõem o enunciado acima mencionado. O contexto é chamado a contribuir para a determinação da proposição por essas regras e sua contribuição é controlada por elas.

Defensores de um papel mais nobre para a pragmática, que sustentam ser o papel do contexto exercido sem a intermediação da sintaxe mesmo em casos de comunicação linguística, enfrentam problemas para traçar essa distinção através de princípios, colocando a comunicação estritamente linguística de um lado e formas mais primitivas de comunicação de outro. Ao aceitar a existência constituintes inarticulados, parece que os partidários do assim chamado *contextualismo* se comprometem com uma distinção apenas de grau entre comunicação linguística e outras formas de comunicação: enquanto a primeira é *em parte* dependente da sintaxe, a última é independente dela.

O contextualismo é, portanto, a tese de que o contexto extralinguístico é muitas vezes chamado a contribuir para a determinação da proposição *independentemente* da sintaxe, ou seja, diretamente. Uma série de filósofos da linguagem tem se alinhado a essa postura nos últimos anos: François Recanati, Kent Bach, Charles Travis etc. O contextualismo é compatível com a segunda concepção de semântica descrita mais acima e utilizada por Stanley⁷¹, mas incompatível com a última das concepções, ou seja, a de que o resultado da aplicação de regras semânticas seja uma *proposição*, uma entidade capaz de ser verdadeira ou falsa. De acordo com os contextualistas, o resultado da atribuição de referências a estruturas sintáticas e da composição dessas referências constitui não mais do que conteúdos *pré-proposicionais*, “raízes proposicionais”, como diz Kent Bach⁷², e não proposições propriamente ditas. Esses conteúdos pré-proposicionais só seriam transformados em proposições a partir de contribuições diretas do contexto extralinguístico com itens não representados pelos termos componentes do enunciado relevante; em outras palavras, esses conteúdos viriam a ser proposições propriamente ditas somente a partir da introdução de constituintes inarticulados.

71 Ou seja, semântica é um conjunto de mecanismos interpretativos que atribui referências a estruturas sintáticas, como termos, enunciados, formas lógicas e compõe essas referências.

72 Bach (1994); pg. 127.

Como o objetivo de Stanley é justamente o de mostrar que há uma correlação estrita entre a segunda e a terceira concepção de semântica descritas acima, seus argumentos vão se dirigir exatamente contra os defensores do contextualismo. Antes de montar seu próprio argumento, porém, Stanley descreve brevemente a estrutura do argumento contextualista, apontando dois pressupostos que ele compartilha com os defensores de uma tal postura.

O primeiro desses pressupostos diz respeito a certas restrições que teorias sobre a estrutura sintática *real* da linguagem natural impõem a teorias que objetivam construir uma semântica adequada a tal sintaxe. Esse pressuposto é descrito por Stanley do seguinte modo:

In semantic interpretation, one may never postulate hidden structure that is inconsistent with correct syntactic theory.⁷³

Tendo em vista a definição de forma lógica que opera no quadro teórico de Stanley, ou seja, uma definição de forma lógica que lida com aquela sintaxe que é de fato a sintaxe da linguagem natural, e não uma noção normativa de forma lógica, já era de se esperar que seu quadro assumisse essa pressuposição. É importante, porém, ressaltar que esse é um pressuposto que ele *compartilha* com seus adversários contextualistas, pois assim fica estabelecida uma das teses que auxilia na criação de um campo de debate comum entre duas posições antagônicas.

A segunda suposição é sobre a própria noção de semântica que estará em jogo na discussão, mais especificamente ela diz respeito a natureza dos mecanismos de interpretação que serão ditos semânticos. Como atesta Stanley, esse pressuposto já recebeu diversos nomes na literatura sobre o assunto: “princípio da direção linguística”⁷⁴, “critério da correlação sintática estrita”⁷⁵ etc. Como ficará claro, podemos até mesmo traçar uma relação entre esse pressuposto e o princípio da representação homomórfica de Perry, que abordamos no capítulo

73 Stanley (2000); pg 35.

74 Carston (1991); pg. 38.

75 Bach (1994); pg. 137.

anterior. Finalmente, Stanley descreve o pressuposto da seguinte forma:

In deriving the semantic interpretation of a logical form, every feature of the semantic interpretation must be the semantic value of something in that logical form, or introduced via a context-independent construction rule.⁷⁶

Esse pressuposto implica que não pode haver constituintes inarticulados no conteúdo resultante de uma interpretação estritamente *semântica*, afinal, constituintes inarticulados não são o valor semântico de estruturas sintáticas e nem são introduzidos através de regras de construção independentes do contexto, muito pelo contrário, os próprios mecanismos interpretativos que introduzem esses constituintes entram em ação por uma demanda contextual.

Podemos notar que, tal qual no caso do pressuposto anterior, esse pressuposto já era algo delineado no horizonte do quadro com o qual Stanley trabalha, afinal, sua noção principal de semântica, segundo a qual a função da semântica é atribuir referências aos componentes sintáticos relevantes – estejam eles presentes na forma lógica ou em qualquer que seja o objeto ou *input* da semântica – já insinua que um mecanismo interpretativo que insira constituintes em um conteúdo sem que este seja a referência de algum termo ou estrutura sintática similar, não será um mecanismo interpretativo *semântico*.

Dadas essas duas pressuposições, portanto, o argumento dos contextualistas contra o colapso entre as duas concepções de semântica descritos acima, colapso esse que Stanley pretende defender, procede, nas palavras dele mesmo, do seguinte modo:

Here is how the proponents of truth-conditional pragmatics use the two assumptions to argue that truth-conditions are not determined by semantics. First, some linguistic construction is provided whose truth-conditional interpretation is mediated by context. Then, it is argued that it is inconsistent with current syntactic theory to postulate, in the logical form of the relevant construction, expressions or variables the semantic values of which context could provide. So, by the first assumption, it follows that the information provided by context to the truth-

⁷⁶ Stanley (2000); pg. 36.

conditional interpretation of the relevant construction is not the semantic value of anything in the syntactic logical form. By the second assumption, it then follows that the information provided by context to the truth-conditional interpretation of the construction is not a part of semantic interpretation at all. The conclusion is that, in such cases, semantic interpretation does not deliver truth-conditions.⁷⁷

A estrutura básica do argumento, portanto, é a seguinte. Primeiramente, toma-se como exemplo um certo enunciado **E** qualquer. Mostra-se, então, que a partir desse enunciado **E**, alguns falantes são bem sucedidos em comunicar um certo conteúdo **P**, e que uma parte **C** desse conteúdo foi introduzida *via* contexto. Tendo isso em mente, pergunta-se: **C** é a referência de alguma das estruturas sintáticas que compõem **E**? Essa pergunta recebe, então, uma resposta negativa por duas razões: primeiro, **C** não é o valor de nenhum dos termos que constituem a forma superficial do enunciado **E**; segundo, é incompatível com a sintaxe real da linguagem natural postular uma expressão oculta no interior do enunciado **E** que possa se referir a **C**.⁷⁸ Como **C** não é a referência de nenhuma expressão componente de **E** – seja ela superficial ou oculta – segue-se que **C** não foi introduzido no conteúdo **P** por um mecanismo de interpretação semântico e, finalmente, que esse conteúdo **P**, uma proposição, não foi um *output* da semântica tal qual definida anteriormente.

Segundo Stanley, há basicamente duas linhas de resposta ao contextualista, cada uma delas relacionada a um dos pressupostos listados acima. A primeira dessas linhas consiste em reformular a noção de semântica que opera na discussão, e, portanto, reformular de algum modo o segundo dos pressupostos fundamentais de Stanley. Seguidores de Austin, segundo os quais o *input* da semântica não são formas lógicas ou qualquer tipo de estrutura sintática, mas *atos* de asserir um certo enunciado, não precisam se comprometer com uma homomorfia entre sintaxe e conteúdo no interior de sua semântica e, portanto, a existência de constituintes inarticulados não implica, por si só, que a semântica não gera condições de verdade ou

⁷⁷ Stanley (2000); pg. 36.

⁷⁸ E aqui constatamos o uso do primeiro dos pressupostos.

proposições como resultado de sua operação. Stanley, porém, não segue essa linha de resposta. Ele acompanha a segunda linha, de acordo com a qual não existe realmente um enunciado do tipo requerido pelo argumento do contextualista, ou seja, não existe um enunciado cuja estrutura sintática (ainda que oculta) não contenha expressões suficientes para se referir a todos os aspectos ou partes do conteúdo expresso a partir desse enunciado. Obviamente, Stanley também pretende negar que a existência de expressões ocultas nos enunciados a que apelam os contextualistas vai de encontro às teorias sintáticas corretas que explicitam a estrutura real desses enunciados, pelo contrário, uma de suas teses centrais será a de que a existência dessas expressões ocultas é *requerida* por qualquer teoria sintática correta.

Acompanhando Perry, Stanley lista pelo menos duas funções que o contexto pode exercer na comunicação. Ele assume, por exemplo, que formas lógicas, os objetos nos quais a semântica opera, são livres de ambiguidade ou homonímia. A forma superficial dos enunciados, porém, sofre com esse tipo de fenômeno. A primeira função do contexto, portanto, é a de determinar formas lógicas a partir de formas superficiais, ou seja, realizar um certo tipo de abstração e regimentar as estruturas sintáticas nas quais a semântica irá operar. Essa função do contexto, chamada por Perry de função *pré-semântica*, é denominada de função *gramatical* por Stanley. O autor formula uma certa equação para elucidar melhor como essa função do contexto entra em ação. A função gramatical do contexto, portanto, resolveria a seguinte equação:

$$\text{forma superficial} + x = \text{forma lógica}$$

Uma segunda função do contexto é a de disponibilizar os itens que servirão de referência para termos indexicais⁷⁹, ou seja, termos que mudam de referência de um contexto ou situação para outra. A proposição expressa pelo enunciado ‘Eu sou botafoguense’, por exemplo, muda de

79 Lembrando que vimos em que mais precisamente consistem termos indexicais no capítulo anterior.

um contexto para o outro, visto que a referência do termo ‘eu’ muda em diferentes contextos. O termo ‘eu’, porém, não é um termo ambíguo; muito pelo contrário, ele parece ter um núcleo significativo uno, que poderia ser explicitado da seguinte forma: ‘eu’ se refere à pessoa que profere tal termo. À função do contexto que disponibiliza as referências para esses termos que além de sensíveis ao contexto, possuem um significado unitário, Stanley denomina de papel *proposicional* do contexto, função essa que resolve a seguinte equação:

$$\text{forma lógica} + x = \text{proposição}$$

Mas, será que existe outro papel proposicional que contexto possa exercer, ou esse papel se reduz à caracterização que demos inicialmente, a saber, disponibilizar a referência de indexicais? Obviamente, a resposta de um contextualista a essa pergunta é afirmativa. De acordo com essa corrente, da qual Perry, podemos dizer, faz parte, há contribuições do contexto para a determinação de uma proposição que não é relacionada a nenhum termo ou estrutura sintática, como ocorre nos casos em que o contexto contribui com a referência de *termos* indexicais. Ao papel proposicional do contexto também caberia, segundo um contextualista, disponibilizar constituintes inarticulados, ou seja, constituintes da proposição que não são representados pela sintaxe do enunciado relevante.

A postura de Stanley, portanto, pode ser redescrita como consistindo na negação de que há um papel proposicional do contexto que não seja o de disponibilizar referências para *termos* indexicais superficiais ou ocultos que compõem o enunciado relevante. Stanley, assim, pretende *reduzir* a sensibilidade contextual que adere às proposições⁸⁰ ao fenômeno da indexicalidade tal qual descrevemos mais acima. Há basicamente dois tipos de casos a que os contextualistas que são alvo de Stanley apelam: casos de asserção não sentencial e casos de constituição inarticulada. O primeiro tipo de caso concerne proferimentos de estruturas

⁸⁰ Uma pequena observação: a função gramatical do contexto não determina um tipo de sensibilidade contextual que adere a proposições, mas tão somente a inscrições gráficas, que são os itens portadores de ambiguidade e homonímia.

sintáticas que aparentemente não têm a forma de um enunciado completo, mas, no entanto, são utilizadas para expressar conteúdos proposicionais. O segundo tipo de caso consiste no nosso já conhecido fenômeno da variabilidade restrita⁸¹, ou seja, casos em que enunciados *completos* são utilizados para comunicar conteúdos proposicionais que são constituídos por elementos que não são a referência de nenhum dos *termos* que compõem esses enunciados. Como nosso tema se restringe ao tema dos constituintes inarticulados – mais precisamente a seus benefícios teóricos relativamente ao funcionamento do enunciado (1) – não abordaremos a teoria de Stanley para casos de asserção não sentencial e nos limitaremos a parte de sua teoria que trata da existência de constituintes inarticulados nos conteúdos comunicados através do enunciado (1).

Stanley formula uma definição do termo técnico “constituente inarticulado”. É bom termos essa definição em mente de modo preciso, visto que ela será o fundamento de algumas polêmicas mais à frente. A definição nas palavras do próprio autor é a seguinte:

x is an unarticulated constituent of an utterance *u* iff (1) *x* is an element supplied by context to the truth-conditions of *u*, and (2) *x* is not the semantic value of any constituent of the logical form of the sentence uttered.⁸²

Há alguns pontos importantes a serem observados em tal definição. Ser um constituinte inarticulado é uma relação *binária* entre a forma lógica de um enunciado e uma proposição, caso a primeira possa ser utilizada para comunicar a segunda. Portanto, um constituinte é inarticulado em uma proposição *relativamente* a uma *forma lógica*. Isso significa que o mero fato de algo não ser o valor de um componente da *forma superficial* de um enunciado não é, por si só, suficiente para que esse algo seja um constituinte inarticulado.

Vale lembrar mais uma vez que se existem de fatos constituintes inarticulados, então o

81 Em uma forma mais abrangente, pois Stanley aborda em seu textos não só problemas relativos ao enunciado (1), mas também outros pretensos casos de constituição inarticulada: adjetivos comparativos, restrição quantificacional, expressões temporais etc.

82 Stanley (2000); pg. 47.

contexto extralinguístico tem mais de um papel *proposicional*, ou seja, ele faz algo mais do que resolver problemas de indexicalidade. Stanley formula um argumento geral contra a existência de constituintes inarticulados e, portanto, também contra o nosso caso central, ou seja, a existência de constituintes inarticulados em proposições comunicadas *via* enunciado **(1)**. Esse argumento, já brevemente exposto no primeiro capítulo, pode ser estruturado a partir da seguinte instância de *modus tollens*:

- (a) Se o enunciado **(1)** expressa uma proposição contendo constituintes inarticulados, então a introdução desses constituintes *não pode* variar de acordo com a interpretação de operadores antepostos a tal enunciado.
- (b) Há casos em que a introdução dos supostos constituintes inarticulados das proposições expressas por **(1)** variam de acordo com a interpretação de operadores antepostos a tal enunciado.
- (c) As proposições expressas por **(1)** não contêm constituintes inarticulados.

A premissa **(a)** tem uma suposição tácita, a qual pode ser revelada a partir da formulação que o próprio Stanley sugere para tal premissa:

Operators in a sentence can interact only with variables in the sentence that lies within their scope. But, if the constituent is unarticulated, then it is not the value of any variable in the sentence. Thus, its interpretation cannot be controlled by operators in the sentence.⁸³

Com efeito, um operador anteposto a um enunciado interage *somente* com as variáveis presentes nesse enunciado (mais precisamente, presentes na *forma lógica* desse enunciado). Como um constituinte inarticulado não é o valor de uma variável ou qualquer outra estrutura sintática que compõe a forma lógica do enunciado relevante, não há algo que o represente e que possa interagir com um operador anteposto a esse enunciado. A introdução desse constituinte inarticulado no conteúdo, portanto, não pode ter sido realizada através desse operador.

A suposição tácita contida na premissa **(a)** e que é revelada pela citação acima é a de

⁸³ Stanley (2000); pg. 46.

que a interação interpretativa entre um operador e enunciado tem necessariamente uma faceta sintática, é, pelo menos em parte, um fenômeno sintático. No capítulo anterior resumimos essa pressuposição com o *dictum* de que ligação semântica requer ligação sintática. Stanley subscreve tal *dictum* e chega a dar uma formulação para ele:

Roughly, the presupposition is that, for explicit quantifier expression, within a clause, semantic binding and syntactic binding *coincide*. That is, bound readings within a clause are due to the existence of a variable binding operator standing in a certain structural relationship to a co-indexed variable in that clause.⁸⁴

Como já discutimos no capítulo dedicado a Perry, essa é uma pressuposição extremamente importante para o argumento de Stanley. Não por acaso o autor se preocupa em fornecer uma formulação precisa para a mesma e abordar qual exatamente a relação entre essa pressuposição e a postura contextualista, ou seja, se um contextualista realmente precisa assumir tal tese.

A formulação precisa da pressuposição acima descrita recebe o nome de ***Binding Assumption*** (BA) e é fornecida por Stanley nos seguintes termos:

If α and β are within the same clause, and α semantically binds β , then α either is, or introduces, a variable-binding operator which is co-indexed with and stands in a certain specified structural relation to, a variable which is either identical to, or is a constituent of, β .⁸⁵

O cerne de BA já deve ter ficado claro a partir do que foi exposto anteriormente. Ainda assim, Stanley sugere pelo menos dois caminhos que alguém poderia tomar para não se comprometer com essa tese, ambos relacionado com uma certa forma de estruturar a natureza das proposições.

Em um quadro tradicional, proposições são entidades estruturadas que podem conter tanto indivíduos quanto propriedades de diferentes ordens. A ligação por um operador de uma

84 Stanley (2000); pg. 48. Grifo nosso.

85 Stanley (2000); pg. 49.

variável no interior de um enunciado corresponde, nesse quadro, à saturação de uma propriedade de segunda ordem *P2* por parte de uma propriedade de primeira ordem *P1*. Essa saturação constitui algo como o preenchimento de um “buraco” em *P2* por parte *P1*, o preenchimento de uma peça de quebra-cabeça por outra, digamos. A variável ligada, no entanto, não tem uma referência própria. Sua função é estritamente *sintática*, ou seja, tornar possível a transformação de um *predicado* em um *nome* de propriedade, propriedade que consiste em *P1* e, portanto, satura *P2*.

O passo inicial do primeiro dos caminhos para não se comprometer com BA é postular uma entidade que constitua a proposição e seja a referência de variáveis ligadas. Chamaremos tais referências de ‘RV’. Em um tal quadro, como salienta Stanley, proposições “*não contêm somente objetos, propriedades e denotações de quantificadores, mas também contêm elementos que correspondem à ocorrência de variáveis ligadas*”⁸⁶. A interação sintática entre um operador e um enunciado corresponderia, nesse quadro, não a uma interação entre duas propriedades de diferentes ordens, como no quadro tradicional, mas a uma interação entre a propriedade de segunda ordem denotada pelo operador e RV.⁸⁷

O segundo passo desse caminho consiste em estender a existência de RV para casos em que não há uma variável correspondente a ele no interior do enunciado relevante. RV seria, assim, um constituinte inarticulado; algo introduzido em um conteúdo não através da sintaxe, mas a partir de mecanismos de interpretação de natureza não semântica.

Stanley, contudo, considera que tal caminho para se livrar do compromisso com BA não está disponível para um contextualista. Com efeito, um contextualista aceita somente dois modos através do qual um certo item pode ser referido: ou bem esse item é referido a partir de um termo, uma estrutura sintática que componha o enunciado relevante, ou bem esse item é

86 Stanley (2000); pg. 50.

87 A partir do que foi exposto no capítulo anterior podemos dizer que RV seria o que Perry chama de *argument-role*.

referido através de mecanismos pragmáticos, que utilizam o contexto diretamente, ou seja, sem a intermediação da sintaxe. Um contextualista que defendesse a existência de itens correspondentes a variáveis (ou seja, RV's) no interior da proposição não poderia aceitar que tais itens são referidos através de estruturas sintáticas, pois nesse caso tais itens não teriam sido *diretamente* introduzidos pelo contexto e, portanto, não constituiriam casos ao qual um contextualista poderia apelar. Restaria, portanto, afirmar que RV's são referidos através de mecanismos pragmáticos. O problema central que Stanley vê em tal estratégia está justamente na possibilidade da referência a itens correspondentes a variáveis ser realizada através de mecanismos pragmáticos. Há um série de alternativas possíveis para quem defende que um objeto ou propriedade, por exemplo, são referidos através de mecanismos pragmáticos: as intenções do falante podem se referir a tais entidades, ou elas podem de alguma forma estarem salientes no contexto devido a regras conversacionais etc. Stanley, porém, não crê que essas alternativas estejam abertas no caso da referência a RV's:

However, denotations of bound variables are odd, theoretically complex entities. It is difficult, if not impossible, to see how, on any account of salience, such an entity could be salient in a context. Certainly, neither it, nor instances of it, could be perceptually present in the context. It is equally difficult to see how speaker intentions could determine reference to such an entity. ⁸⁸

Como a passagem deixa claro, os mecanismos tradicionalmente utilizados para explicar como um certo objeto pode estar saliente em um dado contexto são inaplicáveis no caso de RV: itens extralinguísticos correspondentes a variáveis não podem ser vistos, bem como falantes em geral não tem a *intenção* de se referir a esse tipo de entidade. Disso Stanley conclui que, ainda que um contextualista subscreva a existência de referências para variáveis, ele ainda não se encontrará em condições de não se comprometer com BA, pois a referência a tais entidades poderia ser realizada somente através da sintaxe e, assim, casos de proposições envolvendo

88 Stanley (2000); pg. 50.

RV não seriam casos ao qual um contextualista poderia apelar tendo em vista a justificação de sua tese fundamental.

O segundo caminho para evitar o compromisso contextualista com BA é sugerido em uma nota de rodapé do texto de Stanley já citada no capítulo anterior. Nessa nota, Stanley se refere a uma concepção de proposição segundo a qual ela conteria *variáveis* – as próprias entidades linguísticas – e não algum tipo de entidade *extralinguística* a qual variáveis poderiam se referir. Segundo essa concepção de proposição, defendida por Jeffrey King, uma proposição seria uma entidade estruturada muito semelhante a um enunciado ou à forma lógica de um enunciado, semelhança essa que é estendida a ponto da proposição poder conter itens que compõem estruturas sintáticas. Esse seria o caso das variáveis, as quais compõem enunciados ou suas formas lógicas e, no quadro de King, constituiriam também proposições. Essa saída certamente não padece dos mesmos problemas que a saída descrita no parágrafo anterior: uma variável é certamente algo que se pode ver, bem como algo a que nossas intenções podem se dirigir. Stanley, porém, considera que essa saída também não está aberta ao contextualista, pois a concepção de proposição defendida por King está baseada principalmente no modo como esse autor pensa na relação entre uma proposição e o enunciado que a exprime: uma proposição é um tipo de “sombra” de seu enunciado. Para as variáveis de King serem de algum interesse a um contextualista, o contextualista teria de abrir mão desse modo de conceber a relação entre proposição e enunciado e ficar somente com o papel das variáveis nas proposições. Isso porque o contextualista precisaria, para motivar sua tese, que tais variáveis na proposição fossem referidas *independentemente* de variáveis presentes na sintaxe. Stanley, porém, julga que o papel proposicional que King atribui às variáveis só faz sentido em um quadro que assuma também a relação entre proposição e enunciado tal qual esse autor a delinea e, portanto, um quadro onde variáveis em proposições

sejam referidas por suas “sombras”, ou seja, as variáveis que compõem a estrutura sintática. Esse quadro, porém, é um quadro estritamente oposto ao contextualista, pois trata a referência de variáveis como um mecanismo que opera sempre a partir da sintaxe.

Como os dois caminhos para evitar BA não estão disponíveis a um contextualista, Stanley conclui que pensadores que se filiam a tal escola devem, de fato, se comprometer com esse pressuposto básico. O problema, porém, é que o compromisso com BA “*impõe sérias dificuldades àqueles que acreditam na existência de constituintes inarticulados*”⁸⁹. Uma dessas dificuldades concerne justamente a interpretação do nosso enunciado central – o enunciado **(1)** – tal qual Perry e outros contextualistas, na visão de Stanley, a estrutura. O modo como Stanley descreve o *fenômeno* ao qual a teoria de Perry se dirige é pouco problemático e estritamente semelhante ao modo como o próprio Perry o descreve. Eis o enunciado **(1)**; esse enunciado claramente faz referência a um certo tipo de evento – chuvas – e também ao instante em que tais eventos ocorrem através de um verbo flexionado, ou seja, o verbo ‘está’. Alguém que utilize o enunciado **(1)**, porém, comunica a seu interlocutor não só algo a respeito de uma chuva e de um instante, mas também a respeito de um certo lugar. Não há, contudo, uma expressão aparente em **(1)** que se refira a lugares. Há então, duas possibilidades de explicação de tal fato: a primeira é postular uma variável locacional oculta no interior do enunciado **(1)**; a outra possibilidade é, diante da implausibilidade sintática da possibilidade anterior, optar por atribuir ao contexto a função de suprir *diretamente*, isto é, sem a intermediação de uma variável, o constituinte locacional para o conteúdo comunicado.

Essa opção pela segunda possibilidade implicaria, de acordo com Stanley, uma certa análise da interpretação de certos enunciados, análise essa que é descrita na seguinte passagem, já citada anteriormente:

Den(“rains”) relative to a context c = that function f that takes $\langle t, l \rangle$ to True if it is raining at t

⁸⁹ Stanley (2000); pg. 51.

and l , where l is the contextually salient location in c , and takes $\langle t, l \rangle$ to False if it is not raining at t and l , where l is the contextually salient location, and is undefined otherwise.⁹⁰

Se tal análise é correta, o enunciado **(1)**, portanto, é verdadeiro em um certo contexto quando está chovendo *no lugar saliente em tal contexto*. Essa estipulação das condições de verdade do enunciado **(1)** tem a vantagem de capturar uma certa intuição que temos a respeito da relação entre o lugar no qual chove e o conteúdo expresso por falantes que utilizem esse mesmo enunciado, a saber, a intuição de que esse lugar é inserido no conteúdo através do contexto extralinguístico.⁹¹ Segundo Stanley, porém, tal análise falha em dar conta de outros fenômenos relativos a interpretação do enunciado **(1)**, principalmente os casos em que um certo operador é anteposto a tal enunciado. Consideremos novamente o enunciado, por exemplo:

(9) Para todo lugar que João vai, está chovendo.

Segundo uma interpretação muito natural de tal enunciado, ele diz que para todo lugar que João vai, está chovendo *no lugar para o qual João vai*. O problema aqui é que a cláusula ‘no lugar para o qual João vai’ não se refere a um lugar saliente no contexto – como requereria as condições de verdade estipuladas pela análise que apela a constituintes inarticulados – mas ao domínio de localidades sobre o qual varia a expressão quantificacional ‘para todo lugar que João vai’. Isso é o que nos permite deduzir, dada a verdade de **(9)**, que se João vai para a Islândia, chove na Islândia, e essa dedução se dá independentemente da Islândia ser ou não a localidade saliente em um contexto onde o enunciado **(9)** seja proferido.

Esse fato interpretativo, portanto, parece invalidar a análise sugerida pelo quadro que faz uso de constituintes inarticulados e de uma intervenção *direta* do contexto nas condições de verdade do enunciado **(1)** e enunciado do qual esse enunciado faz *parte*, como é o caso do

⁹⁰ Stanley (2000); pg. 52.

⁹¹ Lembremos que essa é uma intuição também levada em conta por Perry, ou seja, há de certo aqui um mesmo fenômeno em particular ao qual as duas teorias se dirigem.

enunciado (9). O problema, portanto, passa a ser o seguinte: como explicar a interação semântica entre o operador anteposto a (1) em (9) sem abandonar a intuição de que, quando isolado de (9), o conteúdo expresso por (1) envolve uma localidade suprida pelo contexto extralinguístico?

A solução de Stanley para captar os dois fenômenos acima descritos consiste em postular uma variável oculta na forma lógica do enunciado (1). Como sabemos, uma variável pode ocorrer em uma estrutura sintática qualquer tanto *ligada* quanto *livre*, ou seja, fora do escopo de um operador e não preenchida por uma expressão relevante – como um nome, no caso de variáveis para termos singulares. Em interpretações do enunciado (9) como a que delineamos mais acima, a variável contida na forma lógica do enunciado (1) seria ligada pelo operador contido em (9), isto é, o operador ‘para todo lugar que João vai’. Em um proferimento de (1) isolado de qualquer operador, porém, a variável contida na forma lógica desse enunciado receberia seu valor do contexto extralinguístico no qual tal proferimento ocorreu. Uma tal análise, além de poder explicar os fenômenos mencionados por Stanley, impede que o papel que o contexto exerce na interpretação do enunciado (1) seja um contraexemplo à tese metodológica básica de Stanley, ou seja, a tese de que os mecanismos envolvidos na determinação de uma proposição são *somente* mecanismos de interpretação *semânticos*, e que, portanto, o resultado da aplicação desses mecanismos é um conteúdo proposicional⁹².

Com isso Stanley pretende ter demonstrado sua tese de que o único papel proposicional do contexto extralinguístico é disponibilizar referências *para as estruturas sintáticas* que compõe o enunciado relevante. Essa tese, como foi explicado mais acima,

92 Essa tese metodológica corresponde ao que acima descrevemos como o colapso entre duas das noções de semântica mencionadas por Stanley: aquela segundo a qual semântica é um conjunto de mecanismos interpretativos que atribui referências a estruturas sintáticas e aquela segundo a qual semântica lida com condições de verdade.

reduz a função do contexto extralinguístico à resolução do fenômeno da indexicalidade. Parece, porém, haver algo de estranho aqui: indexicais são tradicionalmente⁹³ descritos como expressões resistente à interação semântica com operadores em cujo escopo os enunciados com tais indexicais estejam. As variáveis de Stanley, por outro lado, não são resistentes a tal interação. Como é possível, então, que o contexto que supre os valores de tais variáveis tenha sua função *reduzida* à resolução da indexicalidade se tais variáveis não cumprem certos requisitos para serem consideradas termos indexicais?

Segundo Stanley, porém, há dois sentidos de “indexical” e, portanto, de “indexicalidade”. Apenas em um desses sentidos é correto dizer que o papel do contexto extralinguístico é limitado à resolução da indexicalidade; esse sentido é o que Stanley chama de *indexicalidade vasta*, o qual se opõe à *indexicalidade restrita*:

Broadly construed, an indexical is any contextual parameter, by which I mean any primitive expression whose denotation is supplied entirely by context, perhaps guided by a linguistic rule. In the narrow sense of “indexical”, an indexical is a proper subset of context-sensitive expressions, one with the characteristics shared by words such as “I”, “here”, and “now”, but not by “this”, “that”, “she”, and “he”, such as resistance to bindability by variable binding operators.⁹⁴

Assim, para algo ser um indexical em sentido estrito, esse algo que satisfazer pelo menos duas condições: (i) ter sua referência fornecida pelo contexto e (ii) ser resistente à ligação por operadores que liguem variáveis. Para ser um indexical em sentido vasto, porém, um termo tem de satisfazer *somente* a condição (i). Conseqüentemente, podemos dizer que as variáveis postuladas por Stanley na forma lógica do enunciado **(1)** são, de fato, indexicais e que, portanto, elas não representam um contraexemplo à tese de que o papel proposicional do contexto pode ser reduzido à disponibilização de referências para termos indexicais.

Com a postulação de variáveis garantida, Stanley descreve pelo menos dois modos de

93 Kaplan (1989). Kaplan, porém, também faz uma aproximação estrita entre variáveis livres e indexicais.

94 Stanley (2000); pg. 38.

estruturar a análise da interpretação do enunciado **(1)**. Segundo uma delas, essa variável teria *eventos*⁹⁵ como referência, do que se segue que a forma lógica do enunciado **(1)** seria algo como:

FL(1) Está chovendo (*e*).

Dado que eventos são entidades determinadas espaciotemporalmente, a referência dessa variável traria consigo informações sobre a localidade e o instante em que ocorreram o evento ao qual ela se refere. Sendo uma variável, ela poderia ocorrer tanto livre, como é o caso de **(1)**, quanto ligada, como é o caso do enunciado **(9)**.

De acordo com a segunda análise sugerida por Stanley, ‘chovendo’ se refere não a um evento, mas a uma relação, tal qual estipulava Perry. Essa relação é referida a partir de um predicado binário ladeado por variáveis que tomam *funções* como seus valores. Uma dessas funções nos leva de entidades quaisquer a *tempos*, enquanto a segunda nos leva de entidades quaisquer a *lugares*. A forma lógica de ‘chovendo’, portanto, teria a seguinte forma:

FL(2) $C(f(x), g(y))$

O contexto tem o papel de suprir a referência tanto das variáveis de indivíduos (‘x’ para instante e ‘y’ para lugar) quanto das variáveis de funções (‘f’ e ‘g’). Em casos ordinários, como a interpretação do enunciado **(1)** isolado de qualquer operador, o valor que o contexto forneceria para as variáveis ‘f’ e ‘g’ seria a relação de identidade. Com isso, se o contexto fornece Copacabana como o valor de ‘y’ e o horário das três como o valor de ‘x’, Copacabana seria também o valor de ‘g(y)’ e o horário das três o valor de ‘f(x)’. A função de identidade também seria a referência da variável ‘g’ no caso do enunciado **(9)**, o mesmo, porém, não podendo ser dito da variável ‘f’, cuja referência seria uma função que nos levaria de localidades espaciais em instantes temporais. O oposto disso ocorreria no caso do enunciado:

(10) Sempre que João acende um cigarro, está chovendo.

⁹⁵ Aqui utilizamos “evento” em um sentido mais técnico, como aquele delineado em Davidson (1969).

Supondo que podemos interpretar alguém que utiliza tal enunciado como dizendo que sempre que João acende seu cigarro, está chovendo *no lugar onde João acende seu cigarro*, teríamos a função de identidade como o valor da variável ‘f’ e uma função que nos levaria de instantes temporais em localidades espaciais como a referência da variável ‘g’.

Nesse tópico, portanto, expusemos como Stanley estrutura seu quadro teórico para a explicação do fenômeno da variabilidade restrita. Esse quadro parte de uma concepção mais vasta de semântica, a saber, semântica consiste em um conjunto de regras que atribui referências a termos relativamente a contextos, e pretende demonstrar que tal concepção desemboca em uma outra mais rica: semântica lida com proposições, pois esse é o resultado da aplicação das regras acima mencionadas. O projeto de conectar essas duas concepções de semântica passa pela tese de que todos os aspectos de um conteúdo proposicional (isso é, os aspectos contextuais e não contextuais, ou *eternos*) são introduzidos nesse conteúdo *via* sintaxe e, portanto, a partir de regras semânticas de atribuição de referências. Para demonstrar tal tese, Stanley faz uso do chamado *Binding Argument*, o qual prova que enunciados que *aparentemente* não contêm elementos sintáticos que correspondem a aspectos do conteúdo que expressam *na realidade* contêm, sim, tais elementos, ainda que de maneira oculta. Stanley aplica o *Binding Argument* especificamente ao caso particular que temos investigado, ou seja, o dos conteúdos expressos através do enunciado (1). Essa aplicação, se correta, demonstra que o conteúdo expresso através desse enunciado não contêm constituintes inarticulados e, conseqüentemente, também demonstra que o papel exercido pelo contexto na interpretação de tal enunciado é controlado e deflagrado por sua própria sintaxe.

2.2 – Críticas à teoria de Stanley

O quadro teórico erguido por Stanley e descrito no tópico anterior foi alvo de severas

críticas por parte de uma série de autores envolvidos na literatura corrente sobre temas relacionados com constituintes inarticulados, natureza da semântica e natureza da pragmática. Com efeito, o projeto de Stanley tem duas faces: a primeira dessas faces, a qual possui um caráter *positivo*, consiste na estruturação de um quadro teórico capaz de explicar um certo fenômeno; a segunda dessas faces, de natureza *negativa*, consiste em uma tentativa de demonstrar que quadros que envolvam a existência de constituintes inarticulados são *incapazes* de explicar certos fenômenos. No capítulo anterior, tentamos construir uma crítica a essa segunda face do projeto de Stanley, mostrando que o quadro teórico de Perry, o qual obviamente envolve constituintes inarticulados, é capaz de explicar a interação entre certos operadores e o enunciado (1). Nossa crítica implica, portanto, uma postura contra a *necessidade* do quadro de Stanley e seus pressupostos sintáticos; em outras palavras, julgamos que há quadros alternativos para explicar a variabilidade restrita tão funcionais quanto os de Stanley.⁹⁶

Um autor que, ao menos em parte, acompanha essa linha crítica do quadro de Stanley é François Recanati. Com efeito, Recanati crê que, ainda que acatemos boa parte do chamado *Binding Argument*, há certas premissas desse argumento que podem ser evitadas em favor de análises alternativas. Uma premissa à qual Recanati dá bastante atenção está de certa forma *oculta* no argumento: Stanley supõe que se a forma lógica do enunciado (1) quando *afixada* a um operador é composta por, dentre outras coisas, uma variável, então a forma lógica do enunciado (1) quando *isolada* de operadores também deve conter essa variável. O cerne da crítica de Recanati consiste em questionar essa premissa oculta do argumento de Stanley, a qual implica no que ele chama de *binding falacy*.

96 Neale (2007) critica Stanley pelo mesmo viés. Segundo Neale, Stanley apresenta não mais que evidências *interpretativas*, das quais, porém, tenta extrair indevidamente consequências *sintáticas*. Em concordância com nossas críticas, Neale considera que tais teses sintáticas devem ser tratadas não como *consequências* das evidências interpretativas às quais Stanley apela, mas como uma maneira dentre outras de explicar e modelar tais evidências.

Além da corrente que critica os aspectos *negativos* ou a *necessidade* do quadro de Stanley, há também uma corrente que dirige críticas aos aspectos *positivos* ou à *suficiência* de tal quadro. Segundo essa corrente, apesar de explicar os fenômenos interpretativos que pretende, a teoria de Stanley implica em certas previsões equivocadas a respeito do que é comunicado através do enunciado **(1)** em certas ocasiões especiais. Além disso, ainda segundo esses autores, o *Binding Argument* tem certas implicações semânticas globais bastante contraintuitivas e, em alguns casos, realmente absurdas. Essa linha crítica é perseguida por autores como Herman Cappelen e Ernest Lepore, e é sobre esses autores que se fundarão nossas investigações de tal linha. Começaremos, porém, pelas críticas de Recanati.⁹⁷

Em “Unarticulated Constituents”, Recanati apresenta uma crítica à análise de Stanley cujo cerne é bem simples. Essa crítica se baseia na seguinte esquematização do argumento de Stanley:

- i. No enunciado **(9)** ocorre *binding*: as localidades onde chove variam de acordo com os valores introduzidos através da variável atrelada ao quantificador.
- ii. Não há *binding* sem uma variável a ser ligada.
- iii. O enunciado **(1)**, portanto, contém uma variável cujo valor é o local da chuva.

De acordo com Recanati, podemos aceitar **(i)** e **(ii)** sem nos comprometermos com **(iii)**, dado que o compromisso com **(iii)** seria implicado somente através da adição de uma premissa adicional, que Recanati julga estar oculta no argumento de Stanley. Essa premissa, denominada *SUP*, é formulada do seguinte modo:

(SUP) In ‘Everywhere I go it rains’, the sentence on which the quantifier ‘everywhere I go’ operates is the very sentence ‘It rains’ which can also be uttered in isolation (and whose usual interpretation is said by some to involve an unarticulated location

97 O quadro de Recanati será apresentado de maneira mais precisa no próximo capítulo da dissertação.

constituent).⁹⁸

Haveria, porém, um modo de não assumir compromisso com **SUP** ou com **(iii)**. Para tanto, bastaria analisar o funcionamento de certos operadores a partir da noção de *função variádica*. Essa análise permitiria, segundo Recanati, que nós acatássemos certas premissas do argumento de Stanley – a saber **(i)** e **(ii)** – sem com isso nos comprometermos com a conclusão do argumento e, portanto, com a inexistência de constituintes inarticulados na proposição expressa por **(1)**.

A noção central da análise alternativa de Recanati é, como já mencionado, a noção de função variádica. Uma função variádica seria qualquer função que toma como argumento um predicado n -ário que se refere a uma propriedade n -ária e gera como valor um predicado $n + 1$ -ário que se refere a uma propriedade $n + 1$ -ária. Utilizando essa noção na análise semântica do enunciado **(9)**, Recanati afirma que o operador ‘para todo lugar que João vai’ não somente liga uma variável, mas que ele também *gera* essa variável a partir de uma função variádica que seria parte de seu conteúdo semântico:

According to the variadic analysis, the phrase ‘everywhere I go’ does not merely contribute what binds the variable, it also contributes the variable itself, i.e. the extra argument-role for a location.⁹⁹

Aplicada ao predicado unário ‘chovendo’, por exemplo, a função variádica contida em ‘para todo lugar que João vai’ geraria como valor o predicado binário ‘chovendo em x ’. Podemos formalizar essa aplicação do seguinte modo:

$$\text{Var}(\text{‘chovendo’}) = \text{‘chovendo em } x\text{’}$$

Dessa maneira, no enunciado **(9)** o predicado sobre o qual o nosso quantificador operaria não seria o predicado original contido no enunciado **(1)**, mas um predicado modificado a partir de uma função constituinte desse próprio operador, a saber, o predicado ‘chovendo em x ’. Essa

⁹⁸ Recanati (2002); pg. 39.

⁹⁹ *Idem.*

análise nos permite aceitar, como quer Stanley, que há uma variável ligada no enunciado **(9)**, sem assumir que há uma variável presente no enunciado **(1)** e, portanto, sem assumir que a interpretação desse enunciado *não* envolve constituintes inarticulados.¹⁰⁰

A crítica de Recanati, como podemos agora melhor observar, não se dirige diretamente ao poder explicativo do quadro de Stanley. É uma crítica que tenta apenas mostrar que a despeito do que é dito em “Context and Logical Form”, uma teoria que envolva constituintes inarticulados pode conviver muito bem com explicações de quantificação que envolvam ligação de variáveis – o assim chamado fenômeno *binding*. Agora, porém, nosso tema serão críticas que contestam o aspecto positivo da teoria de Stanley, ou, em outras palavras, críticas que pretendem mostrar que o quadro de Stanley tem falhas internas. Pelo menos três autores dirigiram esse tipo de crítica à Stanley: Cappelen e Lepore, em seu *Insensitive Semantics*, e Recanati, em “Unarticulated Constituents”. Há pelo menos dois pontos fundamentais nesses argumentos: o primeiro desses pontos é que o argumento geral de Stanley tem implicações contraintuitivas ou absurdas; o segundo é que *se* o argumento de Stanley fosse correto, certas consequências deveriam se seguir, essas consequências, no entanto, não se seguem. Apreciemos, primeiramente, as críticas baseadas no primeiro desses pontos.

A estrutura geral do *Binding Argument* de Stanley poderia ser formulada da seguinte maneira: primeiramente, considera-se um enunciado **E** qualquer; em seguida, verifica-se que a anteposição de um quantificador **Q** a esse enunciado tem como resultado ao menos a possibilidade de uma interação interpretativa entre ambos; conclui-se, a partir disso, que **E** contém uma variável¹⁰¹ (superficial ou oculta) que possa ser ligada por **Q**.

¹⁰⁰De acordo com Recanati, sua análise tem uma vantagem adicional sobre a de Stanley quando aplicada a casos de determinação adverbial. Essa vantagem, bem como outros aspectos da análise de Recanati, serão apreciados de forma mais acurada no próximo capítulo.

¹⁰¹A classe de valores que tal variável pode assumir é determinada pelo domínio de quantificação do quantificador. Dessa maneira, se o quantificador tem como domínio um certo conjunto de lugares, esses lugares serão os valores possíveis da variável; se o domínio do quantificador for um conjunto de animais, os membros desse conjunto de animais serão os valores possíveis da variável; e assim por diante.

De acordo com C&L, a validade de um tal argumento teria implicações absurdas. Por exemplo, tomemos o enunciado aritmético:

$$(10) \quad 2 + 2 = 4$$

Podemos antepor a tal enunciado um quantificador qualquer, como aquele que usamos anteriormente, ou seja, ‘para todo lugar que João’. Com isso, obteríamos o seguinte enunciado:

$$(11) \quad \text{Para todo lugar que João vai, } 2 + 2 = 4.$$

Ora, mas uma interpretação natural de um tal enunciado seria que para todo lugar que João vai, $2 + 2 = 4$ *no lugar para o qual João vai*. Um tal dado, contudo, quando aplicado ao argumento de Stanley, gera um problema grave. Com efeito, para obtermos a leitura ligada acima descrita, ou seja, uma leitura em que a interpretação do enunciado interage com a interpretação do quantificador à sua frente, temos que nos comprometer, de acordo com Stanley, com a existência de uma variável no interior de tal enunciado, mais que isso, uma variável cujos valores sejam controlados pelo quantificador e seu domínio. Como o domínio do quantificador é um conjunto de localidades espaciais (os lugares para os quais João vai), temos de ter no interior do enunciado **(10)** uma variável para lugares. É obviamente *absurdo*, no entanto, afirmar que enunciados aritméticos são compostos por, dentre outras coisas, variáveis cujos valores são localidades espaciais. Desse modo, C&L supõem ter apresentado uma *reductio* do *Binding Argument* de Stanley.¹⁰²

Como C&L, Recanati apresenta também uma crítica que tenta demonstrar algumas implicações estranhas que o *Binding Argument* de Stanley teria. A crítica de Recanati envolve o seguinte enunciado:

(12) O policial parou o carro.

Quando nos defrontamos com um uso desse enunciado, é natural que façamos certas

¹⁰²Cappelen & Lepore (2005); pg. 74.

suposições a respeito do modo como o policial em questão parou o carro: ele pode ter ligado a sirene, pode ter sinalizado para o motorista etc. Talvez o carro parado não fosse sequer o carro de um terceiro, mas o do próprio policial, de modo que poderíamos então supor modos distintos do policial parar o carro: bruscamente, lentamente, por causa de um pneu furado etc. Importante, porém, é que independentemente das suposições que façamos, parece claro que *o modo como o policial parou o carro* não é algo ao que o enunciado (12) e seus componentes sintáticos faça referência, é apenas algo que um intérprete *adiciona* o conteúdo expresso por esse enunciado para tornar tal conteúdo adequado a essa ou aquela situação. Segundo Recanati, no entanto, a validade do *Binding Argument* de Stanley teria como consequência a tese de que o modo como o policial parou o carro é referido por uma variável oculta no interior do enunciado (12). Com efeito, podemos antepor a tal enunciado um operador cujo domínio seja modos de se parar um carro, como no caso de:

(13) De um jeito ou de outro, o policial parou o carro.

De acordo com o *Binding Argument*, como a interpretação mais natural de (13) é que de um jeito ou de outro jeito *x*, o policial parou o carro desse jeito *x*, segue-se que há uma interação interpretativa entre o operador ‘de um jeito ou de outro’ e o enunciado (12). Como conclusão disso, porém, o *Binding Argument* aponta a presença de uma variável para modos de se parar um carro no interior desse enunciado (12). Nas palavras do próprio Recanati:

If we apply the Binding Criterion, we shall have to conclude that the contextually provided manner of stopping is articulated and determined through a bottom-up process of saturation, like the reference of indexicals. The absurdity of this conclusion argues against the Binding Criterion.¹⁰³

Um outro caso apresentado por Recanati é o do enunciado abaixo:

(13b) Sempre que o pai de João faz cogumelos, ele come.

É ponto pacífico na literatura o verbo ‘comer’ em seu uso intransitivo – como ocorre no

¹⁰³Recanati (2002); pg. 35.

enunciado acima – não possui em sua forma lógica uma variável cujo valor seja aquilo que é comido. Porém, em uma interpretação natural do enunciado **(13b)**, o alimento que João come varia de acordo com aquilo que seu pai prepara e, portanto, parece haver aqui uma interação entre o operador ‘sempre que o pai de João faz cogumelos’ e o enunciado ‘ele come’. Ora, mas BA exige que haja uma variável a ser ligada por um operador sempre que ele interferir na interpretação de um certo enunciado, do que se segue que o enunciado ‘ele come’ deve ter uma variável para aquilo que é comido mesmo no caso acima, ou seja, em seu uso intransitivo. Isso, no entanto, é algo do que o próprio Stanley parece discordar.¹⁰⁴ Ao fim e ao cabo, portanto, parece que ou bem aceitamos que não há uma variável oculta em ‘ele come’ e aceitamos que a mera possibilidade de *binding* não requer variáveis, ou nos opomos ao que foi classificado como ponto pacífico na discussão e negamos que não há uma variável oculta em ‘ele come’. Obviamente, Recanati subscreve a primeira opção, o que, no entanto, parece ir de encontro a certas assunções do quadro de Stanley.

Essas consequências parecem apontar para uma certa necessidade de se reformular ou abrir mão do *Binding Argument*, ou ao menos de certas suposições que estão na base desse argumento. Cappelen e Lepore julgam que a interação entre um quantificador e um enunciado, ou ao menos o tipo de interação a qual Stanley apela, é melhor explicada através de mecanismos de interpretação pragmáticos, como fica claro na seguinte nota:

We think they [casos de binding] might be best accounted for pragmatically, but that’s a topic for another occasion (see Cappelen and Lepore 1997, 2000, 2002); see also Farkas (1997), who denies that the data require a syntactic treatment but are instead best accounted for semantically.¹⁰⁵

Recanati, por sua vez, crê que o fenômeno *binding* pode ser tratado por vias sintáticas, como faz Stanley, mas sem que isso nos comprometa com um número muito grande de variáveis

¹⁰⁴Stanley (2000); pg. 39, n. 14.

¹⁰⁵Cappelen & Lepore (2005); pg. 71.

ocultas nas formas lógicas de enunciados ordinários. Para tal, ele sugere uma reformulação na postura de Stanley, uma reformulação onde a mera possibilidade da interação entre operador e enunciado não implique, por si só, a presença de variáveis ocultas; uma tal presença só seria implicada pelo, digamos, *binding* factual, por oposição ao *binding* possível¹⁰⁶:

It follows that bindability does not entail articulatedness; only actual binding entails articulatedness. Hence the Binding Criterion must be rejected, and a weaker criterion adopted instead.¹⁰⁷

Isso significa que somente em enunciados complexos em que há de fato uma interação entre um operador e um enunciado que é parte desse enunciado complexo há uma variável ligada a esse operador. Ao se isolar esse “enunciado-parte” de qualquer operador que ligue variáveis, o resultado é a dissolução da variável oculta que é ligada quando o operador está anteposto ao enunciado.

A última das críticas internas que é dirigida ao quadro de Stanley por Cappelen, Lepore e Recanati consiste justamente em uma das críticas que esses autores dirigiram também ao quadro de Perry. Com efeito, vimos anteriormente que, de acordo com Perry, ‘chovendo’ denota uma relação binária de tempos e lugares e, portanto, um enunciado que contenha tal expressão não pode expressar um conteúdo proposicional sem que essa relação seja preenchida por uma localidade e um instante temporal. Cappelen, Lepore e Recanati, contudo, objetam a Perry que o enunciado **(1)** pode, em casos específicos, ser utilizado para comunicar uma proposição onde não conste constituinte algum correspondente a uma localização, do que se segue que ‘chovendo’ não pode, como sugere Perry, se referir a uma relação binária de tempos e lugares. Essa mesma objeção é dirigida por esses autores ao quadro de Stanley, como deixa claro a seguinte passagem:

We should emphasize that even though our arguments below are directed against Perry's view

¹⁰⁶Essas e outras distinções que Recanati sugere serão melhor explicadas no capítulo da dissertação dedicado a seu quadro teórico.

¹⁰⁷Recanati (2002); pg. 42.

so interpreted, it works just as effectively against the view that there is a 'hidden' variable in logical form (we in particular have in mind the view suggested by Stanley (2000)).¹⁰⁸

Com efeito, apesar de não se comprometer com a tese de que a variável postulada consiste em um dos argumentos do predicado ‘chovendo’, Stanley se compromete com a tese de que há uma variável oculta na forma lógica de **(1)** – não é claro, porém, em qual lugar de tal forma lógica – o que já é suficiente para se comprometer com a tese de que a expressão de uma proposição por parte desse enunciado é *condicional* a atribuição de um valor a essa variável. Ora, como os valores possíveis de tal variável são *lugares*, segue-se que o enunciado **(1)** não pode ser utilizado para comunicar uma proposição a não ser que esteja determinada uma localização – o valor de da variável oculta – sobre a qual versa tal proposição. Essa implicação geral com relação à interpretação do enunciado **(1)**, no entanto, parece ser forte demais, pois como Cappelen, Lepore e Recanati pretendem ter mostrado com o exemplo do planeta em que a chuva causa dor de cabeça, há ocasiões em que o enunciado **(1)** pode ser utilizado para comunicar algo que é neutro com relação a uma localidade, algo que *não diz respeito* a qualquer localidade em específico.

Esses, portanto, são os argumentos que tentam mostrar que o *Binding Argument* de Stanley tem consequências no mínimo estranhas. Há, porém, como já mencionado, também argumentos que tentam mostrar que uma série de consequências que *deveriam* se seguir caso o argumento de Stanley fosse correto, não se seguem. Esse é um ponto também observado por C&L em *Insensitive Semantics*. De acordo com esses autores, a existência de indexicais ocultos na forma lógica de enunciados como **(1)** deveria ter certas implicações sintáticas, semânticas e epistemológicas; implicações como aquelas apontadas em Kaplan (1989). Nenhuma dessas implicações, no entanto, parece ser verificada nos casos aos quais Stanley aplica seu *Binding Argument*.

¹⁰⁸Cappelen & Lepore (2007); pg. 201.

O primeiro dos fenômenos aludidos por C&L com relação ao funcionamento de indexicais em geral é o fato desses termos entrarem em relações anafóricas. Anáfora é um fenômeno basicamente sintático, em que um termo é utilizado como um dispositivo de correferência relativamente a um outro termo que ocorre em uma posição sintática anterior. O enunciado abaixo é uma instância do fenômeno geral da anáfora:

(14) Nilton Santos era um jogador magnífico. Ele jogou somente no Botafogo.

A expressão indexical ‘ele’ que inicia o segundo enunciado está em relação anafórica com o nome ‘Nilton Santos’ presente no primeiro enunciado, pois é utilizado basicamente como um mecanismo de correferência relativamente a tal nome. Sendo a anáfora um fenômeno geral dentro do domínio dos termos indexicais, é de se esperar que os indexicais ocultos que Stanley postula no interior de enunciados como **(1)** entrem em relações anafóricas com certos termos. Isso, porém, parece não ser o caso, como deixa claro o enunciado abaixo:

(15) Está chovendo, e essa é uma localidade muito grande.

Se o enunciado **(1)**, o qual faz parte do enunciado **(15)**, comporta um indexical oculto que se refere a lugares, a interpretação natural de **(15)** seria aquela em que o indexical superficial ‘essa’ entra em relação anafórica com esse suposto indexical oculto em **(1)**. Isso, no entanto, não parece ocorrer, pois o indexical ‘essa’ aparenta ter uma interpretação em **(15)** independente do enunciado **(1)** que o antecede: a localidade a qual o falante se refere e diz ser grande poderia ser uma localidade não diretamente relacionada com o local da chuva, ou poderia ser uma localidade que fosse somente *parte* do lugar onde está chovendo etc. Em todos esses casos teríamos como consequência que o termo ‘essa’ não é utilizado como um dispositivo de *correferência*, mas como um dispositivo independente de *referência* e, portanto, não anafórico. Parece que seria um mero *acidente* semântico, e não um fenômeno sintático *regular*, se tal termo se referisse ao exato mesmo lugar onde o falante diz estar

chovendo. Assim, baseado nisso, C&L concluem que não se segue pelo menos uma das implicações sintáticas que deveriam se seguir da existência dos indexicais ocultos com os quais a teoria de Stanley se compromete.

Além da anáfora, o funcionamento de termos indexicais também indica que estes são propensos a produzirem certas verdades *a priori*. Esse é um ponto bastante frisado por Kaplan, principalmente nos pontos de “Demonstratives” em que o autor trata de problemas epistêmicos relacionados com a semântica de indexicais:

Intuitively, (6) [‘I’m here now’] is deeply, and in some sense, which we will shortly make precise, universally true. One need only understand the meaning of (6) to know that it cannot be uttered falsely. No such guarantees apply to (7) [‘D.K. is in Portland on 3/26/1977’]. A Logic of Indexicals which does not reflect this intuitive difference between (6) and (7) has bypassed something essential to the logic of indexicals.¹⁰⁹

Com efeito, indexicais são termos que, além de um conteúdo (ou seja, uma referência), possuem também um tipo de significado linguístico mais pobre ao qual Kaplan chama de *caráter*. O caráter de um indexical é uma certa regra que identifica, em um certo contexto, a referência daquele indexical; em outras palavras, o caráter de um indexical **I** é uma função de contextos em possíveis referências de **I**. Um caráter, portanto, é uma certa condição que a referência de **I** em um certo contexto satisfaz. Por exemplo, no contexto onde João é o falante, o termo ‘eu’ se refere a João – ou seja, João é o conteúdo de ‘eu’ nesse contexto – isso porque o caráter de ‘eu’ seria uma regra que, dado um certo contexto, capta como referência de tal termo o falante daquele contexto. Com isso podemos dizer que João, nesse contexto, satisfaz uma certa condição, a saber, a de ser o falante. Por exemplo:

(16) Eu sou o falante nesse contexto.

O enunciado acima parece expressar uma verdade *a priori*, pois basta que se entenda o significado do termo ‘eu’ para saber que tal enunciado não pode ser dito falsamente por

¹⁰⁹Kaplan (1989); pg. 509.

ninguém, independentemente de qual seja efetivamente a referência de tal termo em um dado contexto.

Como produzir esse tipo de verdade *a priori* é uma propriedade geral de indexicais – visto que todos eles têm algum tipo de caráter associado – podemos supor que os indexicais postulados por Stanley também irão produzir algum tipo de verdade *a priori* a partir de algum enunciado. Isso, no entanto, não parece ser o caso, como demonstra o enunciado abaixo:

(17) Está chovendo na localidade saliente nesse contexto.

Com efeito, Stanley afirma que, na ausência de um operador que anteceda **(1)**, a localidade a qual se refere a variável oculta presente nesse enunciado é determinada a partir do contexto. Esse indexical oculto, portanto, teria um caráter que poderia ser formulado como uma regra que, dado um contexto, capta a localidade saliente naquele contexto. Ora, mas se o caráter desse indexical oculto é, de fato, esse, deveria se seguir que um enunciado como **(17)**, onde a condição estipulada pelo caráter é predicada do indexical oculto, gerasse uma verdade *a priori*. Isso, porém, não ocorre, pois é perfeitamente possível que um certo falante afirme estar chovendo em um lugar que de modo algum esteja saliente no contexto em que esse falante faz tal afirmação. Um proferimento do enunciado abaixo, portanto, pode ser verdadeiro:

(18) Está chovendo em uma localidade *não* saliente nesse contexto.

A negação de uma verdade *a priori*, no entanto, não pode ser *proferida* com verdade¹¹⁰ e, desse modo, podemos concluir que **(17)**, de fato, não expressa uma verdade *a priori*. Ao que parece, portanto, os indexicais ocultos de Stanley também não satisfazem essa condição geral que indexicais, ao menos em um quadro tradicional, parecem satisfazer.

Assim, finalizamos o tópico a respeito das críticas que alguns autores dirigiram ao quadro teórico erguido por Jason Stanley em seu “Context and Logical Form”. Expusemos

¹¹⁰ Isso não significa ainda, como grifa o próprio Kaplan, que essas verdades *a priori* sejam também necessárias.

três tipos de críticas a esse quadro nos parágrafos acima. As primeiras críticas questionaram o que chamamos de a *necessidade* que Stanley tenta atribuir a algumas de suas teses. Vimos que Recanati, por exemplo, julga que é possível explicar o fenômeno *binding* sem abrir mão de uma explicação pragmática e contextualista – como a de Perry – para o funcionamento interpretativo do enunciado **(1)**. O segundo tipo de crítica que expusemos foram críticas *internas*, ou críticas que questionaram a *suficiência* explicativa do quadro de Stanley. Dentre essas objeções se encontram as de Cappelen e Lepore, que tentam mostrar que uma aceitação do *Binding Argument* de Stanley geraria variáveis correspondentes a localidades espaciais até mesmo em enunciados aritméticos. Finalmente, pudemos apreciar um último tipo de objeção a Stanley, objeções que tentavam mostrar que os objetos sintáticos postulados por esse autor no interior do enunciado **(1)** não satisfaziam algumas condições para serem considerados termos indexicais: esses objetos sintáticos (variáveis ocultas) não produzem verdades *a priori* e não entram em relação anafórica com outros termos no escopo dos enunciados que pretensamente os contêm.

2.3 – Avaliação Geral

Ao contrário de Perry, Stanley não publicou nada que fosse direcionado exclusivamente às críticas que sua teoria recebeu.¹¹¹ Em apenas um dos seus escritos, uma resenha do *Literal Meaning* de Recanati, Stanley responde a uma das críticas acima. De acordo com essa resposta, apesar das aparências, o enunciado **(13b)** não envolve *binding*, ou seja, uma interação entre operador e enunciado. Uma evidência que Stanley oferece para essa conclusão vem do seguinte par de enunciado:

(13b) Sempre que o pai de João faz cogumelos, ele come.

(13c) Não; curiosamente ele come outra coisa.

¹¹¹Em uma resenha de *Literal Meaning*, um livro de Recanati, Stanley responde algumas

De acordo com Stanley, “há algo de decididamente estranho a respeito de”¹¹² **(13c)**, pois parece um enunciado claramente falso se considerado enquanto uma resposta ao enunciado **(13b)**. A interpretação natural, na realidade, seria tomar a ocorrência do ‘não’ em **(13c)** como negando o enunciado ‘ele come’ em **(13b)**. A estranheza, então, viria justamente do fato de tomarmos ‘ele come’ como significando ‘ele come algo’, ao invés de ‘ele come os cogumelos que seu pai prepara’. Se adiantarmos uma tal interpretação, porém, a parte do enunciado **(13c)** que se segue ao ‘não’ – ou seja, ‘curiosamente *ele come* outra coisa’ – entraria em contradição com o que interpretamos como a função dessa partícula de negação, ou seja, negar que ele come *algo*.

Segundo Stanley, essa estranheza não estaria presente no caso do par abaixo:

(10) Sempre que João acende um cigarro, está chovendo.

(10b) Não; curiosamente chove em outro lugar.

Aqui, o ‘não’ que inicia **(10b)** estaria negando que está chovendo *onde João acende seu cigarro*, e não que está chovendo *em algum lugar*. O enunciado **(10b)**, portanto, apesar de *poder* ser falso, ao menos não o seria necessariamente, em função de alguma contradição interna como a que parece ocorrer em **(13c)**.

Dada essa única resposta de Stanley, começaremos nossa avaliação do que foi exposto. O primeiro ponto a ser grifado são os benefícios do quadro de Stanley: é um quadro que nos parece bem menos “mágico” que os outros, com os mecanismos interpretativos funcionando sempre a partir da sintaxe e sendo introduzidos sempre de forma clara: é sempre possível rastrear com facilidade por quais meios um certo objeto ou propriedade foi introduzido em uma proposição, pois há sempre uma expressão ou estrutura sintática qualquer que deflagra a introdução desse objeto ou propriedade. O quadro, portanto, parece funcionar de uma maneira formalmente mais elegante que os quadros que apelam para a existência de constituintes

¹¹²Stanley (2005); pg. 244.

inarticulados.

Uma consequência dessa solidez no quadro é a possibilidade de explicar, como salienta o próprio Stanley, o fato da linguagem natural ser governada por regras que ao menos parecem ser regras de um caráter bem mais estrito do que aquelas verificadas em casos de comunicação não-linguística, como o batera de um pé ou uma certa expressão facial. Essa distinção, que nos parece uma distinção de princípio, é bastante difícil de ser mantida em um quadro onde operam constituintes inarticulados, visto que a introdução desses constituintes não se dá a partir de regras estritas associadas a estruturas linguísticas, mas a partir de regras cuja própria operação é dependente e deflagrada a partir das necessidades práticas ou conversacionais impostas pelo contexto, e um contexto não restrito a um certo conjunto de parâmetros objetivos como agente, lugar etc, mas amplificado de modo a conter todo o tipo de fato extralinguístico passível de exercer alguma função na comunicação. Tudo isso aponta para uma certa direção: se o contextualista deseja manter seu compromisso com constituintes inarticulados, parece que terá de se confortar com uma distinção entre comunicação linguística e não-linguística que será, no máximo, uma distinção de grau.

No entanto, parece que algumas das críticas são certas e, na nossa avaliação, o quadro de Stanley precisa, de fato, de alguns remendos. A primeira dessas já foi levada a cabo ainda no primeiro capítulo de nossa dissertação. Com efeito, Stanley julga que para estruturar a relação semântica entre um operador e um enunciado ao qual tal operador é anteposto, precisamos, nos casos aqui estudados, do quadro tradicional de variáveis ligadas por esses operadores. Como já deve ter ficado claro, não concordamos com essa concepção a respeito do *status* do quadro tradicional. Isso, claro, não significa que não concordemos com sua correção e seu poder explanatório. Significa apenas que concebemos tal quadro como uma alternativa explanatória dentre outras, a despeito de ter sido a alternativa explanatória que

logrou mais sucesso durante esse pouco mais de um século de filosofia analítica. Uma sugestão que parece ser subscrita pelo próprio Perry seria a de atribuir correspondentes contedísticos ou metafísicos a essas expressões linguísticas que são as variáveis. Teríamos, assim, no nível da sintaxe de predicados variáveis ou *argument-places*, e no nível da metafísica das relações e dos constituintes proposicionais silos, parâmetros ou *argument-roles*, como Perry os denomina. Em um quadro que assuma constituintes inarticulados, a nem todo parâmetro ou silo corresponde, obrigatoriamente, uma variável. No caso do nosso enunciado base (1), por exemplo, teríamos um predicado unário ‘chovendo’ – cuja variável tem como valores instantes temporais – que se refere a uma relação binária e que, portanto, é constituída por dois *argument-roles*: um que pode ser preenchido por instantes temporais e outro que pode ser preenchido por localidades espaciais. Já nos casos que Stanley considera polêmicos para um defensor de constituintes inarticulados, como o do enunciado (9), por exemplo, a interação entre o enunciado (1) e o operador ‘para todo lugar que João vai’ corresponderia, no nível do conteúdo, à saturação da referência desse operador – uma propriedade de segunda ordem – pela referência do enunciado (1) – uma relação entre tempos e lugares. Não parece haver razão alguma para se acreditar que para uma tal saturação é *necessária* uma interação *sintática* entre um operador que liga variáveis e essas variáveis. A mera composição das referências das partes do enunciado de acordo com a ordem em que elas são referidas parece ser suficiente para a obtenção de uma tal saturação. Obviamente, nesse caso não teríamos um constituinte inarticulado, dado que todos os constituintes da proposição foram referidos a partir da estruturas sintáticas: a propriedade de segunda ordem a partir do operador ‘para todo lugar que João vai’; a relação entre tempos e lugares a partir do enunciado (1), que é parte do enunciado (9). Isso, no entanto, não implica que em casos em que o enunciado (1) é utilizado *isoladamente*, o conteúdo comunicado não conterà

constituintes inarticulados. Nesse caso específico, em função da demanda de proposicionalidade por parte de um conteúdo que exerça papel de conteúdo comunicado, o *argument-role* de lugares que constitui a relação referida por ‘chovendo’ é preenchido a partir dos mecanismos de referência característicos de um constituinte inarticulado: saliência no contexto, intenção do falante etc¹¹³.

Essa crítica à necessidade que Stanley tenta atribuir ao quadro de variáveis e forma lógica é surpreendentemente subscrita por Stephen Neale, um autor que é um adepto de tal quadro:

I myself am rather attracted to the LF hypothesis, but I am not going to start telling syntacticians who aren't that the empirical facts refute them! And rather more to the present point, I am not going to start terrorizing philosophers with exaggerated claims to the effect that their postulations of unarticulated constituents fly in the face of empirically established syntactic facts discovered over in the linguistics department! ¹¹⁴

Essa primeira crítica às afirmações de Stanley tenta mostrar que a interação semântica entre operador e enunciado não requer o uso de variáveis e operadores que liguem as mesmas. Um segundo tipo de crítica ao que chamamos de *necessidade* do quadro de Stanley foi a de Recanati. Com efeito, Recanati tentou mostrar que ainda que suponhamos que a interação entre operador e enunciado deva ser representada a partir de dispositivos teóricos como variáveis, formas lógicas etc., isso ainda não nos compromete em negar a existência de constituintes inarticulados. A dupla cidadania que Recanati atribui aos operadores – seu tradicional papel de ligar variáveis aliado às funções variádicas, que “abrem” essas variáveis a serem ligadas no predicados e relações relevantes – parece ser suficiente para conceder o essencial do que Stanley deseja sem conceder ainda as implicações mais drásticas que Stanley

¹¹³Como já dissemos anteriormente, esse, sim, parece ser um ponto cego na teoria de Perry. Dizer que um constituinte inarticulado está saliente no contexto parece ser insuficiente, dado que o que queremos saber é o que faz com que esse constituinte esteja saliente no contexto – que ele está saliente no contexto é não mais que um *dado* do problema. Uma das opções avançadas por Perry é tratar as intenções do falante como determinantes nesses casos. Como já frisamos anteriormente, porém, intenções não parecem ser fatores que podem determinar um elemento do contexto do modo como é requerido pela comunicação.

¹¹⁴Neale (2007); pg. 348.

tenta extrair de seu *Binding Argument*. Além de ser compatível com um quadro tradicional que utiliza a noção de variáveis ligadas, as funções variádicas de Recanati têm, a nosso ver, pelo menos três outras vantagens teóricas: uma explicação elegante para o fenômeno da determinação adverbial, o fato de não postular variáveis ocultas em todo enunciado que *pode* interagir com um operador a ele anteposto e, finalmente, o fato de ser compatível com a tese – que o próprio Recanati sustenta – de que uma utilização de **(1) *pode*** comunicar um conteúdo proposicional ainda que em seu interior não figure constituinte algum que corresponda ao local onde está chovendo.¹¹⁵

O problema da determinação adverbial é o problema de saber quantas variáveis possui de fato um predicado aparentemente simples como ‘chovendo’. Com efeito, esse predicado *pode* ser utilizado em conjunto com uma série de outras expressões que parecem ter a função de determinar ou especificar o sentido em que está se utilizando o verbo ‘chovendo’: podemos dizer que está chovendo *copiosamente*, ou que está chovendo *copiosamente em Copacabana*, ou ainda que estão chovendo *sapos copiosamente em Copacabana*. Enfim, a lista de “expressões especificantes” que podemos utilizar em conjunto com o verbo ‘chovendo’ e que em certo sentido determinam esse verbo parece ser, em princípio, muito grande. O problema que surge então é: como tais expressões podem determinar um predicado aparentemente simples como ‘chovendo’? Uma opção que segue o espírito do quadro tradicional é rejeitar essa simplicidade aparente do predicado ‘chovendo’ e postular uma variável oculta no interior desse predicado para cada tipo de determinação adverbial *possível* que ele puder sofrer. Teríamos, assim, na estrutura profunda do verbo ‘chovendo’ uma variável para a força da chuva, outra para o objeto que chove – sapos, canivetes, sapatos etc – outra para a localidade, outra para a composição química daquilo que chove e assim por diante. Uma tal solução, no

¹¹⁵Uma quarta vantagem seria de cunho econômico: a de não postular um número tão grande de expressões ocultas, que são dispositivos teóricos e, portanto, devem ser introduzidos em uma explicação somente quando necessário.

entanto, enfrente sérias dificuldades: não parece que na linguagem natural há predicados tão complexos como esse e postulá-los parece implicar em uma impossibilidade prática da comunicação.

As funções variádicas de Recanati oferecem uma solução elegante para esse problema porque não exigem que as variáveis a serem preenchidas pelos determinantes adverbiais estejam presentes *antes* da determinação adverbial: o próprio determinante exerce a função de transformar o predicado original em um predicado mais rico, o qual possa ser por ele especificado. Ao ser determinado pelo advérbio ‘fortemente’, o predicado unário ‘chovendo’ seria modificado em um novo predicado, algo como o predicado ‘chovendo do modo x ’ e, portanto, um predicado que possa ser especificado por um advérbio como ‘fortemente’ ou ‘copiosamente’ etc.

A outra vantagem das funções variádicas que citamos, a de não postular variáveis sempre que for *possível* a interação com um operador, se relaciona estritamente com uma das críticas de C&L, aquela que julgamos ser a crítica mais danosa ao quadro de Stanley: a dos enunciados aritméticos.¹¹⁶ Com efeito, como Stanley se compromete com a presença de variáveis nos enunciados que investigamos mesmo quando eles são utilizados isoladamente de qualquer operador¹¹⁷, não parece possível escapar da objeção de que o enunciado aritmético ‘ $2 + 2 = 4$ ’ contém uma variável para lugares, tempos e qualquer outro tipo de item sobre o qual um operador que interaja com tal enunciado quantifique. Parece que, de fato, ao utilizar um enunciado como **(11)**, alguém estaria comunicando que $2 + 2 = 4$ em todo *lugar que João vai*

¹¹⁶Não avaliaremos separadamente às críticas de Recanati que se baseiam na relação entre um operador e o modo como um policial é dito ter parado um carro. Consideramos que essa crítica é uma instância de um tipo geral: críticas de generalização. Essas críticas tentam demonstrar que, umas vez aceitas as premissas de Stanley, suas conclusões podem ser generalizadas para um número absurdo de casos. A crítica de C&L relativa aos enunciados aritméticos é o topo dessa crítica, onde conclusões absolutamente absurdas se relevam e, por isso, avaliaremos somente ela em separado.

¹¹⁷Lembramos que sem essa assunção não é possível justificar a hipótese de que **(1)** contém, quando utilizado isoladamente, uma variável que se referiria a lugares – ou seja, o constituinte que outros afirmam ser um constituinte inarticulado.

e, portanto, estaria comunicando um conteúdo determinado a partir da interação entre o operador ‘para todo lugar que João vai’ e o enunciado ‘ $2 + 2 = 4$ ’. Se essa interação é *suficiente* para haver *binding* – como Stanley claramente assume – e se, além disso, uma variável ligada está presente mesmo quando o enunciado relevante é utilizado isoladamente dos operadores que ligam essa variável, então o enunciado aritmético acima *deve*, de fato, ter variáveis para lugares. Isso, no entanto, é obviamente absurdo e, portanto, concordamos com C&L em sua conclusão de que o *Binding Argument* deve ser abandonado ou ao menos sensivelmente reformulado.

As funções variádicas de Recanati oferecem um caminho para tal reformulação. Em um quadro que envolva esse tipo de função, isoladamente de qualquer operador o enunciado ‘ $2 + 2 = 4$ ’ não contém variável alguma para tempo, espaço etc.; tão somente quando afixado a um operador que quantifique sobre esse tipo de entidade – como no caso do enunciado (11) – é que uma variável para esse tipo de item será gerada pela função variádica associada a tal operador. Isso, no entanto, não implica em nenhum absurdo, dado que na aritmética pura não há tais operadores e, portanto, em nenhuma ocorrência genuinamente aritmética de ‘ $2 + 2 = 4$ ’ haverá no interior desse enunciado uma variável que possa ser ligada por operadores que quantifiquem sobre localidades, instantes etc. O problema, como podemos ver, surge somente quando concluímos que mesmo quando isolada, uma interpretação de ‘ $2 + 2 = 4$ ’ deve lidar com espaço e tempo, visto que há ocorrências desse enunciado na aritmética cuja interpretação não envolve tempo e espaço.

Finalmente, há um último benefício teórico nas funções variádicas de Recanati, a saber, a compatibilidade com a tese de que algumas utilizações de (1) comunicam conteúdos que são neutros com relação a um lugar em específico, ou, em outras palavras, que não possuem dentre seus constituintes uma localidade, que seria a localidade na qual se estaria

dizendo estar chovendo. Esse benefício teórico se deve à conclusão, originada a partir do cenário montado por C&L e Recanati, de que em certos casos muito especiais um falante pode ter uma preocupação informacional com a chuva sem ter nenhuma preocupação correspondente com o local onde está chovendo. Da mesma forma, o interlocutor desse falante pode compreender o que está sendo dito sem que de nenhum modo seja relevante para essa compreensão saber de que lugar em específico seu interlocutor está falando. Originalmente, essa tese visava o quadro de Perry, que postulava uma relação binária como a referência de ‘chovendo’. Ela pode, no entanto – e os próprios C&L, como já demonstrado, o fazem – ser aplicada ao quadro de Stanley, visto que da existência de uma variável para localidades na estrutura sintática profunda de **(1)** se segue que não se pode comunicar através desse enunciado um conteúdo onde não figure uma localidade como constituinte.

Basicamente, C&L dirigem três críticas a Stanley: a *reductio* a partir da interação entre operadores e enunciados aritméticos, a crítica que se vale das relações anafóricas e, finalmente, a das verdades *a priori* que se seguem do funcionamento semântico dos indexicais. Sobre a primeira dessas críticas, já falamos mais acima em conjunto com nossa avaliação das críticas de Recanati e, como dissemos, julgamos ser uma crítica não contornável sem que alguma modificação essencial seja realizada no interior do quadro de Stanley. As duas outras críticas, contudo, parecem ser menos danosas. No caso da primeira delas, a da anáfora, tentaremos mostrar que esse é um fenômeno bem menos geral no âmbito dos indexicais do que C&L fazem parecer. Já no caso da segunda dessas críticas, a das verdades *a priori* produzidas através do caráter de indexicais, o ponto nos parece mais forte. A despeito disso, porém, julgamos que Stanley poderia contornar tal crítica com algumas adições e esclarecimentos em sua teoria, sem se comprometer ainda com grandes modificações.

A crítica de C&L que se centra na noção de anáfora possui uma estrutura

argumentativa bem simples. Como pudemos observar a partir do enunciado (14), indexicais entram em relação anafórica. Ora, como Stanley postula indexicais ocultos no interior da estrutura sintática do enunciado (1), é de se esperar que esses indexicais entrem em relação anafórica com outros termos passíveis de serem utilizados como dispositivos de correferência. Isso, no entanto, não ocorre e, portanto, esses supostos indexicais ocultos não satisfazem uma condição geral que indexicais genuínos devem satisfazer.

Cabe, porém, a pergunta: essa condição é realmente tão geral quanto C&L supõem que seja? Ao que parece, não. No caso de alguns indexicais, cujo exemplo mais patente é o da expressão ‘eu’, anáfora não parece ser possível, ou seja, não parece ser possível utilizar um certo termo que ocorra em um enunciado após o termo ‘eu’ para se correferir àquilo que tal termo se refere primitivamente. Além disso, os próprios C&L parecem concordar que há casos em que a anáfora é, no mínimo, muito difícil de ser realizada, apesar de fazerem uma pequena ressalva com relação a tais casos:

We are not committed to the view that every alleged covert element goes our way in this respect. For example, it is not easy to make reference to the covert subject of ‘please’ in ‘John is easy to please’. But even if it’s hard/impossible to get anaphora on controlled ‘PRO’, because the potential constructions have their own ‘PRO’ controlled by a matrix subject, that in itself might be good reason to treat controlled ‘PRO’ as a special case. Our point is that either you do get anaphora, or there is an independent explanation for why not; minimally proponents of unpronounced indexicals owe us an independent explanation.¹¹⁸

Porém, a despeito de assumirem que o fenômeno é bem menos geral do que aparentava ser inicialmente, C&L dizem que casos em que a anáfora é possível são os casos *padrão* e, portanto, a afirmação de que em certos casos a anáfora não é possível devem vir acompanhada de alguma explicação adicional.

Esse remendo da crítica original nos parece bastante frágil. De qualquer modo, como C&L reconhecem, Stanley tem uma explicação prototípica para o fato de seus indexicais

¹¹⁸Cappelen e Lepore (2005); pg. 77.

ocultos não entrarem em relação anafórica.¹¹⁹ Observemos o seguinte par de enunciados:

(19a) João é dono de uma bicicleta. Ele pedala nela todo dia.

(19b) João é um dono de bicicleta. Ele pedala nela todo dia.

A anáfora no segundo caso parece bem mais difícil de ser obtida do que no primeiro caso. De acordo com a literatura vigente¹²⁰, isso se deve ao fato de ‘dono de bicicleta’ ser um predicado com uma natureza estritamente diferente do predicado ‘dono de uma bicicleta’. O primeiro desses predicados é, na realidade um predicado “inteiriço”, que poderia ser melhor representado como ‘dono-de-bicicleta’. Essa natureza inteiriça impede que uma expressão posterior entre em relação anafórica somente com ‘bicicleta’ enquanto *parte* desse predicado. Já o segundo desses predicados, ou seja, ‘dono de uma bicicleta’, possui uma natureza complexa, da qual o termo ‘bicicleta’ algo como uma parte agregada. É justamente o fato de ‘bicicleta’ ter uma certa independência do resto do predicado complexo que permite que um termo posterior seja utilizado anaforicamente com relação a esse termo.¹²¹

Tendo em vista essa distinção, Stanley afirma que seus indexicais ocultos e os predicados dos quais eles fazem parte estão em uma relação análoga a que observamos no caso do enunciado **(19b)**. Essa postura dá a Stanley, como ele mesmo diz, a possibilidade de apresentar uma razão clara para o fato de seus indexicais ocultos não entrarem em relação anafórica. O indexical oculto na forma lógica de ‘chovendo’, por exemplo, estaria mesclado ao resto da forma lógica do predicado, formando uma estrutura inteiriça como ‘chovendo-em-x’, o que impediria que um termo utilizado posteriormente na estrutura de um enunciado que contivesse tal predicado correferisse com relação à variável ‘x’ isoladamente do resto do predicado.

¹¹⁹Stanley (2002); pg. 113-114.

¹²⁰Irene Heim (1982); pg. 24.

¹²¹Obviamente a discussão nos textos originais é levada a cabo com um aparato conceitual mais rico e uma terminologia mais técnica (coabitação nodular etc). Preferimos, no entanto, não lançar mão dessa terminologia mais típica da linguística.

C&L dirigem também uma crítica a essa resposta, análoga à crítica que vimos mais acima com relação a anáfora se um caso padrão. Os autores afirmam que, apesar de considerarem legítima a distinção entre os dois tipos de predicado – inteiriços e agregados – a tese de que um certo predicado cai em uma dessas classes deve vir acompanhada de um certo argumento e não simplesmente estipulada. Ora, Stanley parece justamente concluir que seus indexicais ocultos fazem parte de predicados inteiriços simplesmente porque não podem entrar em relação anafórica. Baseada somente em uma tal razão, contudo, essa conclusão é claramente estipulativa.

Quanto a essa última tentativa de manter viva a crítica que tem por base a noção de anáfora, julgamos que ela não procede. Nós, como C&L, já declaramos que não concordamos com a tese de Stanley de que o enunciado (1) contém variáveis que se referem a lugares. Vamos, no entanto, *supor*, com Stanley, que o *Binding Argument* em sua forma original proceda e que, portanto, o enunciado (1) contém em seu interior uma variável oculta. Ora, se isso é o caso, essa variável e a forma lógica do predicado do qual ela faz parte são *objetos teóricos*, postulados pela necessidade de explicar certos fenômenos fundamentais, cuja a própria natureza é estritamente delineada a partir das necessidades preditivas que esses fenômenos impõem. O ponto é que se isso é o caso, então, *depois* de assumir a legitimidade da postulação desses objetos teóricos, não faz mais sentido perguntar pelas razões pelas quais eles não devem ser predicados de tipo inteiriço e não predicados de tipo agregativos. Como o próprio Stanley salienta, eles são predicados inteiriços *porque* não entram em relação anafórica. Não há uma razão ulterior que precise ser dada para essa conclusão. O fato de haver *binding* – base do *Binding Argument* – e o fato de não haver anáfora são os fenômenos básicos e que, portanto, delineiam a própria natureza dos objetos *teóricos* postulados para explicá-los. Podemos questionar a própria existência desses objetos, criticando o *Binding*

Argument, por exemplo, e solapando a legitimidade da postulação dos mesmos – como os próprios C&L o fazem – mas uma vez concedida essa existência e o fato de eles não entrarem em relação anafórica, não cabe mais perguntar pela razão deles serem predicados agregativos ou inteiros. Quanto a essa crítica, portanto, concluímos que ou bem ela não procede – se o *Binding Argument* e a “não-anáfora” são concedidos – ou bem ela é ociosa – caso o *Binding Argument* seja concedido e, portanto, a própria existência das variáveis ocultas seja colocada em questão.

A última das críticas que C&L dirigem ao quadro de Stanley, a das verdades *a priori* produzidas através de indexicais, nos parece, como já mencionamos, mais bem fundamentada. Seguindo o tratamento tradicional de Kaplan, os dois autores observam que uma expressão indexical¹²² vem acompanhada de um caráter, que é uma condição que a referência desse indexical deve satisfazer em um dado contexto. Disso, claro, se segue que a predicação dessa condição da referência daquele indexical no contexto relevante deve sempre produzir uma verdade *a priori*, uma verdade cuja natureza é tal que não precisa se recorrer à experiência para comprová-la. Funcionando em parte como um indexical, as expressões ocultas de Stanley devem possuir algum tipo de caráter e, assim, devem produzir algum tipo de verdade *a priori* a partir da predicação da condição que constitui esse caráter da referência do indexical oculto em um dado contexto. C&L supõem que o caráter do indexical oculto presente no enunciado **(1)** é algo como ‘a localidade saliente no contexto’, de modo que quando colocada em um contexto, esse indexical toma como referência uma certa localidade que de algum modo tenha sido disponibilizada e seja relevante nesse contexto. Se esse é o caráter do indexical oculto em questão, porém, há uma certa dissimetria entre ele e o caráter de expressões indexicais mais tradicionais, pois o enunciado **(17)** não expressa uma verdade *a*

¹²²Ao menos uma expressão indexical superficial. Além disso, não parece haver um motivo para aceitar que expressões indexicais ocultas difeririam de suas parentes superficiais nesse aspecto.

priori, dado que poderia ser proferida falsamente. Ao que parece, portanto, os indexicais ocultos de Stanley não satisfazem, mais uma vez, uma condição geral que indexicais genuínos devem satisfazer.

Essa, apesar de sua força, pode ser contornada de dois modos. A primeira delas seria a partir de um refino da noção de indexical *em sentido vasto*, que, como vimos, é a noção a partir da qual Stanley¹²³ classifica suas variáveis ocultas. Um indexical em sentido vasto, como expusemos anteriormente, não obedece pelo menos uma das condições gerais que indexicais em sentido tradicional obedecem: indexicais em sentido vasto são sensíveis a operadores antepostos aos enunciados dos quais fazem parte. A suposta variável presente em (1), por exemplo, é sensível ao operador ‘para todo lugar que João vai’, enquanto o indexical ‘eu’, por exemplo, não é sensível a operadores de nenhum tipo. O primeiro modo de contornar a crítica da aprioricidade seria, portanto, estender a dissimetria entre indexicais tradicionais e em sentido vasto – a princípio uma dissimetria somente com relação a interação com operadores – ao caso das verdades *a priori*, de modo que um indexical em sentido vasto não *precise* produzir esse tipo de verdade para ser considerado um indexical genuíno. Uma segunda maneira de contornar a crítica seria tratar as expressões ocultas de Stanley não exatamente como indexicais, mas como um análogo de outro tipo de expressão sensível ao contexto: os demonstrativos. Ao contrário dos indexicais, demonstrativos não produzem verdades *a priori* tão facilmente, pois seus caracteres padecem de um certo tipo de indeterminação ou incompletude que precisa ser sanada *via* demonstração – um gesto de natureza *extralinguística* – ou algo do gênero (uma intenção referencial etc). Se as variáveis ocultas de Stanley forem tratadas como expressões cujo caráter padece de algum tipo de incompletude, é natural que, ainda que elas sejam utilizadas como mecanismos de referência sensíveis ao contexto – da mesma maneira que demonstrativos – isso ainda não seja suficiente

123Stanley (2000); pg. 38.

para concluir que elas devem produzir algum tipo de verdade *a priori*. O caráter dessas expressões ocultas deveria ser completado por algum item de natureza extralinguística para, somente então, determinar uma referência e contribuir para a determinação de um certo conteúdo proposicional. Essa solução permitiria que as variáveis ocultas fossem tratadas como um tipo tradicional de expressão sensível ao contexto sem exigir que verdades *a priori* fossem produzidas a partir dessas expressões.

Finalmente, passamos à avaliação da resposta de Stanley ao argumento de Recanati. No argumento de Recanati, podemos lembrar, uma certa interação entre operador ‘sempre que o pai de João faz cogumelos’ e o enunciado ‘ele come’ era suposta. Pelo *Binding Argument*, essa interação deveria implicar a existência de uma variável livre oculta em ‘ele come’, uma variável cujos valores seriam os alimentos comidos por João. É ponto pacífico, no entanto, que não há no enunciado ‘ele come’ – composto por um uso intransitivo de ‘come’ – uma variável livre para aquilo que é comido. Conclui-se, portanto, pela invalidade do *Binding Argument*. A resposta de Stanley consiste em negar que exista de fato uma interação entre operador e enunciado, do que se segue a inaplicabilidade do *Binding Argument*. A favor dessa tese, Stanley alega que há um certo teste intuitivo envolvendo o operador de negação e que mostra que o enunciado é insensível ao operador. Esse teste poderia ser realizado a partir do enunciado **(13c)**. De acordo com Stanley, a interpretação natural de um tal enunciado é contraditória – “*ele é certamente falso*”¹²⁴ – pois o ‘não’ contido nele nega que João comeu *algo*, ao passo que o seguimento do enunciado afirma que João comeu alguma outra coisa. Como a interpretação natural do ‘não’ em **(13c)** é que João não comeu *algo* e não que João não comeu os cogumelos que seu pai preparou¹²⁵, segue-se que na realidade, ao contrário do que requeria a crítica de Recanati, não ocorre interação entre o enunciado ‘ele come’ e o

124Stanley (2005); pg. 244.

125Lembramos que **(13c)** é uma resposta ao enunciado **(13b)**.

operador anteposto ao mesmo em **(13b)**.

A respeito da nossa avaliação, podemos dizer que consideramos a resposta de Stanley bastante insatisfatória e a crítica de Recanati não muito eficaz. Cremos que o quadro de Stanley poderia lidar com essa crítica sem apelar para a interpretação nada natural que ele faz da negação contida em **(13c)**. Com efeito, não julgamos natural interpretar que o ‘não’ nesse enunciado nega que João comeu *algo*, mas sim que João comeu os cogumelos de seu pai. Ao interpretar a negação dessa forma, a resposta de Stanley vai por água abaixo, mas nem tudo está perdido. Além da premissa de que há uma interação entre operador e enunciado – premissa que Stanley pretende negar – há uma outra premissa problemática na crítica de Recanati: a de que o uso de ‘come’ em **(13b)** é intransitivo. Qual é exatamente a razão dessa afirmação? Ao que parece, a partir do fato de que não há um componente sintático *superficial* que represente aquilo que foi comido por João, Recanati conclui que não há componente sintático algum e, portanto, que a leitura de ‘come’ deve ser intransitiva. Essa conclusão, no entanto, não se segue. É perfeitamente possível e bastante natural supor que a leitura de ‘come’ em **(13b)** é transitiva, mas que o argumento ou variável para aquilo que é comido está oculto. Essa variável do uso transitivo da expressão seria ligada pelo operador e, assim sendo, o *Binding Argument* seria aplicável. Nossa tese de que o argumento do uso *transitivo* do verbo está oculto nos permite explicar a intuição de que há uma interação entre operador e enunciado sem negar o ponto pacífico de que o uso *intransitivo* não contém variáveis ocultas.

Finalmente, passamos à conclusão do nosso tópico de avaliação. Primeiramente, salientamos a solidez do quadro de Stanley e sua clareza inerente, advinda principalmente de sua relação estrita com uma certa tradição em semântica formal, fortemente revelada no seu uso da noção de variável, operadores etc. O uso desse quadro mais tradicional permite, como salienta o próprio Stanley, um traço de princípio na divisão entre comunicação linguística e

não-linguística. Feitas essas observações dos aspectos positivos do quadro de Stanley, passamos à avaliação das críticas que julgamos mais relevantes ao quadro. A primeira dessas críticas é a de que, contrariamente ao que Stanley afirma, não há real necessidade de um quadro de variáveis ligadas para explicar o fato semântico da interação interpretativa entre operadores e enunciados. Esse quadro de variáveis é não mais que uma forma dentre outras construída para representar um fenômeno interpretativo mais básico. O próprio Perry sugere um modo de tratar a interação entre as referências de operadores e enunciados sem o apelo à entidades linguísticas como variáveis e relações sintáticas como ligação, se restringindo à noção de saturação e à noção metafísica de *argument-role*. Nossa avaliação é de que essa crítica procede e que, de fato, as vantagens do quadro de variáveis são puramente pragmáticas. Passamos, então, à avaliação das críticas que Recanati constrói a partir da sua noção de função variádica. Julgamos que essas críticas são procedentes e que há além disso, vantagens teóricas independentes para se assumir um quadro como o de Recanati, onde constituintes inarticulados e o fenômeno *binding* convivem em harmonia. Posteriormente, avaliamos as críticas de C&L, iniciando pela crítica dos enunciados aritméticos, a qual julgamos procedente e incontornável caso se subscreva sem mais o *Binding Argument* de Stanley. As outras duas críticas de C&L, julgamos serem menos danosas que essas. A crítica que tem por base a noção de anáfora parece estar baseada na falsa aparência de que esse é um fenômeno geral no âmbito de indexicais. A crítica das verdades *a priori*, apesar de procedente, julgamos que pode ser contornada por Stanley sem que grandes modificações em seu quadro original seja perpetradas. Finalmente, avaliamos a resposta de Stanley a uma das críticas de generalização levantadas por Recanati. Julgamos que a resposta de Stanley é insatisfatória por apelar para uma interpretação pouco natural de um certo enunciado envolvido na querela. A despeito disso, porém, sugerimos um modo de se desviar da crítica que é plenamente

compatível com o espírito que move o quadro de Stanley e não parece ir de encontro às intuições de nenhum dos participantes do debate.

Conclusão

No decorrer dessa dissertação, investigamos algumas abordagens do que chamamos de variabilidade restrita. A variabilidade restrita, como já vimos, consiste no seguinte fenômeno: falantes que comunicam a partir do mesmo enunciado **(1)** conteúdos que dizem respeito a lugares diferentes e que, portanto, são conteúdos diferentes. A estranheza desse fenômeno procede a partir de dois dados básicos. O primeiro deles é o fato do enunciado em questão não envolver nenhuma expressão indexical que se refira a lugares – algo como ‘aqui’ ou ‘lá’. Houvesse um indexical no enunciado a explicação poderia ser dada nos moldes do tratamento kaplaniano para indexicais e demonstrativos e o fenômeno, portanto, seria menos polêmico. O segundo dado básico do qual procede a estranheza do fenômeno é que, além de não haver nenhuma expressão *indexical* que se refira a lugares no enunciado **(1)**, não há, além disso, expressão *alguma* que se refira a lugares. Aparentemente, os componentes sintáticos desse enunciados são simplesmente o verbo flexionado ‘chovendo’, o qual se refere a um certo tipo de evento natural, e o verbo ‘está’, que, dada sua flexão no presente, é utilizado para denotar um certo instante temporal.

A primeira das explicações para o fenômeno da variabilidade restrita que investigamos foi aquela adiantada por John Perry em seu seminal artigo “Thought Without Representation”. Nesse artigo, Perry sustenta que a localidade a respeito da qual versa um conteúdo qualquer expresso através de **(1)** é um *constituente inarticulado*, ou seja, algo a que um certo falante que utiliza o enunciado **(1)** se refere sem, no entanto, se utilizar de palavras ou estruturas sintáticas em geral para tanto. No caso específico da localidade sobre a qual versa uma utilização do enunciado **(1)**, é função do contexto introduzir tal localidade no conteúdo, ou seja, é o contexto que tanto falante quanto interlocutor *exploram* para poder respectivamente determinar e identificar uma certa localidade relevante para o jogo comunicativo.

De acordo com Perry, o que deflagra o papel do contexto e, assim, faz com que ele introduza o local como um constituinte nos conteúdos comunicados através de **(1)** é a própria natureza da relação a que se refere o termo ‘chovendo’. Com efeito, Perry considera que tal referência é uma relação binária entre tempos e lugares. Ao ser referida a partir de um enunciado como **(1)**, um dos parâmetros da relação denotada por ‘chovendo’ é preenchido por um certo instante temporal, o qual é referido a partir da expressão ‘está’. Isso, no entanto, ainda não é suficiente para que se expresse um conteúdo proposicional, dado que como resultado dessa combinação somente um dos parâmetros da relação referida por ‘chovendo’ é preenchido – o parâmetro de tempos. Em outras palavras, explorando somente a contribuição que as palavras ou termos têm para o conteúdo, não obtemos ainda um conteúdo proposicional, algo que possamos considerar como verdadeiro ou falso, algo em que possamos acreditar etc. Essa incompletude do conteúdo determinado estritamente a partir da sintaxe faz com que falante e interlocutor explorem o contexto na busca de um certo constituinte que possa preencher o parâmetro de lugares e, assim, determinar um certo conteúdo proposicional, algo que possa exercer corretamente a função do que foi comunicado.

A despeito das modificações que Perry operou em seu quadro com o passar dos anos, alguns problemas fundamentais permaneceram no cerne desse. O primeiro desses problemas, apontado por autores como Recanati, Cappelen e Lepore, é a tese de que um conteúdo expresso *via* enunciado **(1)** não é proposicional até que uma localidade esteja determinada no contexto. Fazendo uso de certos cenários imaginários, os autores acima listados mostram que em certos contextos específicos um falante pode se utilizar do enunciado **(1)** para comunicar conteúdos que não dizem respeito a lugar algum, são, em outras palavras, neutros com relação a uma localidade. Isso, no entanto, vai diretamente de encontro à tese de Perry de que a relação denotada por ‘chovendo’ é binária, pois caso isso fosse realmente o caso seria

impossível comunicar algo proposicional a partir de (1) sem que uma localidade fosse determinada pelo falante e identificada pelo interlocutor. Ora, mas como seus críticos demonstraram, é possível comunicar um conteúdo sem tal determinação/identificação, do que se segue que a relação denotada por ‘chovendo’ não é binária e, portanto, que o enunciado (1) ao menos *pode* ser utilizado para expressar um conteúdo proposicional cujos constituintes *se limitem* às referências dos termos componentes desse mesmo enunciado (1).

O segundo dos problemas enfrentados pelo quadro de Perry é explicar como uma certa localidade em específico é tornada saliente no contexto e, assim, introduzida no conteúdo. Com efeito, vimos que, no quadro de Perry, falante e interlocutor procuram por *uma* localidade no contexto em função da natureza binária da relação denotada por ‘chovendo’. Isso, no entanto, ainda não explica como os participantes do jogo comunicativo são bem sucedidos em identificar a localidade em específico que eles efetivamente identificam. Em outras palavras, explicar porque João compreendeu que José falava a respeito de *uma* localidade ainda não é explicar como João compreendeu que José falava a respeito de Copacabana *em específico*, ao invés de falar da Pampulha ou de Paris. A solução prototípica que Perry tenta avançar para tal problema é a de utilizar as intenções do falante como os mecanismos utilizados para se referir a essas localidades específicas. Um tal solução, no entanto, não parece lograr sucesso, dado que uma intenção só pode ser bem sucedida em determinar uma certa localidade como sua referência se ela for *identificada* por um certo falante. Sem a explicação de como essas intenções são identificadas, portanto, o quadro de Perry não parece poder oferecer uma explicação plausível para esse segundo problema central.

A segunda proposta de explicação que investigamos em nossa dissertação foi a de Jason Stanley. Essa proposta é, em parte, erguida como uma crítica à concepção de Perry e

seus constituintes inarticulados. Para Stanley, o enunciado **(1)** não expressa um conteúdo contendo constituintes inarticulados. Na realidade, há uma expressão oculta no interior da estrutura sintática profunda desse enunciado – sua forma lógica – que é uma variável cujos valores são localidades. Tal expressão, no entanto, não é simplesmente postulada por Stanley; há o apelo ao chamado *Binding Argumento*. De acordo com a base desse argumento, a interação entre um operador e o enunciado ao qual ele é afixado é um fenômeno com uma faceta semântica e, além disso, necessariamente uma faceta sintática: essa interação corresponde à ligação da variável por parte do operador. Com efeito, se um certo operador **O** pode interferir na interpretação de um certo enunciado **E**, então há uma variável oculta ou superficial no interior de **E** que pode ser ligada por **O**. Ora, mas isso é justamente o que ocorre no caso do enunciado **(1)**, pois no enunciado **(9)** – um enunciado complexo do qual o enunciado **(1)** é uma parte – a interpretação mais natural é aquela em que há interação entre o operador ‘para todo lugar que João vai’ e o enunciado **(1)**. De acordo com o *Binding Argument*, portanto, o enunciado **(1)** contém uma expressão oculta que se refere a lugares e, conseqüentemente, os conteúdos expressos por tal enunciado não contêm constituintes inarticulados.

Apesar de sua clareza, o quadro de Stanley e seu *Binding Argument* enfrentam algumas críticas bastante sérias. A primeira dessas críticas é que não é realmente necessário que a interação entre operador e enunciado seja representada com as tradicionais ferramentas de variáveis ligadas etc. Há semânticas livres de variáveis e também semânticas onde os correspondentes metafísicos ou contedísticos de variáveis podem dar conta do fenômeno para o qual Stanley aponta. Independente dessas críticas exteriores, no entanto, há certos problemas inerentes ao *Binding Argument*, problemas esses bem mais sérios do que a mera possibilidade de um tratamento alternativo. Essas críticas internas em geral são instâncias de

um tipo comum: críticas de generalização, como chamamos. Elas mostram que em alguns casos o *Binding Argument* é aplicável não só a casos como o do enunciado (1), caso no qual seus resultados são satisfatórios, mas também para enunciados como ‘o policial parou o carro’ e ‘ $2 + 2 = 4$ ’, casos em que seus resultados são respectivamente contraintuitivos e absurdos. Finalmente, vimos que, além disso tudo, o quadro de Stanley padece de um problema similar a um dos problemas do qual padece o quadro de Perry: se o enunciado (1) contém uma variável livre cujos valores são localidades, então esse enunciado não pode expressar um conteúdo sem que essa variável seja preenchida e, portanto, uma localidade seja determinada. Essa conclusão, porém, parece ser falsa.

Em nossa avaliação do quadro de Stanley falamos brevemente de uma noção adiantada por Recanati e que nos parece corrigir grande parte dos problemas que consideramos essenciais tanto no quadro de Stanley quanto de Perry. Essa é a noção de *função variádica*. Uma função variádica transforma predicados n -ários em predicados $n+1$ -ários e pode ser utilizada para responder a crítica da generalização da qual o *Binding Argument* foi alvo. Com efeito, se considerarmos que operadores não somente ligam variáveis, mas também que eles *geram* tais variáveis a partir de uma função variádica ao qual estão associados, podemos dizer que em casos como o do enunciado (9), há uma variável ligada pelo operador ‘para todo lugar que João vai’ sem nos comprometermos com a tese de que o enunciado (1) isolado de qualquer operador contém uma tal variável. O mesmo resultado, claro, pode ser estendido aos casos dos enunciados que contém ‘ $2 + 2 = 4$ ’ e ‘o policial parou o carro’: isoladamente, não possuem variáveis, mas podem interagir com operadores a partir de variáveis que esses mesmos operadores geram, a partir de suas funções variádicas, quando são afixados a tais enunciados. Com funções variádicas, a mera *possibilidade* de interação entre operador e enunciado não é, ainda, razão suficiente para se postular variáveis no interior do enunciado

relevante. Somente a interação *factual* entre os dois implica na existência dessas variáveis.

Um quadro com funções variádicas é, como podemos notar, basicamente uma combinação entre os aspectos mais promissores do quadro de Perry e Stanley. Assim como o quadro de Perry, ele não gera uma quantidade desnecessária e contraintuitiva de variáveis em todo enunciado da linguagem natural que *puder* interagir com operadores. Em outras palavras, na ausência de um operador, enunciado como (1) podem, de fato, expressar conteúdos que contêm constituintes inarticulados. Como a de Stanley, porém, ela oferece uma explicação tradicional, formalmente clara e elegante para a interação entre operadores e enunciados. Além disso, há o benefício adicional que descrevemos brevemente no tópico em que avaliamos o quadro de Stanley: funções variádicas lidam melhor com o problema da determinação adverbial. Com efeito, nos utilizando de funções variádicas não precisamos postular uma variável na estrutura de um predicado qualquer para cada uma das possíveis determinações adverbiais que um tal predicado *puder* sofrer.

Finalmente, concluímos nossa dissertação com a defesa de que, apesar de sua estabilidade, a relação estrita entre sintaxe e semântica assumida pela tradição no estudo de Filosofia da Linguagem enfrenta sérios problemas. Não há, no entanto, motivo para desespero. Podemos restringir com um grau satisfatório de clareza a aplicação desse quadro tradicional, segundo o qual, cada elemento no conteúdo corresponde a um elemento na sintaxe. Com efeito, para a explicação do fenômeno *binding* esse parece o caminho mais promissor, ou seja, considerar que nesses casos há realmente uma variável oculta cuja função é ser ligada por um operador. Contudo, não parece legítima uma aplicação irrestrita desse quadro, uma aplicação onde para toda interação possível entre operador e enunciado uma variável é postulada no interior da estrutura desse enunciado. Assim, ao se levar em consideração tais casos, parece que o mais correto é aceitar constituintes inarticulados como

uma opção ao menos viável, ainda que a aplicação dessa noção tenha seus limites fortemente demarcados pelos domínios que ainda se encontram sob a égide da tradição.

Bibliografia

Bach, K. (1994) ‘Conversational Implicature’, *Mind and Language* 9, 124–162.

Bach, K. (2001) ‘You Don’t Say?’, *Synthese* 128, 15–44.

Borg, Emma (2005) *Minimal Semantics*, Oxford University Press, Oxford.

Cappelen, Herman e Lepore, Ernie (2005) *Insensitive Semantics*, Blackwell, Oxford.

Cappelen, Herman e Lepore, Ernie (2007) ‘The Myth of Unarticulated Constituents’, in O’Rourke, Michael and Washington, Corey (eds), *Situating Semantics: Essays on the Philosophy of John Perry*, MIT Press, Cambridge.

Davidson (1969) ‘The Individuation of Events’, in Nicholas Rescher (ed.), *Essays in Honor of Carl G. Hempel*, D. Reidel, Dordrecht.

Heim, I. e A. Kratzer (1998) *Semantics in Generative Grammar*, Blackwell, Oxford.

Kaplan, D. (1989) ‘Demonstratives’, in Almog, J., Perry, J. and Wettstein, H. (eds.) *Themes from Kaplan*, Oxford University Press, Nova Iorque, pp. 481–563.

Neale, Stephen (2007) ‘On Location’, in O’Rourke, Michael and Washington, Corey (eds), *Situating Semantics: Essays on the Philosophy of John Perry*, MIT Press, Cambridge.

Perry, J. (1986) ‘Thought without Representation’, *Supplementary Proceedings of the Aristotelian Society* 60, 137–52.

Perry, J. (1998) ‘Indexicals, Contexts and Unarticulated Constituents’, in Aliseda, van Gabeek, and Westerståhl (eds.), *Computing Natural Language*, CSLI Publications, Stanford, pp. 1–11.

Perry, J. (2001) *Reference and Reflexivity*. CLSI Publications, Stanford.

Perry, J. (2007) 'A Response' in O'Rourke, Michael and Washington, Corey (eds), *Situating Semantics: Essays on the Philosophy of John Perry*, MIT Press, Cambridge.

Predelli, S. (2005) *Contexts*, Clarendon Press, Oxford.

Recanati, François (2002) 'Unarticulated Constituents', in *Linguistics and Philosophy* 25, 299–345.

Recanati, François (2004) *Literal Meaning*, Cambridge University Press, Cambridge.

Stanley, Jason (2000) 'Context and Logical Form', *Linguistics and Philosophy* 23, 391–434.

Stanley, Jason (2002) 'Nominal Restriction', in G. Preyer e G. Peter (eds.), *Logical Form and Language*, Oxford University Press, Oxford.

Taylor, Keneth (2001) 'Sex, Breakfast and Descriptus Interruptus', *Synthese* 128, 45–61.

Taylor, Keneth (2007a) 'Misplaced Modification and the Ilusion of Opacity', in O'Rourke, Michael and Washington, Corey (eds), *Situating Semantics: Essays on the Philosophy of John Perry*, MIT Press, Cambridge.

Taylor, Keneth (2007b) 'A Little Sensitivity Goes a Long Way' in G. Preyer e G. Peter (eds.), *Context-Sensitivity and Semantic Minimalism*, Oxford University Press, Oxford.